

Adriana Carla Silva de Oliveira
Denise Pereira do Rêgo
Patrícia Borba Vilar Guimarães

ABORDAGEM METODOLÓGICA COM FOCO NO PRODUTO DE MESTRADOS PROFISSIONAIS

ANAIS DE PROJETOS DE PESQUISA

2019/
2020

ADRIANA CARLA SILVA DE OLIVEIRA
DENISE PEREIRA DO RÊGO
PATRÍCIA BORBA VILAR GUIMARÃES
Organizadoras

**ABORDAGEM METODOLÓGICA COM FOCO NO
PRODUTO DE MESTRADOS PROFISSIONAIS:
ANAIS DE PROJETOS DE PESQUISA**

2019-2021



**ABORDAGEM METODOLÓGICA COM FOCO
NO PRODUTO DE MESTRADOS PROFISSIONAIS:
ANAI DE PROJETOS DE PESQUISA 2019-2021**

ADRIANA CARLA SILVA DE OLIVEIRA
DENISE PEREIRA DO RÊGO
PATRÍCIA BORBA VILAR GUIMARÃES
ORGANIZADORAS

Uma publicação do Grupo de Pesquisa em Direito e Desenvolvimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

PROJETO GRÁFICO
Editora Motres

CONSELHO EDITORIAL

Bento Herculano Duarte Neto (UFRN, Brasil)
Celso Luiz Braga de Castro (UFBA, Brasil)
Cristina Foroni Consani (UFRN, Brasil)
Fernando Manuel Rocha da Cruz (Portugal)
José Luiz Borges Horta (UFMG, Brasil)
José Orlando Ribeiro Rosário (UFRN, Brasil)
Juan Manuel Velasquez Gardeta (UPV, Espanha)
Leonardo Oliveira Freire (SESED, Brasil)
Maria Raquel Guimarães (UPORTO, Portugal)
Maria dos Remédios Fontes Silva (UFRN, Brasil)
Patrícia Borba Vilar Guimarães (UFRN, Brasil)
Ricardo Tinoco de Góes (UFRN, Brasil)
Ricardo Sebastián Piana (UNLP, Argentina)
Sérgio Luiz Rizzo Dela Sávía (CCHLA,UFRN, Brasil)
Yanko Marcus de Alencar Xavier (UFRN, Brasil)

CIP BRASIL — CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

G963a Guimarães, Patricia Borba Vilar —
Abordagem metodológica com foco no produto de mestrados
profissionais: anais de projetos de pesquisa 2019-2021/Adriana
Carla Silva de Oliveira; Denise Pereira do Rêgo; Patrícia Borba
Vilar Guimarães (Organizadoras).
1ª edição/Natal - RN. Editora Motres, 2020.
158p.: 14,8x21cm
ISBN 978-65-5513-066-9
1. Anais 2. Desenvolvimento 3. Pesquisa I. Título.

CDD xxx

CDU xxxxx

2020 © Organizadores. Todos os direitos são reservados de acordo com as Normas de Leis e das Convenções Internacionais. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito dos organizadores.





ANAIS DE PROJETOS DE PESQUISA

2019/
2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	11
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA COM MÉTODOS NÃO-FARMACOLÓGICOS DE CONTROLE DA DOR DURANTE O TRABALHO DE PARTO E PARTO.....	13
PROCESSOS DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	19
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FEDERAL: DIAGNÓSTICO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO.....	27
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DOS PROJETOS FACILITADOS PELA SGP/UFRN.....	33
ESTRUTURAÇÃO DE UM NÚCLEO PARA TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM UMA IFES.....	41
GESTÃO DE AQUISIÇÕES: ELABORAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO PARA O PROCESSO DE COMPRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	51
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS DA UFRN.....	57
A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: O CASO DO CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFRN.....	63
BANCO DE IMAGENS INSTITUCIONAL: FLUXO DE TRABALHO E FORMATAÇÃO.....	69
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO PROCESSO DE SUBMISSÃO E AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS DE PESQUISA SUBMETIDAS A UMA COMISSÃO DE ÉTICA.....	75
INFLUÊNCIA DO CONTEXTO DE TRABALHO SOBRE O BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO SETOR PÚBLICO.....	83

ANÁLISE DOS REGISTROS DE ENFERMAGEM NO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO AMBULATÓRIO DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA DE UMA MATERNIDADE PÚBLICA.....	91
DESENVOLVIMENTO DE UM FRAMEWORK CONCEITUAL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO INTRAORGANIZACIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	99
DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DE GOVERNANÇA PARA A GESTÃO PATRIMONIAL IMÓVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - IFES.....	105
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DISCENTE PÓS-REINTEGRAÇÃO DE VÍNCULO COM O CURSO.....	113
PROPOSIÇÃO DE NORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS DO CERIMONIAL UNIVERSITÁRIO.....	121
O ARGUMENTO DE INCLUSÃO REGIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	127
DIAGNÓSTICO DOS PROCESSOS DE PENALIDADES DOS FORNECEDORES EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR.....	135
POLÍTICA AMBIENTAL E O <i>ENDOMARKETING</i> : DIAGNÓSTICO DE UNIDADE ACADÊMICA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL.....	141
MODELAGEM DE UMA PROPOSTA EM GESTÃO DE PESSOAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS MULTIFUNCIONAIS EM UMA IFES.....	147
NOTAS TÉCNICAS.....	156

APRESENTAÇÃO

Esta obra é uma produção coletiva de discentes e seus respectivos orientadores para cumprimento da disciplina de Metodologia do Trabalho Científico realizada no semestre 2020.1 no mestrado em Gestão de Processos Institucionais. Salienta-se que em virtude da Pandemia do Covid-19, a disciplina foi ofertada em caráter remoto, com aulas síncronas e assíncronas, além do suporte através do sistema Acadêmico SIGAA da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tal experiência que se materializa nesta obra coletiva foi muito gratificante, pois permitiu que toda a sua construção fosse realizada de forma colaborativa e online. Além de ter permitido o aprimoramento metodológico com foco no produto dos mestrados profissionais, o uso de ferramentas tecnológicas e colaborativas simultaneamente nas aulas, bem como nos momentos assíncronas.

Por fim, destacamos o grande feito que foi a reflexão metodológica e o aprimoramento dos temas de pesquisa por parte de cada discente. Eis que, o resultado das experiências de aulas remotas e da disciplina se materializa nesta coletânea que compõe os Anais de Projetos de Pesquisa do PPGPI/UFRN. A obra traz os requisitos necessários à sistematização e elaboração da pesquisa científica nos moldes dos projetos de mestrado profissional e da Ciência contemporânea.

As organizadoras

PREFÁCIO

Talvez um dos maiores desafios para discentes em programas de pós-graduação seja, desde cedo, ter clareza sobre o que lhes inquieta em determinado contexto a ponto de transformarem essa inquietação em possibilidades de realização de um estudo científico. Não bastasse, de um desafio assim nascem outros, como por exemplo, aqueles que fazem os mestrandos e as mestrandas pensarem de forma metodológica e sistemática sobre suas buscas, culminando na construção do que comumente chamamos de projeto de pesquisa.

No caso do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais (MPGPI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o cunho interdisciplinar assumido pelo programa convida a algo a mais e convoca os mestrandos e as mestrandas a um esforço para deixarem um pouco sua “zona de conforto”, geralmente advinda de suas áreas de formação prevalentes, e, portanto, a explorar outros campos de conhecimento que complementem a compreensão sobre os fenômenos, a situação, o contexto ou processos que escolheram estudar.

Como se tudo isso já não fosse desafiador o suficiente, no contexto de um mestrado profissional, a proposição de um produto final, ou seja, de uma contribuição efetiva oriunda do trabalho realizado é algo, muito mais do que exigido, esperado. Esse produto, a ser entregue ao final da formação em nível *stricto sensu* e advindo de um estudo que atenda aos rigores de cientificidade, tem transformado de forma potente os contextos de trabalho, tem gerado negócios, promovido responsabilidade social e atitudes éticas, produzido inovação e sustentabilidade, bem como promovido bem-estar nas organizações e na sociedade.

É mister, pois, destacar que pensar, desde a concepção do projeto, o que será entregue como produto derradeiro do mestrado profissional tem demandado uma constante, articulada e produtiva busca durante o processo formativo. Esta publicação é, portanto, o produto de um trabalho desta natureza, que contou com o engajamento dos discentes

e seus orientadores e orientadoras, além do empenho das professoras que ministraram a disciplina de metodologia do trabalho de conclusão.

Se aqui encontrássemos somente a expressão de horas de reflexões registradas em projetos de pesquisa, intervenções, novos produtos e tecnologias, proposições de processos, de ações com vistas à promoção à saúde e à sustentabilidade entre outras boas ideias, já estaria de excelente tamanho, concorda? Mas posso lhe garantir que não é somente isso que encontramos nesse livro. Para que tire suas próprias conclusões, convido você a passar os olhos nos assuntos com os quais os mestrandos do MPGPI estão trabalhando no biênio 2019-2021. São de uma variedade inimaginável. Não demorará muito para que você se identifique com alguns temas e se interesse por ler um pouco mais sobre como ele está sendo desenvolvido, seu contexto, o método proposto e qual o produto final almejado. Foi exatamente assim que aconteceu comigo e, quando menos esperei, estava lendo sobre assuntos, métodos e produtos que, de outra forma, jamais teria tido acesso, nem percebido sua importância.

Você gostaria de, logo nessas primeiras páginas, ter uma ideia dos temas que pode encontrar nesse livro? Combinado, eu lhe conto. São eles: modelos de gestão, processos administrativos, comissão de ética, acesso à informação, segurança de dados, gestão de aquisições, gestão da inovação, governança, protocolos de cerimonial, diagnóstico situacional, estágios universitários, saúde e bem-estar, ingresso e evasão universitária, trajetória discente no processo formativo, banco de imagens, política ambiental e endomarketing. Agora é só avançar e conferir, você mesmo, esse mundo de possibilidades que os discentes e docentes do MPGPI nos apresentam.

Espero que você aceite o convite.

É só chegar. Sinta-se à vontade.

A casa, digo, a leitura, é toda sua!

Profa. Dra. Cynara Carvalho de Abreu

Docente permanente do PPGPI desde 2014

CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA COM MÉTODOS NÃO-FARMACOLÓGICOS DE CONTROLE DA DOR DURANTE O TRABALHO DE PARTO E PARTO

MICHELLE CARNEIRO FONSECA¹
SEBASTIÃO FAUSTINO PEREIRA FILHO²

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o cuidado prestado à mulher durante a assistência ao parto, foi desenvolvido por parteiras, que portavam o objetivo de conduzir o trabalho de parto (TP) e trazer o tão esperado bebê ao mundo. Com o passar dos anos, médicos e enfermeiras assumiram esse papel, com o intuito de qualificar a assistência. Essas mudanças levaram a diversas modificações nos cuidados às parturientes no processo do parto, e esses deixaram de ser assistidos em domicílios e passaram a ter seu cenário em maternidades sob os cuidados dos profissionais de saúde (FERREIRA et al., 2013).

Dessa forma, o modelo de atenção ao parto evoluiu historicamente, mudando o modelo de assistência, que antes era pautada no saber popular, realizada por parteiras e passou a ser pautado no conhecimento técnico e científico, medicalizada, intervencionista e hospitalocêntrica (BRASIL, 2010).

O parto normal é considerado uma forma natural de promover o nascimento. Fazendo relação com o parto cesáreo, é uma forma mais segura e, geralmente, com menor tempo de internação para a mãe. Porém, a dor e a ansiedade causam insegurança em muitas gestantes em optar por esse tipo de parto. Mesmo com a influência da fisiologia sobre o TP, a experiência da parturiente com relação à dor resulta de vários aspectos que vão além da dilatação cervical, são

¹ Discente de mestrado e técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. michellecf3112@hotmail.com.

² Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. faustino1507@gmail.com.

eles: o ambiente de parto, as experiências anteriores, os aspectos psicossociais e as condições em que a gestante está inserida (MASCARENHAS, 2019).

O Trabalho de Parto (TP) e o parto consistem em uma interação complexa entre a mãe e o feto. Fisiologicamente, as dores provocadas pelo TP relacionam-se a intensidade e frequência crescente das contrações uterinas, que é o componente de destaque da dor, são resultantes da dilatação progressiva do colo uterino, a descida fetal, a contração e estiramento das fibras uterinas, relaxamento do canal de parto, compressão na bexiga e pressão sobre as raízes do plexo lombo-sacro (MASCARENHAS et al, 2019).

Campos et al (2020) afirmam que a dor do parto é intensificada pelo medo, tensão muscular e ansiedade, aumentando a secreção de catecolaminas e de desconforto. Historicamente, associa-se que a ideia de sofrimento é inerente ao processo parturitivo. O uso dos métodos não farmacológicos de controle da dor, no entanto, traz um benefício que vai além do processo de acelerar o TP e reduzir os desconfortos durante esse momento. Pois verifica-se a interação e aproximação da paciente com seu acompanhante e até mesmo com os profissionais.

2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Propõe-se a construção de uma cartilha educativa voltada às gestantes, para auxiliar no conhecimento sobre procedimentos não invasivos, os métodos não farmacológicos (MNF) de controle da dor no trabalho de parto (TP) e Parto, promovendo segurança nesses momentos, a fim de que se evitem práticas rotineiras desnecessárias.

Espera-se que a cartilha acrescente conhecimentos no campo de atuação do(a) enfermeiro(a) auxiliando-o nas ações de educação em saúde junto às gestantes, facilitando o processo ensino-aprendizagem. Contribua para a melhoria no processo de humanização do parto, incentive a prática de uma assistência co-participativa, entre profissionais, acompanhantes e parturientes e fomente a capacidade de decisão, controle, segurança, autonomia e responsabilidade das gestantes durante o TP e parto.

A relevância deste estudo relaciona-se à utilização de uma tecnologia a qual tem a intenção de direcionar, padronizar, sistematizar e dinamizar as ações de educação em saúde na abordagem e consequentemente auxiliar as gestantes durante o TP e parto, com o uso dos Métodos não farmacológicos de controle da dor. Durante as consultas de enfermagem, no pré – natal e no TP e parto.

Podendo ainda, ser utilizado em domicílio como fonte de leitura, onde funcionará como guia de orientação para relembrar as informações contidas no material.

3. OBJETIVO

3.1 OBJETIVO GERAL

Construir uma cartilha educativa para gestantes com métodos não farmacológicos de controle da dor durante o Trabalho de Parto e Parto.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as necessidades dos profissionais que laboram nos setores a respeito do conteúdo da cartilha para inserir no constructo;
- Implantar a cartilha educativa para o pré- natal no HMDA e para as Unidades de saúde do Município de Parnamirim-RN;
- Realizar capacitações com a equipe de saúde do HMDA e com profissionais da SMS (Secretaria Municipal de saúde) sobre o uso dos métodos não farmacológicos de controle da dor durante o TP e parto;

4. METODOLOGIA E PROPOSITURA DO TRABALHO

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo exploratório, com análise de conteúdo, sobre o desenvolvimento, a avaliação e o aperfeiçoamento de um instrumento ou de uma estratégia que poderá aprimorar uma metodologia.

O estudo metodológico tem o objetivo de elaborar um instrumento confiável e preciso para ser utilizado por outros pesquisadores e pelo próprio público-alvo a que se destina (POLIT; BECK, 2011).

4.2 LOCAL DA PESQUISA

Esse estudo será realizado no HMP (Hospital Municipal de Parnamirim-RN), situado no município de Parnamirim/RN.

O instrumento a ser desenvolvido será uma cartilha educativa, que será utilizada durante o acompanhamento da gestante, no pré-natal e durante o Trabalho de Parto (TP) e Parto. Sendo sua finalidade informar sobre os MNF de controle da dor no TP e parto.

O desenvolvimento do estudo, seguirá as seguintes etapas:

- 1) Revisão Bibliográfica dos assuntos que serão elencados na Cartilha;
- 2) Elaboração da Cartilha educativa;
- 3) Edição da cartilha;

A questão norteadora utilizada na busca foi a seguinte: “Quais os métodos não farmacológicos para controle da dor são usados durante o Trabalho de Parto (TP) e Parto?”

O produto final será a cartilha educativa que terá como título: “Vamos conhecer sobre o uso de métodos não farmacológicos para alívio da dor no trabalho de parto e parto? Você vai aprender e praticar!”.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

A gestação é um fenômeno fisiológico e sua evolução acontece, geralmente, sem intercorrências. Porém, algumas gestantes que, por serem portadoras de alguma doença ou por desenvolverem problemas, apresentam probabilidade mais elevada de evolução desfavorável – seja para o feto como para a mãe (BRASIL, 2012).

Durante o processo de parturição, deverá receber assistência emocional e atenção à saúde com o mínimo de intervenções. Isso se faz com o intuito de diminuir o tempo do TP, a dor e o uso de medicações anestésicas e cesáreas. Contudo, essas recomendações

estão longe de se tornar a nossa realidade, devido o modelo de assistência à saúde no Brasil ainda apresentar uma cultura que negligencia os benefícios do processo de nascimento natural (OMS, 1996; BRASIL, 2016).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) mencionou em 1996 as técnicas de banhos, massagens, técnicas de relaxamento, hidroterapia, eletroestimulação cutânea, deambulação e cinesioterapia. Com o passar dos anos, outras técnicas foram adotadas para o auxílio às gestantes durante o TP: exercícios respiratórios, relaxamento muscular (através de técnicas de eletroterapia e alongamentos), uso de bola suíça e deambulação, podendo seu uso ser de forma isolada ou combinadas (ALMEIDA, 2015).

A dor no TP é um processo fisiológico, porém, para algumas mulheres a experiência de parir é única, dolorosa e por vezes a dor é maior a esperada. Assim, promover o cuidado das parturientes para que ela mesma possa lidar com o desconforto e com a dor durante o TP é uma atribuição do profissional de saúde. A dor pode ser atenuada por meio da utilização de métodos não farmacológicos, estratégia essa significativa e com comprovação científica (LEHUGEUR, STRAPASSON, FRONZA et al, 2017; SOUZA, AGUIAR, SILVA, 2015).

Os métodos não farmacológicos são considerados métodos não invasivos, podendo ser usado no TP para proporcionar a redução da dor sentida pela parturiente. Tornam o parto mais natural possível e reduz intervenções, diminui as cesáreas desnecessárias e a administração de fármacos (LEHUGEUR; STRAPASSON; FRONZA, 2017).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco: manual técnico** [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2012. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf 5. Acesso em: 12 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: vista aberta e direito a acompanhante**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/visita_acompanhante_2ed.pdf. Acesso em: 16 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias do SUS/CONITEC**. Diretriz nacional de assistência ao parto normal – relatório de recomendações. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7646.htm. Acesso em: 16 de julho de 2020.

FERREIRA, Adriana Gomes Nogueira et al. **Humanização do parto e nascimento: Acolher a parturiente na perspectiva dialógica de Paulo Freire**. Revista Enfermagem UFPE On Line, v. 7, n. 5, p. 1398-405, 2013. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/enfermagem/resource/pt/bde34017>. Acesso em: 03 de julho de 2020.

LEHUGEUR, Danielle; STRAPASSON, Márcia Rejane; FRONZA, Edegar. **Manejo não farmacológico de alívio da dor em partos assistidos por enfermeiras obstétricas**. Ver enferm UFPE online., Recife, v. 11, n. 12, p. 4929-37, Dezembro, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/?lang=pt&q=au:%22Lehueur,%20Danielle%22> Acesso em: 03 de julho de 2020.

MASCARENHAS, Victor Hugo Alves et al. **Evidências científicas sobre métodos não farmacológicos para alívio a dor do parto**. Acta paul. Enferm, v. 32, n. 3, p. 350-357, Junho, São Paulo 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002019000300350&lng=en&nrm=iso Acesso em: 08 de julho de 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Assistência ao parto normal: um guia prático**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1996 A.

POLIT, D. F.; BECK, C. T. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem**. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SOUZA, Émilin Nogueira Silva e; AGUIAR, Maria Geralda Gomes; SILVA, Bianca Sousa Martins. **Métodos não farmacológicos no alívio da dor: equipe de enfermagem na assistência a parturiente em trabalho de parto e parto**. Rev Enferm, v. 18, n. 2, p:42-56, 2015. Disponível em: periodicos.pucminas.br/index.php/enfermagemrevista/article/view/11693. Acesso em: 13 de julho de 2020.

PROCESSOS DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS DECORRENTES DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

ROSAVER ALVES DA COSTA³

JOSÉ ORLANDO RIBEIRO ROSÁRIO⁴

LEONARDO OLIVEIRA FREIRE⁵

1. INTRODUÇÃO

Com a o aumento da complexidade das relações institucionais e gradativo aumento da quantidade de processos de trabalho e exigências legais, introduzidas principalmente por Leis e outros instrumentos normativos, mostram-se cada vez mais necessárias a reunião de normas em consolidações, padronização e simplificação de procedimentos e processos de trabalho para orientar a realização das atividades administrativas desenvolvidas pela administração pública.

Tais práticas garantem um maior entendimento e esclarecimento ao usuário dos serviços oferecidos pela administração pública, bem como, permite uma maior transparência e segurança jurídica das ações tomadas por agentes públicos na condução de determinadas rotinas e processos administrativos.

Dito isto, tal esquematização de procedimentos e processos de trabalho, tanto é útil aos agentes públicos, que conseguem produzir e conduzir de forma mais facilitada e segura seus afazeres administrativos diários, contando com uma espécie de guia ou mesmo manual de instruções de suas práticas administrativas, quanto é útil ao usuário que pode de uma forma mais simples acompanhar a tramitação

³ Discente de mestrado e assistente em administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. rosaver_costa@yahoo.com.br.

⁴ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. orlando09ribeiro@gmail.com

⁵ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. freiredireitos@gmail.com

das rotinas e processos administrativos, e inclusive fiscalizar de modo mais facilitado a atuação dos agentes públicos, podendo identificar se seu processo de interesse está seguindo o curso normal de tramitação.

Dentro do universo da administração pública brasileira, este trabalho se volta para a administração pública federal indireta, mais especificamente para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a qual, enquanto autarquia federal em regime especial, nos termos do *caput* do art. 207 da Constituição Federal (CF)^[5], goza de autonomia em diversas áreas, dentre as quais a administrativa, o que lhe permite certa liberdade na sua organização administrativa, fazendo uso da forma de gestão que melhor atenda às suas particularidades e necessidades específicas, mas sempre observando os limites legais impostos.

Neste contexto, percebemos que os processos de penalidade administrativa existentes na UFRN não apresentam padronização quanto à forma, não havendo, por exemplo, definição quanto a quais documentos são necessários para sua instauração, nem há definição nas normas internas da UFRN quais as competências e atribuições dos setores e autoridades envolvidos nos processos de trabalho relacionados a apuração de responsabilidade decorrentes de irregularidades nas licitações públicas, contratos administrativos e processos de compra delas decorrentes.

Isto posto, seria relevante investigar se é possível estabelecer um padrão para os processos administrativos de penalidades administrativas da UFRN? Seria relevante verificar se a proposição de um instrumento com tal padronização pode ser considerada útil a agentes públicos, autoridades, usuários e interessados em tais processos?

Parte-se da hipótese que tanto seria relevante investigar a possibilidade de padronizar os procedimentos utilizados nos processos administrativos de penalidades administrativas na UFRN, quanto seria relevante investigar a utilidade de apresentar uma proposta de padronização dos processos administrativos de penalidades administrativas da UFRN.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha do tema é justificada pela possibilidade de a padronização de procedimentos e processos tender a dar maior eficiência aos processos de trabalho relacionados com a temática, permitindo uma melhor orientação quanto a condução dos processos, resultando no aprimoramento dos processos de trabalho realizados na UFRN. Bem como, tal busca irá acrescentar conhecimento quanto a temática, com a provável observação das implicações geradas com os envolvidos com o tema, sendo fato que o estudo de padronização de processos de trabalho é importante como objeto de estudo em si, permitindo reunir dados sobre a temática do desenvolvimento dos processos de trabalho e investigar os limites da autonomia universitária.

Outra justificativa para a escolha do tema traz um caráter mais prático e pessoal, ao passo que uma proposta de padronização de processos de trabalho, caso implementada e executada de forma eficaz, muito provavelmente, permitirá a diminuição do tempo gasto com os processos de penalidades administrativas, melhorando as condições de trabalho nos setores envolvidos, podendo resultar em melhora do clima organizacional e do bem estar dos envolvidos.

3. OBJETIVOS

De modo que o objetivo geral do projeto é investigar a possibilidade de padronização dos procedimentos relacionados aos processos de penalidade administrativas abertos pela UFRN, relacionados às licitações e contratos administrativos resultantes, a luz da legislação vigente e dos limites impostos pela autonomia universitária.

Tendo como objetivos específicos:

- Investigar os limites da autonomia universitária em conformidade com os princípios da administração pública e quais as modalidades de licitação e contratos administrativos a UFRN conduz e participa.
- Verificar quais as penalidades administrativas são impostas pela UFRN contra fornecedores que cometem infrações administrativas e se outras instituições públicas de ensino superior têm padronizações de seus procedimentos de processos administrativos de penalidades.

- Descobrir se o público alvo acharia útil ter um manual padronizado de processos administrativos de penalidades administrativas.
- Mapear os processos de penalidade administrativa na UFRN.
- Propor o redesenho dos procedimentos dos processos de penalidades administrativas.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Para alcançar os objetivos propostos o presente projeto será desenvolvido como uma pesquisa aplicada, com a finalidade de investigar se é possível elaborar uma proposta de padronização de procedimentos relacionados ao processo administrativo de penalidades, e abordará a questão de forma qualitativa e quantitativa, com objetivos de explorar as principais questões atinentes aos procedimentos administrativos envolvidos, fazendo uso, predominantemente, dos métodos hipotético-dedutivo e comparativo.

A pesquisa terá como foco a UFRN, instituição de ensino superior, pesquisa e extensão, autarquia federal em regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, tendo como público alvo os servidores da universidade ligados aos processos de compra e os implicados com a formalização e condução dos processos de penalidades administrativas e empresas participantes das licitações públicas conduzidas pela UFRN e das quais a UFRN venha a aderir.

A pesquisa se valerá dos procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudos de casos, sendo instrumentalizada principalmente por meio da aplicação de questionários e análise de conteúdo. Pretende-se que a análise dos dados resultantes seja predominantemente quantitativa, mas provavelmente também será necessária uma análise qualitativa em alguns aspectos dos dados.

Desejamos que o produto da pesquisa seja técnico, com possível proposta de resolução administrativa para padronizar os procedimentos administrativos ligados aos processos administrativos de penalidades administrativas. Poderá ainda resultar na proposta de um checklist de documentos mínimos necessários para a abertura e instrução de um processo administrativo de penalidades administrativas.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Estabelecemos, em caráter preliminar, que para minimamente alcançar os objetivos propostos e desenvolver a pesquisa, será necessário visitar os seguintes assuntos:

- Administração pública e seus princípios;
- A administração universitária e os limites da autonomia universitária;
- Compras públicas;
- Licitações e Contratos Administrativos;
- Infrações e penalidades administrativas;
- Processo administrativo e Processo Administrativo de penalidade administrativa;
- Gestão por processos.

REFERÊNCIAS

BENEDICT, T., BILODEAU, N., VITKUS, P. et al, **BPM CBOK Versão 3.0: Guia para o gerenciamento de processos de negócios** Corpo comum de conhecimento. 2013. Scotts Valley (EUA): CreateSpace, 2013. Disponível em: <https://www.abmpm-br.org/educacao/bpm-cbok/>. Acesso em: 15 jul 2020.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 05 out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL, Congresso Nacional, **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL, Congresso Nacional, **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 01 fev. 1999 e retificado em 11 mar. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL, Congresso Nacional, **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jul. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL, UFRN, **Estatuto da UFRN (2002)**. Disponível em: <https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/colegiados/anexos/estatuto.pdf>. Acesso em: 15 jul 2020.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011**. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jul. 2011 – Edição extra e retificado em 10 jul. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Coordenação Geral de Normas, **Caderno de logística – Sanções Administrativas: Diretrizes para a formulação de procedimento administrativo específico**. Brasília: 2015. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/caderno-logistica-de-sancao-2.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. UFRN, **Resolução nº 017/2019 – CONSUNI, de 19 de junho de 2019**. Aprova o Regimento interno da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Disponível em: https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/colegiados/anexos/regimento_interno_reitoria.pdf. Acesso em: 15 jul 2020.

CIRNE, M. B., **Universidade e constituição: uma análise dos discursos do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre o princípio da autonomia universitária**. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10640>. Acesso em: 05 jul 2020.

DI PIETRO, M. S. Z., **Direito administrativo**. 26. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

JUSTEN FILHO, M., **Comentários à Lei de licitações e contratos administrativos** (atualizado de acordo com a Lei Federal nº 12.349/2010). 15. ed., São Paulo: Dialética, 2012.

MEIRELLES, H. L., **Direito administrativo brasileiro**. 23. ed. atual., São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**. 27. ed. rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

SILVA, D. S. da, **Proposta de padronização de processos administrativos para a Divisão de Patrimônio de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.profiap.org.br/profiap/tcfs-dissertacoes-1/utfpr/2018/dissertacao-1.pdf>. Acesso em: 05 jul 2020.

VELTEN, A. C., **Autonomia e subordinação das universidades: uma investigação dos limites da autonomia universitária através da análise da intervenção da controladoria geral da união na Universidade Federal do Espírito Santo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10404>. Acesso em: 05 jul. 2020.

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FEDERAL: DIAGNÓSTICO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

ACYMARA CATARINA ZUMBA DE OLIVEIRA⁶
ADRIANO CHARLES SILVA E CRUZ⁷

1. INTRODUÇÃO

Há uma tendência mundial de estímulo à transparência das informações de interesse público em âmbito global. Neste contexto, o Brasil assinou tratados, declarações e documentos internacionais que ratificaram o acesso à informação de interesse público como algo indissociável dos regimes democráticos. Internamente, O Brasil adotou na Constituição da República a previsão expressa em seu art. 5º, XXXIII, como direito fundamental, o acesso às informações de interesse público, além dos arts. 37, § 3º, II e 216, § 2º que também reforçam esse direito. Assim, a Constituição Cidadã estabelece um poder público transparente, que se deixa conhecer, criando caminhos para a participação popular.

Com o objetivo de regular os artigos citados acima, foi elaborada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em consonância com a inclusão do Brasil no processo mundial de disseminação de políticas públicas globalizadas e fruto de movimentos da sociedade civil e de uma sequência de decisões e políticas de Estado no país.

O presente projeto de pesquisa busca estudar como a lei de acesso à informação tem sido aplicada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, especificamente quanto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

⁶ Discente de mestrado e técnica do IFRN. Acymara.zumba@ifrn.edu.br

⁷ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. adrianocruzufnr@gmail.com

Após quase nove anos da publicação da Lei de Acesso à Informação, eis que surgem dúvidas se o IFRN vem avançando no cumprimento da norma e quanto aos usos que a sociedade tem atribuído à LAI relacionados à instituição.

As principais questões são:

- No que concerne aos questionamentos encaminhados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, a Lei de Acesso à Informação está sendo respeitada no âmbito do IFRN?
- Para qual finalidade a sociedade vem utilizando o Serviço de Informação ao Cidadão no IFRN?

2. JUSTIFICATIVA

- **Argumento institucional:** Em uma instituição transparente o controle social é mais efetivo e conseqüentemente atos de corrupção podem ser mitigados. O respeito à LAI demonstra que a instituição é comprometida com a democracia e os princípios constitucionais de legalidade, publicidade e moralidade, adotando como regra a transparência e o sigilo como exceção.
- **Argumento científico:** É importante saber o nível de adesão do IFRN à LAI para entender o comprometimento da gestão com a transparência dos seus atos, além disso um estudo sobre a apropriação dos instrumentos criados pela norma para a participação social se faz relevante para uma reflexão sobre a maturidade democrática da sociedade.
- **Argumento social:** Na sociedade da informação há uma forte tendência global dos governos se abrirem para o controle social, prestando contas tempestivamente de suas políticas, abrindo espaço para a participação social no controle e implementação dessas políticas. A transparência é um dos pilares da governança e a Lei de Acesso à Informação é um robusto instrumento neste sentido.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente estudo é diagnosticar a efetividade da Lei de Acesso à Informação, que regulamenta o direito fundamental de acesso à informação de interesse público, expresso no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, no âmbito do IFRN.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar o exercício do direito de acesso à informação ou sua mitigação no âmbito do IFRN;
- Verificar a efetividade do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) no IFRN;
- Analisar para quais finalidades o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) tem sido utilizado no IFRN.
- Propor medidas para o aprimoramento da execução da Lei de Acesso à Informação no IFRN.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PROJETO

A presente pesquisa utilizará dos métodos indutivo, descritiva e explicativa, com abordagem qualitativa e quantitativa. O público-alvo serão os solicitantes e os servidores responsáveis pelas informações do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) no IFRN. A coleta de dados será realizada por pesquisa bibliográfica e documental. Os dados serão coletados dos relatórios extraídos do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) no IFRN. Os dados a serem analisados são a caracterização dos solicitantes de informações, tema a que se refere a informação, percentual de informações concedidas e denegadas, tempo de resposta e dados qualitativos.

O produto final será um diagnóstico da efetividade da Lei de Acesso à Informação no IFRN, em especial quanto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão e o controle social efetuado por seu intermédio.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Com base em uma revisão bibliográfica de diversos autores insígnies, dentre eles Manuel Castells (2002), e de dados de cartilhas e relatórios de entidades estatais e não governamentais, o capítulo inicial abordará a transição da cultura das mídias de massa para a cibercultura, o contexto histórico, geográfico e social do surgimento da sociedade da informação impulsionada pelo paradigma tecnológico da segunda metade do século XX, enfatizando suas principais características como o compartilhamento, troca, cooperativismo, acesso à informação e o novo aspecto polivalente da comunicação, além do movimento pelo direito à informação de interesse público no mundo e no Brasil, abrindo caminho para o surgimento da Lei de Acesso à Informação.

Em seguida, o capítulo 2 será uma pesquisa com base em revisão bibliográfica de estudos sobre o direito fundamental de acesso à informação e análise documental de dados constantes nos sítios eletrônicos do Congresso Nacional e da Controladoria-Geral da União, percorrendo inicialmente sobre o contexto de surgimento da lei de acesso à informação, centrando a análise nos principais aspectos de sua criação, demonstrando todo o processo de amadurecimento da norma até o texto final como se conhece hoje, ressaltando os aspectos relevantes dos Projetos de Lei que contribuíram para a formação da Lei no 12.527 de 18 de novembro de 2011.

O capítulo 3 terá como base uma revisão bibliográfica dos estudos de alguns pesquisadores da área como Marília SANT'ANNA (2018) e Rodrigo SILVA (2016), e consistirá em uma análise da relevância da gestão pública transparente com foco para o controle social, detalhando os instrumentos legais que fomentam o acesso à informação de interesse público, e os meios legais de controle social, estudando a LAI como importante instrumento democrático.

E, por último, será destinado um capítulo à análise crítica das informações extraídas nos relatórios emitidos pelo e-SIC, como caracterização dos solicitantes de informações, percentual de informações concedidas e denegadas, tempo de resposta e dados qualitativos, com a utilização dos métodos indutivo, descritivo e explicativo, com abordagem qualitativa e quantitativa.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, Caroline Müller, Janriê Rodrigues Reck. (2020). Os Desafios do Acesso à Informação e o Controle Social no Estado Pós-Democrático: normalidade ou exceção? Seqüência (Florianópolis), n. 84, p. 183-208, abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552020000100183&lang=pt. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- BOTTREL, Rachel do Monte. Uma análise dos usos da lei de acesso à informação no Brasil em notícias do período de 2013 a 2015. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/870/1/Dissertacao%20Mestrado_2016_Rachel%20Bottrel.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura , Vol. I, A Sociedade em Rede . 2002. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CUNHA, Fábio Simão da. I Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social: limites e potencialidades na utilização de um desenho institucional participativo. 2016. 93f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8652/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- EIRÃO, Thiago Gomes, Fernando César Lima Leite. (2019). Acesso à informação pública e democracia: alguns apontamentos. Biblios no.75 Pittsburgh abr. 2019. Universidade de Brasília – UNB, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n75/a04n75.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- LOPES, Cristiano. (2007). Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos - literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. Cad. Fin. Públ., Brasília, n.8, p. 5-40, dez.2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329701641_Acesso_a_informacao_publica_para_a_melhoria_da_qualidade_dos_gastos_publicos_-_literatura_evidencias_empiricas_e_o_caso_brasileiro. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- MICHENER, Gregory, Evelyn Contreras, Irene Niskier. From opacity to transparency? Evaluating access to information in Brazil five years later. Rev. Adm. Pública vol.52 no.4 Rio de Janeiro July/Aug. 2018. Fundação Getulio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro / RJ — Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/pt_1982-3134-rap-52-04-610.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- RAMOS, Anderson Guimarães Belchior. A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NO SENADO FEDERAL: EM QUAL GRAU O SENADO DA REPÚBLICA PERMITE O CONTROLE SOCIAL? 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8967/Anderson%20Guimar%c3%a3es%20Belchior%20Ramos_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 de junho de 2020. SANT'ANNA, Marília Mendonça Moraes. Transparência e controle social da administração pública: limites e possibilidades no cenário brasileiro. 2018. 230 f. Tese (Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPM_6506b92e5b864c6ea68e1300f23b3ecb. Acesso em: 10 de junho de 2020.
- SILVA, Luzivan José da. Transparência pública: análise sobre as práticas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. 2017. 117f. Dissertação (Mestrado

Profissional em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23212/1/LuzivanJoseDaSilva_DISSERT.pdf. Acesso em: 27 de junho de 2020.

SILVA, Leilson Vanderson Barbosa da. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E CONTROLE SOCIAL: UM ESTUDO DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25347/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Leilson%20Vanderson%20Barbosa%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2020.

SILVA, Rodrigo Monteiro da. Corrupção e controle social: a transparência como elemento de aperfeiçoamento da administração pública. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2016. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/98/1/Rodrigo%20Monteiro%20da%20Silva.pdf>. Acessado em: 27 de junho de 2020.

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DOS PROJETOS FACILITADOS PELA SGP/UFRN

EMANUELA DE OLIVEIRA JUSTINO⁸

ANDRÉ MORAIS GURGEL⁹

1. INTRODUÇÃO

O uso das metodologias de Gestão de Projetos (GP) vem sendo uma alternativa válida e sólida no contexto de facilitação de atividades administrativas em diversas estruturas organizacionais. Para o PMI (2017), um “projeto” pode ser definido como um esforço temporário, empreendido por uma equipe, para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo.

Nesse cenário, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) se aproxima desse movimento gerencial por meio da adoção de práticas de gestão que sejam orientadas para a entrega de resultados, com foco no usuário e no cliente- cidadão. Criada em 2016, a Secretaria de Gestão de Projetos (SGP), entre outras competências, é responsável por disseminar as melhores práticas em gestão de projetos e processos para serem incorporados às rotinas de gestão da UFRN. Caracteriza-se assim, como um escritório de gerenciamento de projetos, o qual, segundo o PMI (2017), é uma estrutura organizacional que padroniza os processos de execução e governança relacionados a projetos e facilita o compartilhamento de recursos, metodologias, ferramentas e técnicas. Para realizar uma “otimização organizacional”, a SGP formata projetos de melhoria organizacional com o objetivo de entregar um resultado demandado pela alta gestão, por imposição legal, ou ainda por identificar, dentro da organização, alguma lacuna que precisa ser mitigada.

⁸ Discente de mestrado e técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. emanuelaps@gmail.com

⁹ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. andregurgel@reitoria.ufrn.br

Os projetos acompanham o ciclo de vida (PMI, 2017), ou seja, são planejados, executados e concluídos, cujo resultado é a entrega de uma melhoria organizacional para a instituição, comunidade acadêmica e sociedade. Com apoio da SGP, as unidades da UFRN concluíram diversos projetos estruturantes e estratégicos para a UFRN.

Apesar do êxito, não existe processo sistemático de acompanhamento dos *efeitos* dos resultados dos projetos concluídos. Ou seja, não se monitora, *a posteriori*, a “efetividade” dos produtos entregues. Para Castro (2006), este termo, no contexto público, refere-se em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população. Esse conceito está fortemente ligado ao contexto de administração por resultados, focado na satisfação dos clientes finais; neste caso em específico, do cliente-cidadão.

Uma forma de monitorar a “efetividade” é por meio de indicadores de desempenho. De acordo com Borges e Carvalho (2011, *apud* KEZNER, 2006), os indicadores de desempenho medem a qualidade do processo para alcançar os resultados finais, avaliados por meio de critérios de sucesso previamente definidos. O processo de acompanhamento destes indicadores pode ser realizado de maneira quantitativa - por meio da coleta de dados emitidos por sistemas integrados, por exemplo - ou qualitativa - por meio da percepção subjetiva dos partícipes beneficiados pelos resultados dos projetos. A SGP, contudo, ainda não utiliza esses mecanismos após a finalização dos projetos.

Nessa conjuntura, compreende-se que há uma lacuna nas práticas de gestão, essencial para verificar se o trabalho realizado pela escritório de projetos está produzindo os efeitos esperados pela alta gestão e pela sociedade.

Considerando a necessidade de monitoramento do impacto promovido pelas práticas de gestão implementadas pela SGP, propõe-se, então, a seguinte questão de pesquisa: **qual o impacto dos resultados obtidos pelo projetos apoiados pela SGP/UFRN?**

2. JUSTIFICATIVA

A justificativa desta pesquisa pode ser evidenciada por aspectos teóricos, institucionais (práticos) e pessoais. Em breve pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) nacional, há um potencial indicativo de poucos trabalhos relacionados com os temas “impacto” e/ou “efetividade” em gestão de projetos focados no contexto público, o que pode evidenciar um *gap* teórico. Neste cenário, Barboza Filho, Carvalho e Ramos (2009) citam que o fator “impacto” deve ser melhor utilizado na construção de indicadores de desempenho para projetos, ressaltando a necessidade de realização de estudos futuros que venham a contemplar os efeitos dos resultados nos indicadores.

Borges e Carvalho (2011, p. 205), em estudo sobre indicadores de desempenho em uma empresa privada, a partir da análise da importância dos critérios de sucesso em projetos, ressaltam que a tipologia do projeto (características como escopo, objetivos, entre outros) “influencia no nível de importância dos fatores críticos de sucesso”. Em outro estudo (FARIAS FILHO; ALMEIDA, 2010), a definição de “sucesso” em projetos tem sido bastante questionada, pois não há consenso nas empresas sobre esse construto no contexto de gestão de projetos. Outro ponto observado na literatura é que muitos autores utilizam o conceito tradicional de “sucesso”, ou seja, a tríplice restrição, entregar o escopo no prazo e no custo programado, o que atualmente não é mais suficiente.

Algumas entidades também citam a importância da mensuração da efetividade em projetos. A Fundação Nacional da Qualidade - FNQ (2012), em publicação com temática sobre estruturação de indicadores de desempenho, relata que a tendência é a construção de indicadores com base no conceito de “efetividade” como critério de mensuração, uma vez que não se resume ao produto gerado, mas sim ao impacto final do mesmo.

Além da potencial lacuna teórica, esta pesquisa também pode contribuir para um aperfeiçoamento da metodologia de gestão de projetos utilizada atualmente pela SGP, além da possibilidade de adoção de novas práticas de gestão - em forma de políticas,

metodologia e/ou ferramentas -, ainda não incorporadas pela SGP, voltadas para resultados organizacionais.

Ademais, o interesse pessoal pela pesquisa se dá pelo fato da pesquisadora ser integrante do escritório de projetos da universidade a ser investigada. Primeira servidora técnica a integrar a secretaria, tornou-se motivo de interesse compreender como a comunidade acadêmica e a sociedade assimilaram os resultados dos projetos, adicionando algum aspecto “humano” às práticas de gestão, próprios da área de formação da investigadora. “O esforço empreendido pelas equipes de projeto surtem os efeitos esperados?”, esse é um questionamento recorrente que, enquanto servidora e pesquisadora, há anseio de se investigar.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta proposta de dissertação consiste em analisar a efetividade da metodologia de Gestão de Projetos adotada pela Secretaria de Gestão de Projetos, a nível institucional, sob a perspectiva das equipes executoras e patrocinadores.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A partir do objetivo geral supracitado, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Definir um indicador quantitativo para cada projeto a partir da análise qualitativa das partes interessadas e dos resultados dos projetos;
- Mensurar os indicadores previamente definidos;
- Propor sugestões de melhoria para as práticas de gestão de projetos, a partir dos resultados mensurados.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Este projeto pode ser caracterizado como misto - quanto ao enfoque – (CRESSWELL, 2007) e descritivo (quanto aos fins), a ser realizado um período específico - período temporal - por meio da estratégia denominada pesquisa-ação - quanto à abordagem – (SAMPIERI, COLLADO E LUCIO, 2013). Os sujeitos da pesquisa serão os integrantes das equipes de projetos que participarão da pesquisa, assim como os patrocinadores e os colaboradores da SGP envolvidos no apoio e execução dos projetos em questão.

Inicialmente, pretende-se realizar uma revisão bibliográfica sobre os tema “efetividade em gestão de projetos”, abarcando o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e bases de dados como a *Scielo*. Pretende-se conhecer ainda detalhes dos projetos selecionados (*locus*/cenário de pesquisa) como atores-chave (sujeitos da pesquisa), objetivos, produto final e entregas, artefatos que podem auxiliar na comparação entre a expectativa (benefícios planejados) e realidade.

Como este trabalho se propõe a realizar um monitoramento inicial, esta pesquisa utilizará a estratégia denominada “pesquisa-ação”. Segundo Thiollent (1988), a pesquisa-ação é uma abordagem relacionada com a ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores se envolvem diretamente com o problema de pesquisa.

Para realizar a pesquisa-ação, pretende-se utilizar os passos preconizados por Sampieri, Collado e Lúcio (2013). Desta forma, após a revisão bibliográfica, planeja-se:

a) Detectar, aclarar e diagnosticar o problema de pesquisa, buscando identificar os efeitos dos projetos investigados. Isso será realizado por meio da aplicação de um instrumento de coleta de dados qualitativo (entrevista semiestruturada) com as partes interessadas (atores que foram afetados pelo projeto) dos projetos selecionados (três projetos definidos na “introdução”);

b) Elaborar um plano para resolver o problema ou introduzir a mudança, por meio da formulação de indicadores, com base no

modelo de elaboração de indicadores sugerido pela FNQ (referencial teórico). Aqui, o enfoque se dará na construção de ao menos 01 (um) indicador quantitativo, cujo objetivo seja a mensuração da efetividade dos resultados dos projetos selecionados;

c) Implementar o plano e avaliar os resultados, por meio da execução-piloto dos indicadores de desempenho (coleta de dados quantitativa). Pretende-se aqui privilegiar, se aplicável, os sistemas integrados da UFRN ou os artefatos (documentação do projeto), para gerar indicadores mais apurados;

d) Dar feedback, que leva a proposição de políticas e ferramentas. Análise dos dados, por meio do cruzamento das informações captadas pelos instrumentos de coleta de dados, gerando recomendações, políticas e/ou ferramentas.

Ao final do projeto, pretende-se gerar um conjunto de ações (políticas e/ou ferramentas) direcionadas ao aperfeiçoamento das práticas de gestão da SGP (produto final), baseado em dados fiáveis coletados quali-quantitativamente (percepção dos sujeitos e sistemas informacionais), aumentando a aplicabilidade (utilidade) das sugestões no contexto organizacional investigado. Como produto final desta proposta de dissertação de mestrado, pretende-se desenvolver um Modelo de mensuração da efetividade em gestão de projetos com base no trabalho desenvolvido na SGP/UFRN.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Matias-Pereira (2010, *apud* MATIAS-PEREIRA, 2009) diz que a competitividade da economia brasileira está estreitamente relacionada com a qualidade da administração pública nos três níveis de governo. É nesse contexto que a Gestão de Projetos vem se consolidando como uma alternativa crucial para proporcionar ganho de qualidade e efetividade no setor público. Como confirma Farias Filho (2010), a disciplina de Gerenciamento de Projetos (GP) vem adquirindo importância crescente nos últimos 15 anos e sua utilização é cada vez maior nas empresas em todo o mundo. Ainda segundo este autor, atualmente, a GP está relacionada com a competência estratégica

e pode melhorar significativamente a competitividade futura das organizações.

Dessa maneira, essa análise pode ser estendida para as organizações públicas, quando analisado sob o prisma da qualidade, a qual não deve ser buscada somente nas atividades fim de uma universidade pública. Apesar da importância de obter sucesso em projetos e dos altos investimentos na GP, segundo Patah e Carvalho (2012), as poucas evidências quantitativas existentes apresentam um cenário nada animador. Sustentam ainda que, apesar do volume de literatura existente na área, ainda há poucas evidências empíricas que relacionam implementação de gerenciamento de projetos aos resultados obtidos. Tais informações são, na verdade, um estímulo para buscarmos entender, no contexto da UFRN, se o trabalho que vem sendo desenvolvido no gerenciamento de projetos, tem sido considerado, quantitativa e qualitativamente um sucesso. Assim como preconiza a FNQ (2012), a implementação de sistema de indicadores permite que os seus subprodutos (efeitos, aprofundamento dos resultados) possam ser ainda mais atraentes do que o próprio produto final.

Para tanto, faz-se necessário seguir um modelo já consolidado e estruturado para o alcance de resultados fidedignos e robustos. Nesse contexto, o “Meta-Modelo Alternativo para Estruturação de um Sistema de Indicadores”, apresentado pela FNQ (2012), é um modelo de medição do desempenho da performance baseado em seis dimensões, de resultado (efetividade, eficiência e eficácia) e de esforço (execução, excelência e economicidade). A dimensão da “efetividade”, a qual se relaciona diretamente com o impacto final do produto do processo ou projeto, será portanto, o foco de estudo (recorte) deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BARBOZA FILHO, F. U. N.; CARVALHO, M. M. D.; RAMOS, A. W. Gerenciamento de projetos: o impacto do uso dos indicadores de desempenho no resultado do projeto. *Produto & Produção*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 38-53, fev. 2009.

BORGES, J. G.; CARVALHO, M. M. D. Sistemas de indicadores de desempenho em projetos. *Revista de Gestão e Projetos - GeP*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 174-207, jan./jun. 2011.

CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. *XXX Encontro anual da ANPAD*, Salvador, 2006.

FARIAS FILHO, J. R. D.; ALMEIDA, N. D. O. Definindo Sucesso em Projetos. *Revista de Gestão e Projetos - GeP*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 68-65, jul./dez. 2010.

FNQ - Fundação Nacional da Qualidade. Indicadores de Desempenho - Estruturação do Sistema de Indicadores Organizacionais – 3ª edição / Fundação Nacional da Qualidade. - São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.

KEELLING, R. *Gestão de projetos: uma abordagem global*. São Paulo: Saraiva, 2002.

MATIAS PEREIRA, José. A Governança Corporativa Aplicada ao setor público. *Revista Administração Pública e Gestão Social*. v. 2, n. 1, p. 109-134, jan/mar, 2010c.

PATAH, L. A., & CARVALHO, M. M. de. (2012). Métodos de Gestão de Projetos e Sucesso dos Projetos: Um Estudo Quantitativo do Relacionamento entre estes Conceitos. *Revista de Gestão e Projetos - GeP*, 3(2), 178–206. <http://doi.org/10.5585/gep.v3i2.94>.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. *Metodologia de pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

PMI, Project Management Institute (Editor). *Um Guia do Conjunto de Conhecimentos do Gerenciamento de Projetos (6ª edição)*. Tradução oficial para o português do PMBOK® (Project Management Body of Knowledge) Guide. PMI, 2017.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1988.

ESTRUTURAÇÃO DE UM NÚCLEO PARA TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO EM UMA IFES

BRUNO AUGUSTO DA COSTA FERREIRA¹⁰
JOSUÉ VITOR DE MEDEIROS JÚNIOR¹¹

1. INTRODUÇÃO

Os sistemas computacionais e as redes de computadores tornaram-se elementos fundamentais para o funcionamento da nossa sociedade atual. Os computadores - desde aqueles instalados em enormes datacenters até os pequenos celulares que usamos diariamente, nos trouxeram avanços consideráveis em comunicabilidade, conectividade e acessibilidade de informação.

Entretanto, juntamente com os progressos alcançados, surgem novos desafios. As ameaças cibernéticas se multiplicam (Kettani, 2019), exigindo que sejam combatidas. A invasão, destruição ou vazamento de dados de um serviço público online irá potencialmente prejudicar milhares ou até milhões de pessoas. Cientes do gigantesco impacto desses incidentes, instituições públicas e privadas vêm se movimentando ao longo dos anos, tentando traçar métodos e estratégias para se proteger das diversas ameaças cibernéticas.

Nesse contexto, uma das estratégias estabelecidas com sucesso para a defesa contra ciberataques tem sido a criação dos chamados times de tratamento e resposta a incidentes de segurança¹² (Bradshaw, 2015). Seu objetivo é minimizar os danos provenientes de um incidente de segurança¹³, fornecendo os recursos para uma resposta eficiente e rápida recuperação dos danos causados (Ruefle, 2007). Quando

¹⁰ Discente de mestrado e técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. bruno@info.ufrn.br.

¹¹ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. josuevitor16@gmail.com.

¹² Do inglês CSIRT's – Computer Security Incident Response Teams.

¹³ Os termos "incidente" e "incidente de segurança" no contexto desse trabalho relacionam-se especificamente à segurança da informação no âmbito computacional.

um CSIRT existe dentro de uma organização, ele é o ponto focal na coordenação e nas ações da resposta aos incidentes de segurança (Cichonski et al, 2012).

Em face disso, o governo brasileiro tem demonstrado a preocupação com relação segurança da informação na administração pública, não somente a nível nacional, mas também em suas instituições. Já em 2008, era publicada a Instrução Normativa nº 01, de 13 de Junho de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (Brasil/GSI/PR, 2008), que “Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências”, e, em sua Norma Complementar 05, trata da “criação de equipes de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais – ETIR” nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta (Brasil/GSI/PR/DSIC, 2009). Em suma, o que o Governo Federal Brasileiro afirma é que os órgãos públicos no âmbito federal deverão desenvolver um processo de gestão para a segurança da informação e, além disso, manter equipes (CSIRTs) próprias voltadas para a prevenção, o tratamento e a resposta aos incidentes de segurança em suas redes computacionais.

Com relação a isso, surgem alguns questionamentos relevantes. Poderiam tais grupos contribuir para a melhoria da eficácia que a administração pública busca em seus serviços, especialmente no que se refere ao governo digital? Como eles contribuem para esse fim? Onde posicioná-los na hierarquia de uma instituição pública para que alcancem os melhores resultados?

2. JUSTIFICATIVA

A administração pública contemporânea é pautada atualmente por diretrizes relacionadas a agilidade e eficiência. Devido a isso, tem avançado fortemente na informatização de suas atividades e processos. Em decorrência surge a significativa necessidade de dar cuidadosa atenção a fatores relacionados à segurança da informação. Tendo isso em vista, o Governo Federal Brasileiro, através de Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008 estabelece que as

entidades da administração pública direta e indireta mantenham equipes especializadas no tratamento de incidentes de segurança da informação - CSIRTs - núcleos multidisciplinares formados por especialistas de várias áreas que tem como objetivos primários a prevenção, tratamento e resposta a incidentes relacionados à segurança da Informação.

Devido a isso, o trabalho apresenta forte argumento institucional: a criação de um grupo de tratamento e resposta a incidentes de segurança na UFRN, que vem colaborar para que a universidade entre em conformidade com a legislação vigente e com a sua própria POSIC/UFRN¹⁴. A instituição de um CSIRT formalizado pela gestão, bem organizado e atuante visa aprimorar a segurança de TI (tecnologia da informação) na UFRN, fornecendo desta forma à toda comunidade universitária um ambiente mais propício e saudável no uso de seus serviços de redes de computadores.

Mostra ainda um argumento científico, já que há pouca documentação sobre o desenvolvimento e formalização de um CSIRT, usando a metodologia proposta, no âmbito de uma instituição acadêmica. O desenvolvimento da pesquisa assim auxiliará a agregar conhecimento numa importante área da segurança da informação aplicada à administração pública.

Por fim, temos um argumento social: A informação é um ativo extremamente importante para as organizações. A sua segurança portanto deve ser devidamente aplicada, em especial nas instituições públicas, que agregam muitos dados de pessoas e do próprio governo. A existência de um CSIRT, dessa forma, coloca-se como um dos mecanismos de impulsão do progresso social, já que promove a conscientização de usuários com relação à guarda de seus dados e o uso de serviços online, protege as instituições contra ataques cibernéticos e implementa mecanismos para direcionar a recuperação de incidentes, caso ocorram.

¹⁴ POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicações da UFRN.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Esse trabalho é um projeto de intervenção, aplicado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com vistas ao desenvolvimento de um CSIRT baseado nas melhores práticas da literatura atual. Ao final do projeto, deseja-se que o CSIRT esteja devidamente oficializado pela alta gestão da universidade, tenha autonomia para tratar e responder a incidentes de segurança da informação no âmbito da instituição e seja capaz de desenvolver ações de prevenção a eles.

Pretende-se ainda, com o apoio da SINFO, criar uma página para o CSIRT, que será hospedada na hierarquia de domínio “UFRN.BR”, contendo a apresentação da equipe, sua carta de serviços, uma área com documentação, normas e apostilas referentes a cibersegurança para a comunidade, uma área com informações de contato e uma seção com notícias relacionadas. A página do CSIRT terá como propósito maior disseminar as boas práticas em segurança da informação, alertar para os constantes problemas nessa área, como ataques, vulnerabilidades em sistemas e como proceder para evitá-los.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar os objetivos e produtos descritos acima, faremos inicialmente a análise e estudo da legislação vigente que se refere à instituição de CSIRT's no âmbito da esfera federal. Estudaremos também as normas técnicas, especialmente da ABNT voltadas aos processos de segurança da informação, para alcançarmos melhores resultados. Buscaremos exemplos de grupos já estabelecidos em outras organizações e criaremos um regimento interno e nome, definindo ainda missão, visão, atribuições e responsabilidades, para posteriormente encaminhar a formalização pela gestão da UFRN, que esperamos seja feita por portaria ou resolução. Pretendemos ainda, com o auxílio da Superintendência de Informática, criar o modelo para o site a ser desenvolvido.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DE PRODUTO

Esse trabalho é um projeto de intervenção que visa a instituição formal de um grupo de tratamento e resposta a incidentes de segurança e a criação de seu site web. Ao final do projeto, pretende-se que o grupo esteja devidamente formalizado, operando com uma equipe de servidores própria, e atuando segundo as melhores práticas encontradas na literatura e na legislação vigentes. Para alcançar esses objetivos, propõe-se o uso de uma metodologia de pesquisa-ação associada à abordagem LCC¹⁵ para a gerência de projeto e a abordagem *Scrum* para a gerência de entregas. A pesquisa-ação utiliza-se de um ciclo de planejamento, ação, monitoramento e avaliação (Tripp, 2005). De forma similar, o método Scrum desenvolve-se em ciclos, chamados sprints onde é realizado planejamento, ação e avaliação.

O planejamento geral do projeto será dado através do uso do quadro LCC. O LCC, uma abordagem em canvas baseada no guia PMBOK¹⁶, permitirá uma visão ampla de todo o projeto, dando ao pesquisador subsídios essenciais como: Justificativas, objetivos, produtos, entregas, restrições, custos, cronograma, entre outros. Escolhemos o LCC por ser ferramenta já conhecida e utilizada na UFRN e por ter seus benefícios validados em estudo recente (Medeiros, 2016).

A gerência das entregas do projeto será realizada com o uso da metodologia ágil Scrum, onde os interessados participarão do ciclo de sprints proposta pela abordagem, gerando a cada passo um produto para a consecução do objetivo geral. Tais ciclos respeitarão os passos da pesquisa-ação: planejamento, ação, monitoramento e avaliação, em espiral contínua para a realização de nossos propósitos. Essa abordagem projetizada para a pesquisa-ação é essencial à consecução do projeto de intervenção, que visa a entrega de produtos

¹⁵ LCC - Life Cycle Canvas é uma metodologia de desenvolvimento de projetos desenvolvida pelo Dr. Manoel Veras, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

¹⁶ Project Management Body of Knowledge - conjunto de boas práticas e guias para a gerência de projetos, mundialmente reconhecido e publicado pelo Project Management Institute (<https://www.pmi.org>).

para a melhoria de processos relacionados à segurança da informação na UFRN, e que envolverá diversos funcionários da instituição.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Os acrônimos CSIRT (Computer Security Incident Response Teams), também conhecidos como CERT®¹⁷ (Computer Emergency Response Team), foram cunhados pelo Instituto de Engenharia de Software da Universidade de Carnegie Mellon (CMU), ao final da década de 1980, quando, em resposta ao incidente do Verme de Morris (1988), foi formado o grupo denominado CERT/CC (CERT Coordination Center) em Pittsburgh, Pennsylvania (West-Brown et al, 2003). No livro eletrônico “Handbook for Computer Security Incident Response Teams (CSIRTs)” é dada uma definição do que é o CSIRT, explicando sua missão e responsabilidades, sendo apresentado um framework para seu funcionamento, recomendações para a sua constituição (formação), localização na instituição, serviços, fluxo de informação, relacionamento com outras equipes e muitos outros detalhes. Já o white paper “Create a CSIRT” (CMU, 2017) mostra um passo a passo bastante mais resumido que pode ser usado como referência rápida na criação de CSIRTs. A institucionalização de um CSIRT, na esfera federal, no Brasil é dada pelas instruções normativas e normas complementares do Departamento de Segurança da Informação (DSIC) (BRASIL, 2003), (BRASIL/GSI/PR, 2008) e (BRASIL/GSI/PR/DSIC, 2009).

Para a consecução do projeto de intervenção proposto associaremos a metodologia de pesquisa-ação ao uso do LCC e Scrum. A Pesquisa-ação é uma metodologia que busca envolver e unificar a pesquisa a um conjunto de ações práticas e, a partir disso, gerar conhecimento e compreensão (Engel, 2000). Baseia-se num ciclo de Planejamento Ação Monitoramento Avaliação (Tripp, 2005). Esse ciclo repete-se continuamente em uma espiral ascendente. Cada ciclo envolve um conjunto de ações planejadas, que são monitoradas. Ao final faz-se a avaliação, que busca compreender melhor a situação

¹⁷ O termo CERT é registrado pela CMU no Escritório de Marcas e Patentes dos EUA.

e, caso necessário, iniciar novo processo. O ciclo da pesquisa-ação podem sofrer variações. Por exemplo, há autores que o dividem da seguinte forma: Identificar o problema → Adquirir dados → Interpretar os dados → Atuar → Avaliar → próximos passos (Lari et al, 2019). Vemos aqui que os autores expandiram o ciclo em seis fases, mas em nosso entendimento, as três primeiras fases podem ser compreendidas como subtópicos dentro do processo de planejamento, dando equiparação com o primeiro modelo de quatro fases.

Associado à pesquisa-ação, utilizaremos os quadros LCC para o planejamento do projeto. Todo projeto, sendo esforço temporário que define uma série de entregas e deve finalizar com um serviço ou produto (Guia PMBOK, 2017), deve ser gerenciado cuidadosamente. O LCC é um modelo em quadros (canvas) visualmente amigáveis aos seres humanos, permitindo uma boa visualização de todo o cenário (Eaidgah et al, 2016). Desenvolvido pelo Professor Manoel Veras, seu objetivo é a gestão visual de todo o ciclo de vida de um projeto. Recentemente um estudo (Medeiros, 2016), concluiu que o LCC é eficaz na gestão do ciclo de vida de um projeto. Em um outro estudo (Medeiros et al, 2018), é acompanhada a aplicação do LCC a um projeto do governo do Rio Grande do Norte, concluindo ser o mesmo adequado também ao contexto público

Por fim, o Scrum, também em associação à nossa metodologia proposta, é uma metodologia ágil (Beck et al, 2013) que ganhou bastante relevância no mundo (Sutherland, 2019). Trata-se de um framework¹⁸ para o desenvolvimento e entrega de produtos complexos (Schwaber & Sutherland, 2017). A ênfase do Scrum é o desenvolvimento de software, mas tem sido utilizado com sucesso em projetos de diversas outras áreas (Wykowski & Wykowska, 2019).

¹⁸ Framework: abstração composta por códigos de programação, algoritmos ou procedimentos para prover funcionalidades genéricas em um projeto. Muito usado em desenvolvimento de software.

REFERÊNCIAS

KETANNI, H.; WAINWRIGHT, P. **On the Top Threats to Cyber Systems**. IEEE 2nd International Conference on Information and Computer Technologies. 2019.

BRADSHAW, S. **Combating Cyber Threats: CSIRTs and Fostering International Cooperation on Cybersecurity**. SSRN Electronic Journal. 10.2139/ssrn.2700899. 2015.

RUEFLE, R.; **Defining Computer Security Incident Response Teams**. 2007. Carnegie Mellon University. Disponível em https://resources.sei.cmu.edu/asset_files/WhitePaper/2007_019_001_294579.pdf. Acessado em 01 abr. 2020.

CICHONSKI, P. Et al. **Computer security incident handling guide**. NIST Spec. Publ. 2012. Disponível em <https://nvlpubs.nist.gov/nistpubs/SpecialPublications/NIST.SP.800-61r2.pdf>. Acessado em 04 jun 2020.

BRASIL/GSI/PR. **Instrução Normativa Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008 - Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências**. 2008. Disponível em http://dsic.planalto.gov.br/legislacao/in_01_gsidsic.pdf. Acessado em 25 abr. 2020.

BRASIL/GSI/PR/DSIC. **Norma Complementar nº 05/IN01/DSIC/GSIPR, Criação de Equipes de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR**. 2009, Disponível em: http://dsic.planalto.gov.br/legislacao/copy_of_nc_05_etir.pdf. Acessado em: 21 abr. 2020.

WEST-BROWN, M. Et al. **Handbook for Computer Security Incident Response Teams (CSIRTs)**. 2003. CMU. Disponível em https://resources.sei.cmu.edu/asset_files/Handbook/2003_002_001_14102.pdf. Acessado em 08 jul 2020.

CARNEGIE MELLON UNIVERSITY (CMU). **Create a CSIRT**. 2017. Disponível em <https://resources.sei.cmu.edu/library/asset-view.cfm?assetid=485693>. Acessado em 08 jul 2020.

BRASIL. **Decreto Nº 4.829, de 3 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGLbr, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências**. 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4829.htm. Acessado em 25 abr. 2020.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. Editora da UFPR. 2000.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, Dec. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=en&nrm=iso. Acessado em 14 Jul 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>.

LARI, P. Et al. **Action Research**. Technology & Engineering Teacher. Vol. 79 Issue 2, p23-27. 5p, Oct 2019.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)**. 6a Edição. Project Management Institute. 2017.

EAIDGAH, Y. Et al. **Visual management, performance management and continuous improvement: a lean manufacturing approach**. International Journal of Lean Six Sigma, 7(2), 187-210. 2016.

MEDEIROS, B.; ARAÚJO, V.; OLIVEIRA, M. **Life Cycle Canvas (LCC): Um Modelo Visual para a Gestão do Ciclo de Vida do Projeto**. Revista de Gestão e Projetos, 9(1), 87-101. doi:<https://doi.org/10.5585/gep.v9i1.628>. 2018.

MEDEIROS, B. et al. **Planejando projetos com o Life Cycle Canvas (LCC): um estudo sobre um projeto de infraestrutura pública estadual**. Exacta, 15(1), 155-170. ISSN: 1678-5428. 2017.

BECK, K.M. Et al. **Manifesto for Agile Software Development**. 2013. S2CID 109006295. Disponível em https://pdfs.semanticscholar.org/6d5c/669460ad06e-85344857467d7b61a351402f2.pdf?_ga=2.150065910.1913317311.1594829898-212150146.1594829898. Acessado em 13 jul 2020.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. **The Scrum Guide: The Definitive Guide to Scrum: The Rules of the Game**. 2017. Disponível em <https://www.scrumguides.org/docs/scrumguide/v2017/2017-Scrum-Guide-US.pdf>. Acessado em: 15 jul 2020.

SUTHERLAND, J. **SCRUM: A Arte de Fazer o Bem do Trabalho na Metade do Tempo**. Editora Sextante. ISBN-10: 8543107164. 2019.

WYKOWSKI, T.; WYKOWSKA, J. **Lessons learned: Using Scrum in non-technical teams**. 2018. XP 2018 Conference. Disponível em: <https://www.agilealliance.org/resources/experience-reports/lessons-learned-using-scrum-in-non-technical-teams/>. Acessado em 15 jul 2020.

GESTÃO DE AQUISIÇÕES: ELABORAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO PARA O PROCESSO DE COMPRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DANIEL GALVÃO SOUSA¹⁹

ANDRÉ MORAIS GURGEL²⁰

1. INTRODUÇÃO

As instituições públicas estão inseridas em um cenário turbulento, redução de receitas, fiscalização forte por parte da sociedade e dos órgãos de fiscalização fazem com que os seus gestores tenham que buscar alternativas para se adaptar ao novo contexto.

Diante dessa conjuntura, Gariba Júnior (2011) diz que o conhecimento é uma ferramenta fundamental para que uma instituição sobreviva ao mercado e afirma que “a criação e a implantação de processos que gerem, armazenem, gerenciem e disseminem o conhecimento representam o mais novo desafio a ser enfrentado pelas empresas”.

Com a mesma ênfase, Carvalho et al (2012) afirma que nesse contexto repleto de mudanças e incertezas, o conjunto de exigências demonstra “um processo de mudança nos modelos de gestão, um mecanismo que possibilite a geração de transferência, retenção e aplicação do conhecimento”.

A gestão do conhecimento se faz totalmente necessária diante desta conjuntura atual pois, por meio dela que se pode falar em gestão da inovação que, por sua vez, é o que proporcionará aos gestores a melhor tomada de decisão, tempestiva e criativa, para responder da melhor maneira possível às novas demandas.

A partir da contextualização, decorre-se o problema do estudo, que consiste em responder a seguinte questão: Como a gestão da

¹⁹ Discente de mestrado e técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. dgalvaos@gmail.com

²⁰ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. andregurgel@reitoria.ufrn.br

inovação poderia ajudar no aumento da eficiência do processo de compras da UFRN?

2. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Argumento institucional: Em um cenário onde cada vez mais há a fiscalização e cobrança, tanto pela sociedade como das entidades auditores e fiscalizadoras, as entidades públicas devem buscar se enquadrar no contexto de governança. Buscando, dessa forma, utilizar os recursos públicos de maneira mais eficiente, aprimorando sua gestão e, conseqüentemente, ofertando um serviço de qualidade à sociedade.

Argumento científico: A gestão da inovação é um tema bastante moderno, sendo fundamental para a modernização da gestão pública. Tratando-se da inovação no processo de compras, o impacto e importância é ainda maior, por se tratar de utilização de dinheiro público.

Argumento social/pessoal: Quanto à justificativa social/pessoal, o presente estudo se justifica pois a partir do seu resultado, a Universidade garantirá que todo processo de aquisição terá passado por uma reformulação e busca de alternativas para cada objeto. Proporcionando a aquisição da melhor opção ofertada no mercado. Soma-se o fato de que o pesquisador faz parte da equipe de gestores de compras da UFRN, dessa forma, o modelo assim que implementado passará segurança para os gestores que terão a certeza que exploraram todas as alternativas possíveis em busca da melhor aquisição.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente estudo é propor um modelo de gestão da inovação para o processo de compras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o que as instruções normativas tratam do Plano Anual de Contratações e sobre a gestão da inovação;
- Pesquisar modelos de gestão da inovação existentes e estabelecer a sua conexão/adaptação com a gestão de aquisições;
- Construir e validar o modelo de gestão da inovação com a equipe de gestores de compras da Diretoria de Compras/PROAD – UFRN.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

A presente pesquisa utilizará dos métodos dedutivo, partindo de um referencial teórico para análise de um caso concreto. Com metodologia, preponderantemente, empírica, qualitativa por técnica de estudo de caso.

O público-alvo serão os servidores, prioritariamente escolhidos da Diretoria de Compras por estarem diretamente relacionados ao problema da pesquisa.

Para cumprimento dos objetivos específicos, esclarece-se item a item:

OBJETIVO ESPECÍFICO	METODOLOGIA
Objetivo 1	A coleta de dados ocorrerá por técnica de análise legislativa, levantamento bibliográfico para o referencial teórico e análise hermenêutica deste material.
Objetivo 2	Será realizada análise documental, notadamente dos acórdãos do TCU e análise de mapeamento produzido pela ENAP quanto aos laboratórios de inovação.
Objetivo 3	Será usada a modelagem do Design Thinking, a fim de construir um modelo prototipado a ser testado na Diretoria de Compras.

Ao final, o produto será um modelo de gestão da inovação a ser implantado em todos os processos de compras efetivados pela Diretoria de Compras/PROAD – UFRN.

5. REVISÃO DE LITERATURA

O contexto atual que abrange as instituições públicas é de plena consolidação de regulamentos e ferramentas que normatizam e buscam garantir, cada vez mais, a lisura dos seus processos, principalmente quando se trata de aquisições públicas. Nesse cenário surge o Plano Anual de Contratações - PAC -, que nada mais é que um planejamento obrigatório do que a entidade precisará adquirir no próximo ano.

Diante dessa conjuntura e no âmbito da gestão do conhecimento, segundo Gariba Júnior (2011), o conhecimento é uma ferramenta fundamental para que uma instituição sobreviva ao mercado e afirma que “a criação e a implantação de processos que gerem, armazenem, gerenciem e disseminem o conhecimento representam o mais novo desafio a ser enfrentado pelas empresa”.

O PAC e suas instruções normativas trazem a obrigação pela busca da melhor aquisição pro serviço público, inserindo a gestão da inovação nesse contexto das compras públicas. A gestão do conhecimento se faz totalmente necessária diante desta conjunto atual pois, por meio dela que se pode falar em gestão da inovação que, por sua vez, é o que proporcionará aos gestores a melhor tomada de decisão, tempestiva e criativa, para responder da melhor maneira possível às novas demandas.

REFERÊNCIAS

AGUNE, Roberto et al. **Dá pra fazer - Gestão do conhecimento e inovação no setor público**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014.

BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Planalto, 2017.

BRASIL. Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019. Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Brasília: Planalto, 2019. Acesso em: 25 novembro 2019. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/1068-in-1-de-2019>>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia da Política de Governança Pública**. Brasília, 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial Básico de Governança**. Brasília, 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **10 Passos para a Boa Governança**. Brasília, 2014. Acesso em: 16 outubro 2019. Disponível em: < <https://portal.tcu.gov.br> › lumis › portal › file › fileDownload >..

CARVALHO, Hélio Gomes de. CAVALCANTE, Márcia Beatriz. REIS, Dálcio Roberto dos. **Gestão da Inovação**. Curitiba: Aymar, 2011.

CARVALHO, Hélio Gomes de et al. **Gestão do Conhecimento nas Organizações**. Curitiba: Aymar, Educação, 2012.

FALSARELLA, Orandi Mina. JANNUZZI, Celeste Sirotheau Corrêa. SUGAHARA, Cibele Roberta. **Gestão do conhecimento: um estudo de modelos e sua relação com a inovação nas organizações**. São Paulo, SP: 2016.

FENILI, Renato. **Governança em aquisições públicas: teoria e prática à luz da realidade**. Niterói, RJ: Impetus: 2018.

GARIBA JÚNIOR, Maurício. **Gestão do conhecimento** - 2. ed. - Florianópolis: Publicações da IF-SC, 2011.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ALUNOS DA UFRN

ÁLVARO RAMOS DE FIGUEIREDO²¹

MARCELO RIQUE CARÍCIO²²

PATRÍCIA BORBA VILAR GUIMARÃES²³

1. INTRODUÇÃO

Devido a sua natureza de grande relevância, servindo como uma espécie de interseção entre a teoria ensinada na sala de aula e a prática desenvolvida no mundo do trabalho, o estágio é prática discutida desde o início do século XX acerca de seu impacto no aprendizado.

Dada essa importância da atividade, sua influência na qualidade de ensino e na formação profissional do aluno, pretende-se realizar estudo a fim de investigar a natureza do estágio, suas nuances, e como a atividade pode estar impactando no contexto atual da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

O estágio curricular supervisionado demanda bastante recurso humano e financeiro de uma instituição de ensino para que possa ocorrer. Por isso é importante saber e avaliar qual o impacto que essa atividade está tendo na formação acadêmica e profissional do estudante.

Sabe-se que o estágio desempenha papel fundamental, mas é preciso saber até onde a atividade desenvolvida atualmente na instituição, nos cursos de graduação, está impactando na continuidade do aluno em sua área de formação, manutenção do estudante nos cursos, e entrada ou perspectiva de obtenção do primeiro emprego.

²¹ Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. alvaro_ramos@bct.ect.ufrn.br.

²² Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. marceloriquebr@gmail.com.

²³ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. patriciabvilar@ufrn.edu.br.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha desse tema tem papel importante para o pesquisador que trabalha na Coordenadoria de Estágios da UFRN e a realização do trabalho proposto poderá enriquecê-lo profissionalmente para desempenhar um trabalho cada vez melhor.

Ainda, a pesquisa traria dados novos e relevantes para a comunidade científica em relação à formação de alunos e estágio curricular, visto que a Lei de estágio é ainda relativamente nova (de 2008), existe escassez de estudos sobre estágios após sua edição.

E, principalmente, o trabalho proposto traria novas informações que podem subsidiar tomadas de decisões pela instituição, além de poder ajudar com a proposição de uma ferramenta nova para a instituição, hoje inexistente, que permitirá um melhor acompanhamento de suas atividades em relação ao estágio.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa, é avaliar o impacto e relevância que o estágio possui na formação profissional do aluno através do estudo com egressos de alguns centros específicos da UFRN.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para isso, será necessário identificar e relacionar a carga horária de estágio realizada pelos alunos a serem estudados e quais tipos de estágios eles fizeram, identificar a perspectiva e a condição de emprego do aluno egresso, e quanto o aluno acredita que o estágio foi relevante para esse estado atual e identificar quais atributos da formação os alunos acreditam que o estágio mais influenciou, e sua relevância na formação profissional.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Para a produção do estudo, deverá ser realizado uma pesquisa explicativa, com abordagem quantitativa e qualitativa, através do método hipotético-dedutivo. Partindo da hipótese de que através de mais prática do estágio fora da Instituição de Ensino, o estudante se sente mais motivado para prosseguir com seus estudos e continuar na área de atuação de sua graduação, além de aumentar as chances de alcançar o primeiro emprego. Através dos dados obtidos a hipótese será avaliada e discutida.

O público-alvo do trabalho estará delimitado aos egressos da UFRN, e deverá ser recortado para os egressos de um período específico, possivelmente sendo restringido a algum grande Centro.

Para a atingir os objetivos será utilizada a pesquisa bibliográfica e documental em primeiro momento, através de estudo teórico e de relatórios obtidos através dos sistemas Central de Estágios da UFRN, e em segundo momento será feito um estudo de caso, com uso de questionários e possivelmente entrevistas.

A análise dos dados, como descrito, será feito de forma quantitativa e qualitativa, porém quantitativa em sua maior parte.

A ideia preliminar de produto final é de se construir um diagnóstico acerca da qualidade e impacto que as atividades de estágio da forma que são desenvolvidas no momento tem sobre a qualidade da formação acadêmica e profissional do aluno. Também é possível sugerir uma ferramenta que possibilite a obtenção desse tipo de diagnóstico de forma contínua e sistemática, de fácil acesso aos setores interessados.

5. REVISÃO DE LITERATURA

A Lei Federal n. 11.788/2008, mais conhecida como Lei de Estágios, define, em seu artigo primeiro, o estágio como sendo “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior [...]”.

É notável a preocupação de propor sempre o estágio como sendo um ato educativo escolar. Piconez et al.(1991) define a prática do

estágio supervisionado como componente teórico-prático com uma dimensão ideal, teórica, subjetiva, articulada com diferentes posturas educacionais, e uma dimensão real, material, social e prática.

Consoante com estas definições, Bianchi et al. (2009) define o estágio como o período de estudos práticos para aprendizagem e experiência que envolve supervisão e revisão e podem trazer imensos benefícios para a melhoria do ensino. Destacando ainda os benefícios do estágio, Marran e Lima (2011) afirmam que o momento do estágio “é uma possibilidade de reflexão e paralelismo sobre o curso, [...] de trabalho produtivo, sobre a interdisciplinaridade e a suficiência ou aprimoramento necessários à constituição da inteireza profissional.”

Na visão de Câmara (2004), o estágio é “atividade acadêmica, eminentemente prática que, visando a intervenção, é realizada em instituições relacionadas à área específica de cada estágio” e “tem sido destacado como a etapa principal para o aprimoramento da futura atuação profissional”.

Para Benito et al. (2012), “A prática do estágio [...], onde se depara com situações reais e diferenciadas, é que o impulsiona a exercer e amadurecer o seu papel profissional com mais qualidade, habilidade e segurança”. Seguindo nessa linha, Bardagi et al. (2006) destaca a importância da prática como uma forma de ratificar e impulsionar o estudante em sua escolha, evidenciando habilidades e identificações que suportam a entrada do estudante naquele campo de trabalho, ajudando para que eles sigam em sua profissão.

Por fim, pode-se sintetizar, conforme Martins (2015), que o estágio se oferece como integração do aprendizado na escola e a prática na empresa, sendo que o que pode ser a principal diferença deste para o contrato de trabalho, é seu objetivo na formação profissional e sua finalidade pedagógica.

REFERÊNCIAS

- BARDAGI, M. *et al.* **Escolha Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho: Percepções de Estudantes Formandos.** Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). v.10, n.1, p 69-82, Junho de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572006000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 Ago. 2020.
- BENITO, G. A. V. *et al.* **Desenvolvimento de Competências Gerais Durante o Estágio Supervisionado.** Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, v.65, n.1, p 172-8, 03 de Março de 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000100025>. Acesso em: 10 Ago. 2020.
- BIANCHI, A. C. de M; ALVARENGA, M; BIANCHI, R. **MANUAL DE ORIENTAÇÃO: ESTÁGIO SUPERVISIONADO.** 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 112 p.
- BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de Setembro de 2008, seção 1, p. 3-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2020.
- CÂMARA, Rosa Angélica de Mendonça. **Concepções e Práticas da Psicologia Escolar: Um Olhar Através do Estágio Curricular Supervisionado.** 2004. 107f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal: 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17515>>. Acesso em: 10 Ago. 2020.
- DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo.** 22. ed. São Paulo: Saraiva. 2009.
- MARRAN, A. L; LIMA, P. G. **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ALGUMAS REFLEXÕES.** Revista e-Curriculum. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo), v.7, n.2, Agosto de 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/6785>>. Acesso em: 10 Ago. 2020.
- MARTINS, Sergio Pinto. **Estágio e Relação de Emprego.** 4. ed. Atlas, 2015. 144 p.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 27. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2002.
- PICONEZ, S. C. B. *et al.* **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado.** 24. ed. Papirus Editora, 1991. 128 p.
- UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Resolução n.171/2013-CONSEPE.** Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da UFRN. Natal: 2013. Disponível em: <http://www.sistemas.ufrn.br/download/sigaa/public/regulamento_dos_cursos_de_graduacao.pdf>. Acesso em: 10 Ago. 2020.

A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: O CASO DO CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UFRN

ANA CAROLINA RODRIGUES CHAVES²⁴

CYNARA CARVALHO DE ABREU²⁵

1. INTRODUÇÃO

Criado no ano de 2009, o curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP) – Bacharelado (turnos vespertino e noturno), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nasceu por meio do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Assim, esse curso de graduação assume o objetivo de formar gestores com uma visão global e crítica acerca da gestão governamental e não-governamental das políticas públicas, comprometidos com a ética e a responsabilidade social, com capacidade de liderança, e de acordo com os princípios da justiça social e da participação.

Em dez anos de curso, já foram formados mais de trezentos gestores em políticas públicas, aptos a atuar na prestação de atividades relacionadas com gestão governamental e de instituições sociais, assim como a implementação e avaliação de políticas públicas, principalmente no que se refere à direção, consultoria, assessoramento, planejamento, coordenação e execução. Além disso, os gestores estarão sempre dialogando com a sociedade, contribuindo, dessa forma, para o meio social, servindo como instrumento de transformação do governo e da coletividade. Ademais, o curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é pioneiro e protagonista no campo de públicas no Brasil, tendo recebido em 2012

²⁴ Discente de mestrado e técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. anacarolchaves@gmail.com.

²⁵ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. cynaracabreu@gmail.com.

a visita do Ministério da Educação (MEC) e por quem foi avaliado com conceito 4, refletindo seu bom desempenho na fase de implementação.

Ocorre que, desde a criação do curso, o número de alunos que não concluíram a graduação vem chamando atenção. E esses índices têm aumentado cada vez mais, principalmente nos últimos seis anos – desde 2013, causando preocupação ao departamento.

Trata-se, assim, da evasão universitária, fenômeno no qual o aluno não se mantém na instituição de ensino superior, trazendo impactos e prejuízos não apenas para o estudante, mas também, para outros inúmeros setores. (NAGAI e CARDOSO, 2017). No campo financeiro, por exemplo, há um enorme desperdício, visto que os recursos investidos não geraram o retorno esperado. Há também um prejuízo pessoal para o estudante, pois o fato de não concluir o curso, gera um sentimento de frustração, incapacidade, fracasso. Já em relação à economia, o estudante que abandona a graduação encontrará maiores dificuldades em conseguir uma vaga no mercado de trabalho, o que causa significativo impacto na economia, ampliando a desigualdade social.

Por esses motivos, faz-se necessário a realização deste estudo, que buscará respostas para os altos índices de evasão no curso de Gestão de Políticas Públicas, que desde 2013 vem ultrapassando o número de concluintes. Com os resultados obtidos será possível identificar os principais motivos que levaram e estão levando os alunos a desistirem do curso, assim como mapear o perfil dos estudantes evadidos, conhecendo suas principais características, semelhanças e diferenças.

Por meio dessa pesquisa, o departamento de Gestão de Políticas Públicas mais especificamente, bem como a própria UFRN, poderá traçar ações institucionais no intuito de reduzir os índices de evasão do curso de graduação em questão, o que, conseqüentemente, trará benefícios, seja econômico, financeiro, social ou pessoal, tanto para as pessoas, para o setor, como para toda a instituição federal de ensino superior.

Ademais, as medidas a serem tomadas buscando reduzir o número de estudantes que abandonam o curso de GPP poderão ser utilizadas também em outras graduações que estejam vivenciam

o mesmo fenômeno da evasão, como já demonstrado em estudos realizados (MELO, 2017; CHAVES,2016; SILVA,2019).

2. JUSTIFICATIVA

Muitas são as inquietações que movem um pesquisador a realizar os estudos que propõe. No caso deste, faz-se importante destacar alguns deles, aqui apresentados como justificativas, a saber: (1) justificativa pessoal: a convivência com a temática no âmbito das atividades realizadas na secretaria da Coordenação do curso de Gestão de Políticas Públicas e que tem a evasão como uma das maiores situações-problema enfrentadas; (2) justificativa institucional: a pesquisa desenvolvida procura traçar ações institucionais com intuito de reduzir os índices de evasão do curso, o que, conseqüentemente, trarão benefícios, sejam econômicos, financeiros, sociais ou pessoais, tanto para o setor, como para a UFRN como um todo. Além disso, as ações traçadas poderão ser replicadas por outras graduações que enfrentam o mesmo problema; (3) justificativa científica: contribuir com pesquisas sobre evasão, intentando discutir e intervir sobre esse fenômeno no contexto do ensino superior.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo geral identificar os fatores que ocasionaram a evasão dos alunos do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, ingressantes entre os anos de 2009 a 2019.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para o alcance do objetivo geral será necessário o atingimento de algumas etapas, aqui expressas em objetivos específicos, a saber: (1) caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes evadidos no curso de GPP, (2) identificar as razões que levaram os estudantes a se evadirem do curso de GPP; (3) identificar o que poderia ter evitado a evasão do curso, segundo a opinião dos estudantes evadidos e (4)

propor ações que ajudem na redução dos fatores que têm levado à evasão no curso de GPP.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Este estudo será do tipo descritivo e terá como população os estudantes que tiveram seus vínculos com a UFRN cancelados por “abandono de curso” entre os anos de 2009 a 2020, ou seja, desde a criação do curso. Para acessar informações sobre formas de ingresso, fatores que influenciaram a escolha do curso, motivos do abandono e o perfil dos evadidos do curso de GPP, por exemplo, será usado como instrumento de pesquisa a aplicação de questionários online, estruturados a partir das referências bibliográficas. Esses questionário será enviado via e-mail aos ex-estudantes, contendo perguntas pré-definidas e uma pergunta aberta ao final, por meio do qual os participantes responderão o que mais lhe representa, resultando em abordagens quantitativas.

Ademais, serão solicitados em outras unidades da UFRN relatórios sobre evasão, como por exemplo, na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Em seguida, os dados coletados serão analisados por meio de estatística descritiva, utilizando o Excel para tratamento dos dados.

Destaca-se por fim que esta pesquisa será um estudo de caso sobre a evasão no curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, apresentando como produto final um diagnóstico institucional sobre essa temática.

5. REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa pretende abordar os fatores motivadores da evasão no curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN, sob a perspectiva dos alunos evadidos.

Nesse contexto, Vincent Tinto (1975) entende que a evasão do Ensino Superior seria uma atitude voluntária, motivada principalmente por desempenho acadêmico insatisfatório e da não integração social

ao novo ambiente. Ademais, a pedagoga Lucileide Domingos Queiroz (2006) informa que esse fracasso escolar pode ser visto sobre duas óticas: uma primeira, relacionando-o com os fatores internos, como a didática, e uma segunda, analisando por meio de fatores externos, citando-se, por exemplo, a família.

Complementando esse raciocínio, os autores Bardagi e Hutz (2012) identificaram com seus estudos a importância percebida dos relacionamentos interpessoais e do envolvimento acadêmico para a evasão entre universitários.

Outrossim, será feito um levantamento bibliográfico, e com a literatura pesquisada serão selecionados alguns dos principais motivos, os quais estão levando os estudantes a abandonarem suas graduações em algum momento da carreira acadêmica: insatisfação com o curso; opção por mudança de curso ou carreira; situação socioeconômica; pouco preparo para enfrentar o nível de dificuldade do curso; desinformação quanto à carreira escolhida; didática-pedagógica; dúvidas acerca do retorno financeiro; dificuldade para conciliar estudos e trabalho; entrou no curso apenas porque passou na seleção, mas não era sua opção; motivos pessoais; baixo desempenho acadêmico; dificuldade de relacionamentos com colegas.

Observa-se que estudiosos, como os acima citados, concordam no que se refere aos principais motivos, e o quanto fator externo é decisivo no fracasso universitário. E, conhecer todas essas justificativas se faz necessário, pois elas serão de extrema importância no momento da análise dos dados, servindo de comparação com os resultados obtidos nas pesquisas com os alunos do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN.

Assim, o trabalho buscará apresentar assuntos que abordem a temática da evasão, contextualizando-a com essa problemática no ensino superior e com o curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Serão abordados, entre seus capítulos, quatro principais assuntos, quais sejam: o ensino superior no Brasil e a criação da UFRN; o REUNI e a criação do curso de Gestão de Políticas Públicas da UFRN; o fenômeno da evasão e essa problemática no curso de GPP; e por fim, os procedimentos realizados e a análise dos dados obtidos.

REFERÊNCIAS

BAGGI, C.A.S.; LOPES, D.A. **Evasão E Avaliação Institucional No Ensino Superior: uma Discussão Bibliográfica**. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/aval/article/view/28636> Acesso em 11 jul. 2020.

BARDAGI, M.P.; HUTZ, C.S. **Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: Impacto na evasão universitária**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5163217> Acesso em 15 jul. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://www.inep.gov.br> Acesso em 13 jul. 2020.

CHAVES, V. S. **Evasão nos cursos de graduação em Física, Matemática e Química da UFRN**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MELO, K.C. **Escolha de curso e evasão universitária: análises a partir do Sistema de Seleção Unificada**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

NAGAI, N. P.; CARDOSO, A. L. J. **A Evasão Universitária: uma análise além dos números**. Revista Estudo & Debate, Lajeado, v.24, n. 1, 2017.

SILVA, D. P. **Evasão no ensino superior: uma análise nos bacharelados interdisciplinares de Tecnologia da Informação e Ciências e Tecnologia de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf> Acesso em 11 jul. 2020.

QUEIROZ, L.D. **Um Estudo sobre a Evasão Escolar: para se pensar na Inclusão Escolar**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 2006.

TINTO, V. **Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research**. Washington, Review of Educational Research v. 45, n. 1, 1975.

BANCO DE IMAGENS INSTITUCIONAL: FLUXO DE TRABALHO E FORMATAÇÃO

CÍCERO BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR²⁶

SEBASTIÃO FAUSTINO PEREIRA FILHO²⁷

1. INTRODUÇÃO

A humanidade passa por um momento histórico de rápidas e radicais mudanças. Na seara da comunicação caminhamos invariavelmente no mesmo ritmo, com produtos e processos sendo criados e extintos muitas vezes sem terem a oportunidade de dispor do tempo necessário ao seu devido aprimoramento, simplesmente pelo surgimento de outros novos que proporcionam ao homem a realização de uma determinada tarefa de maneira mais fácil, rápida e dispensando menor esforço. Não obstante essa fugacidade das tecnologias, algumas delas apresentam-se com perspectivas bastante promissoras, e por vezes tornam-se protagonistas do desenvolvimento do conhecimento humano.

A terceira e a quarta revoluções industriais, a revolução tecnológica e a revolução do conhecimento/comunicação respectivamente, estão intimamente ligadas ao campo das comunicações, de forma particular ao uso da imagem. Justamente por isso é crescente o número de estudos dedicados de forma ampla a este campo. Não poderia, portanto, ser diferente no tocante à imagem, em qualquer das técnicas utilizada: gravura, ilustração, desenho, fotografia ou qualquer outra.

Quando fazemos qualquer pesquisa em publicações do início do século passado percebemos rapidamente que a imagem possuía pouca relevância no processo comunicacional, isso devia-se principalmente às tecnologias disponíveis que inviabilizavam a sua utilização. A evolução da indústria gráfica e dos processos de produção da fotografia cuidaram

²⁶ Discente de mestrado e técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. cicerooliv@hotmail.com.

²⁷ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. faustino1507@gmail.com.

de reverter essa situação. Posteriormente, as novas tecnologias da informação trataram de consolidar definitivamente a imagem como algo quase indispensável aos processos comunicacionais contemporâneos.

Diante da relevância da imagem para os atuais processos comunicacionais, esse trabalho propõe o desenvolvimento de um banco de imagens institucional para atender de forma satisfatória às demandas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sejam elas provenientes daqueles que produzem conteúdo através da fotografia, daqueles que necessitam desse conteúdo como subsídio para o seu trabalho, ou da própria organização no desenvolvimento das mais diversas atividades que necessitam da fotografia como insumo.

2. JUSTIFICATIVA

A construção de um banco de imagens institucionais se justifica como mais uma ferramenta para facilitar a preservação da memória institucional, o acesso ao conhecimento científico produzido, e como plataforma de interação entre a instituição e a imprensa, tendo portanto relevância histórica, científica e jornalística respectivamente.

A adequada condução desse processo implicará certamente em um reforço de imagem perante a sociedade, valorizando o trabalho daqueles que participam do processo de construção diária da organização. Reconhecimento que traduz-se em respeito e defesa do papel da instituição pela a sociedade.

A construção desse banco de imagens, a médio ou longo prazo, também pode significar economia financeira, visto que pode diminuir custos com a produção de imagens demandadas pela instituição, uma vez que as mesmas já podem encontrar-se disponíveis no acervo.

Outro ponto importante a ser considerado é que um bom acervo imagético se traduz em uma ampla fonte de referência para pesquisadores das mais diversas áreas, visto o amplo escopo que o trabalho colaborativo de registro fotográfico pode alcançar.

Por fim, sabemos que a produção imagética da grande maioria das pessoas apresenta um escopo particular, mas um pequeno percentual desses acervos desperta interesse e relevâncias públicas,

que infelizmente é subutilizado em função de poucas ou inadequadas plataformas de arquivo público de imagens.

Mesmo sendo pequeno, esse percentual representa ainda uma quantidade substancial de informação, dessa forma faz-se imprescindível o uso de ferramentas capazes de sistematizar de forma eficaz o armazenamento e acesso a esse volume de conhecimento.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Projetar, desenvolver, alimentar e disponibilizar um banco de imagens institucional, dotado de ferramentas que garantam um sistema eficaz de busca, proteção ao direito autoral, proteção ao direito de imagem e um alto padrão de qualidade técnica do acervo imagético disponibilizado aos usuários.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Atender de forma mais célere às demandas de imagens da gestão da instituição, sejam elas das mais diversas ordens, como a construção de relatórios, produção de notícias e releases jornalísticos.

Oferecer à comunidade acadêmica, interna ou externa, um acervo de imagens técnicas, voltadas a atender necessidades do ensino, pesquisa e extensão.

Construir de forma ordenada a memória imagética da instituição, tanto pela disponibilização da produção contemporânea, como pelo resgate do material já produzido, tornando-o acessível não somente ao público interno, mas principalmente à sociedade, que é a verdadeira financiadora do serviço público, e portanto reveste-se do direito de ser a prioritária beneficiada de suas ações.

Preservar acervos fotográficos dos atores comprometidos com a documentação imagética do cotidiano da organização.

4. METODOLOGIA E PROPOSITURA DO PRODUTO

O sucesso da realização deste projeto depende do trabalho integrado entre algumas áreas do conhecimento. Uma boa opção de caminho a ser seguido é a formação de um grupo de trabalho interdisciplinar que contemple pessoas com domínio das áreas de Tecnologia da Informação, Design, Direito, Comunicação e Fotografia.

Esses atores podem ser congregados a partir do próprio corpo de técnicos e professores da organização, ou mesmo através de alunos bolsistas, que podem ser selecionados através de um projeto de extensão elaborado especificamente para o desenvolvimento deste produto.

A partir da observação de grandes bancos de imagens comerciais e de outros modelos elaborados por instituições públicas é possível a concepção de um modelo próprio de banco de imagens, adaptado à realidade de uma organização, entendendo isso com uma entidade pública de ensino superior. Para tanto, se faz necessário apropriar-se de outras experiências exitosas como referenciais para um modelo próprio a ser desenvolvido.

Vale lembrar que o conceito de apropriação aqui colocado implica essencialmente na adaptação às realidades da organização, de uma ferramenta já existente e que vem mostrando-se satisfatória no alcance de seus propósitos.

É importante lembrar que, para o bom desenvolvimento desse projeto, pretendemos engajar outros setores da instituição, principalmente áreas que estão diretamente ligadas às Tecnologias da Informação, à Comunicação e a Ciência da Informação. A partir dessas parcerias interdisciplinares com outros setores da organização, é possível o desenvolvimento de uma ferramenta de armazenamento de imagens capaz de dar corpo a este trabalho.

5. REVISÃO DE LITERATURA

A fotografia tratada de forma isolada se assemelha a um dado. Uma estrutura básica, a partir da qual é possível se acrescentar conteúdo e se obter informação. A construção de um banco de imagens

se assemelha tecnicamente a um banco de dados tradicional, sendo desta forma necessária a aquisição de conhecimentos mínimos destas estruturas para o bom desenvolvimento deste projeto. O capítulo 1 mostra a estruturação de um banco de dados e características básicas de sua operacionalização.

A fotografia, seja como mero registro isolado de um fato ou enquanto linguagem, se reveste de fatores que influenciam diretamente em como a mesma é interpretada pelo seu leitor. Estes fatores são conhecidos como elementos da linguagem fotográfica. O capítulo 2 aborda este tema, tendo em vista que o conhecimento dessa área permite ao pesquisador trabalhar com desenvoltura na escolha, classificação, avaliação e construção de acervos imagéticos que tenham reconhecida relevância.

A fotografia, em muitas situações, registra a presença de pessoas, que por sua vez são detentoras de direitos relativos à divulgação de sua imagem. O capítulo 3 deste trabalho mostra a necessidade do conhecimento e respeito a estes direitos como condição fundamental para que não haja riscos no tocante à divulgação da imagem subjetiva.

Bem como o respeito ao direito da imagem pessoal, também é devido o respeito ao direito do autor da imagem fotográfica. Essa temática é abordada no capítulo 4, e se mostra não menos relevante que as outras abordadas, na condição de observância à criação intelectual do fotógrafo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Projeto de banco de dados**. São Paulo: Editora Érica, 2009.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som - Um manual prático**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BAUSCH, P; BUMGARNER, B. **Flickr Hacks - Rough cuts version**. EUA: Oreilly & Assoc, 2006.
- BEIGUELMAN, G; MAGALHÃES, A. G. **Futuros Possíveis. – Arte, museus e arquivos digitais**. 1ª Edição. São Paulo: EDUSP, 2014.
- FARACE, J. **Stock photo smart**. EUA: Rockport Publishers, 1998
- FATORELLI, A; CARVALHO, V; PIMENTEL, L. **Fotografia Contemporânea – Desafios e Tendências**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Maud X, 2016.
- KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 5ª Edição revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- KOSSOY, B. **Os Tempos da Fotografia – O Efêmero e o Perpétuo**. 5ª Edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.
- KOSSOY, B. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 5ª Edição revista. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.
- OLIVEIRA, E. M; VICENTINI, A. **Fotojornalismo – Uma viagem entre o analógico e o digital**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2009.

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO PROCESSO DE SUBMISSÃO E AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS DE PESQUISA SUBMETIDAS A UMA COMISSÃO DE ÉTICA

CYNTHIA GUADALUPE DE AZEVEDO CHAVARRIA²⁸

SÉRGIO LUIS RIZZO DELA SAVIA²⁹

1. INTRODUÇÃO

Após o surgimento da bioética como ponte entre a ciência e as humanidades proposta por Potter (1971), a preocupação com as consequências da práxis científica e tecnológica em entidades que não são necessariamente humanas começou a ter importância. Um tópico específico nesse contexto é o teste de animais para pesquisa, uma vez que uma das principais razões pelas quais essas entidades são relevantes em termos bioéticos se deve à sua capacidade de ter experiências positivas ou negativas a partir de sua condição (LOW, 2012).

Isso levou à implementação de medidas destinadas a reduzir possíveis danos em seu uso experimental, desde a produção, criação, captura, transporte e intervenção, até à eutanásia, bem como a aplicação de princípios que visam garantir seu bem-estar, como é o caso das cinco liberdades (WEBSTER, 1994) ou o princípio dos 3 Rs (*replacement, reduction, refinement*) de Russell e Burch (1959), uma vez que as atividades em que são utilizadas geralmente abarcam procedimentos invasivos que envolvem sofrimento.

Na década de 1990, os comitês de ética em pesquisa foram se consolidando em vários países, como referências dentro das instituições que realizavam pesquisas com animais. No Brasil, através da promulgação da Lei federal nº11.794, de 2008, intitulada de Lei Arouca, foram criados o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) e as Comissões de Ética no Uso

²⁸ Discente de mestrado e técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. cynthia_chavarria@hotmail.com.

²⁹ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. sergioparis12@gmail.com.

de Animais (CEUA's), garantindo implementações adequadas de leis e regulamentos sobre o bem-estar animal.

Na UFRN, o pesquisador submete uma proposta de pesquisa por escrito à Comissão. Atualmente, a gestão das informações dá-se por meio de planilha eletrônica (Excel), limitando a análise destas, do ponto de vista de gestão. A falta de uma ferramenta adequada torna o trabalho moroso, passível de erros. A forma como a CEUA-UFRN acompanha os projetos necessita melhorias para diagnosticar de maneira rápida e segura o andamento dos projetos, principalmente a uso adequado, conforme legislação, dos animais. Ao se aprofundar nas faces e interfaces dos problemas deste processo de submissão e avaliação, pode-se, também, exemplificar ocorrências de falhas de comunicação, haja vista que praticamente todo o processo é realizado por e-mail, logo, algumas mensagens podem não chegar ao destinatário por problemas no servidor ou serem classificados como *spam*.

Diante do exposto, este trabalho busca uma mudança na forma de acompanhar os projetos de pesquisa com animais, considerando os problemas que possam existir no processo de análise desses projetos. Portanto, o pesquisador vê-se diante da seguinte problemática: como tornar o processo de submissão e avaliação de projetos de pesquisa com animais mais eficiente?

Neste sentido, percebe-se, na esfera acadêmica, ultimamente, alguns projetos que visam facilitar o processo de submissão das propostas para a utilização de animais em experiências, em conformidade com o Concea, tais como a elaboração de um sistema online para a submissão de propostas, sem a necessidade de impressão do formulário e do projeto, facilitando os trâmites do processo de submissão com maior celeridade na análise das propostas e dando à CEUA-UFRN a obtenção do controle efetivo dos procedimentos realizados, promovendo a organização, o controle, o monitoramento e, por conseguinte, a eficiência das atividades desenvolvidas neste setor.

Acredita-se que o ideal seria centralizar as informações acerca das pesquisas com animais, delimitados os fluxos de trabalho e o alinhamento padronizado dos processos de análise de projetos de pesquisa, reduzindo as margens de erros no fluxo de documentos, extravios e atrasos para o cumprimento de prazos, além de facilitar o

acompanhamento das pesquisas com a concepção de uma orientação descritiva que possa ser executada de modo padronizado. Desta forma, pode-se evitar erros que possam comprometer a garantia da qualidade das informações recebidas, até mesmo frente aos resultados das pesquisas. Considera-se, nesta conjuntura, que há problemas, atualmente, que envolvem o processo de submissão e avaliação de processos submetidos à CEUA, particularmente, os vieses da impessoalidade e a própria legalidade do processo. Os problemas vão desde questões sobre quem relata os projetos e seu vínculo com os responsáveis pela pesquisa, gerando insegurança para a exigência da impessoalidade, bem como em eventos que a legislação é infringida.

O pesquisador acredita que a mudança na forma de gerenciar os processos dentro da CEUA-UFRN poderá contribuir de forma significativa para um melhor desempenho na submissão, análise e acompanhamento das pesquisas com animais dentro da UFRN, aumentando as chances de tornar o processo mais eficiente, prestando melhor serviço à comunidade acadêmica e garantir, em resposta à sociedade, o uso ético dos animais na experimentação.

2. JUSTIFICATIVA

Como comissão legalmente fiscalizadora do uso de animais, a CEUA tem o ensejo de avaliar a adequação de procedimentos, diminuindo assim o mal-uso dos recursos e animais. Além disso, a CEUA confere maior transparência à ciência perante a sociedade e reflete uma exigência pela ética e bem estar animal.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar sob o escopo da ética animal o processo de submissão e avaliação de projetos submetidos à CEUA.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as dificuldades encontradas para submissão de projetos;
- Considerar sugestões dos pesquisadores e membros da CEUA para melhorar o fluxo do processo de avaliação de projetos e
- Propor a implantação de uma plataforma que centralize as informações acerca das pesquisas com animais.

4. METODOLOGIA

Para este estudo será necessário coletar os dados através do acesso a leis, resoluções e regimentos. Além disso, será utilizado um questionário a ser enviado aos docentes e pesquisadores que utilizam animais na instituição, público-alvo deste estudo, com o fim de conhecer suas opiniões e expectativas em relação ao processo de análise de protocolos na CEUA-UFRN.

Com os dados coletados, será feita um diagnóstico, identificando os elementos que dificultam o processo de análise dos projetos na CEUA-UFRN e as possíveis melhorias.

Propõe-se como produto final, a implantação de uma plataforma que centralize as informações acerca das pesquisas com animais. A implantação da plataforma eliminaria a submissão de propostas de pesquisa com animais no formato de papel, além de tornar mais eficiente o fluxo do processo de análise e aprovação da proposta, reduzindo as margens de erros desse fluxo, extravios e atrasos para o cumprimento de prazos, e facilitar o acompanhamento das pesquisas, evitando erros que possam comprometer a garantia da qualidade das informações recebidas. Além disso, os membros da CEUA poderiam, através da plataforma, identificar propostas semelhantes de forma ágil e precisa, economizando recursos financeiros e o uso de animais. Em relação ao bem-estar dos animais de laboratório da UFRN, motivo de existir da CEUA-UFRN e preocupação da sociedade, acredita-se que com a implantação da plataforma haverá uma melhoria de comunicação da CEUA com os coordenadores das pesquisas e dos biotérios.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Após o surgimento da bioética como ponte entre a ciência e as humanidades proposta por Potter (1971), a preocupação com as consequências da práxis científica e tecnológica em entidades que não são necessariamente humanas começou a ter importância. Um tópico específico nesse contexto é o teste de animais para pesquisa, uma vez que uma das principais razões pelas quais essas entidades são relevantes em termos bioéticos se deve à sua capacidade de ter experiências positivas ou negativas a partir de sua condição (LOW, 2012). Na década de 1990, os comitês de ética em pesquisa foram se consolidando em vários países, como referências dentro das instituições que realizavam pesquisas com animais. Desde então, esses comitês, também conhecidos como comitês de bioética, começaram a garantir implementações adequadas de leis e regulamentos sobre o bem-estar animal.

No Brasil, através da promulgação da Lei federal nº 11.794, intitulada de Lei Arouca, foi criado o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). Este órgão é responsável pela publicação e revisão dos regramentos concernentes ao uso de animais em prol do ensino e pesquisa científica. O Conceca também vela pela observância dessas normas e, desta forma, a lei asseverou que toda região brasileira que utilizar animais para ensino ou pesquisa deve estabelecer uma Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA). Logo, as CEUAs são grupos multidisciplinares que agregam, de modo geral, um pesquisador, um representante de sociedade protetora de animais, um veterinário e um biólogo, que trabalham subordinados ao Conceca para o monitoramento da experimentação animal na instituição.

O princípio Constitucional da eficiência, introduzido em 1998, veio para otimizar resultados e reduzir custos. Para Administração Pública, resultado significa a melhor satisfação do interesse da coletividade. No caso da CEUA, um resultado a ser alcançado é o da redução do tempo para análise de um protocolo de pesquisa, devendo no entanto estar harmonizado com outros princípios, como legalidade e impessoalidade.

Diante do exposto, este trabalho busca uma mudança na forma de submissão, análise e acompanhamento dos projetos de pesquisa com animais, considerando os problemas que possam existir no

processo de análise desses projetos, com ajuda da tecnologia da informação. Acredita-se que a implantação de um sistema centralizará as informações acerca das pesquisas com animais, reduzindo as margens de erros no fluxo de documentos, extravios e atrasos para o cumprimento de prazos, além de facilitar o acompanhamento das pesquisas com a concepção de uma orientação descritiva que possa ser executada de modo padronizado e melhorar a comunicação com os biotérios. Desta forma, pode-se evitar erros que possam comprometer a garantia da qualidade das informações recebidas, até mesmo frente aos resultados das pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, Mônica Levy; HELFENSTEIN, Tatiana. Guia prático da legislação vigente sobre experimentação animal CEUA/UNIFESP, São Paulo. 2015
- BRASIL, Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11794.htm>. Acesso em: 25 março 2019.
- COHEN, Claudio. Por que pensar a bioética?. Rev. Assoc. Med. Bras. [online]. vol. 54, n. 6, p. 473-474, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302008000600002>. Acesso em: 22 junho 2020.
- FISCHER, Marta Luciane; RODRIGUES, Gabriela Santos. Planejamento e divulgação da pesquisa com animais como parâmetro de integridade. Rev. bioét. (Impr.). 2018; 26 (4): 543-55.
- GUIMARÃES, Mariana Vasconcelos; FREIRE, José Ednésio da Cruz; MENEZES, Lea Maria Bezerra de. Use of animals in research: a brief review of legislation in Brazil. **Revista Bioética**, v. 24, n. 2, p. 217-224, 2016.
- LOW, P. A Declaração de Cambridge sobre Consciência 2012. Disponível em: <http://fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf>. 2012. Acesso em: 21 junho 2020
- POTTER, V.R. **Bioética: ponte para o futuro**. Penhascos de Englewood, Nova Jersey: Prentice-Hall. 1971
- RAYMUNDO, Marcia Mocellin; GOLDIM, José Roberto. Ética da pesquisa em modelos animais. **Revista Bioética**, v. 10, n. 1, 2009.
- RUSSELL, W. E BURCH, R. Os Princípios da Técnica Experimental Humana. Londres: Methuen. 1959
- WEBSTER, J. Bem-estar animal: mancando em direção ao Éden . Hoboken, Nova Jersey: Wiley-Blackwell. 200

INFLUÊNCIA DO CONTEXTO DE TRABALHO SOBRE O BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO SETOR PÚBLICO

SERGIO AUGUSTO NASCIMENTO DE FRANÇA ³⁰
DENISE PEREIRA DO REGO³¹

1. INTRODUÇÃO

Os profissionais que desenvolvem suas funções na área de saúde pública são trabalhadores que estão expostos à influência de estressores, o que gera sofrimentos e conseqüentemente prejudica a qualidade de vida no ambiente do trabalho. Estes precisam continuamente estar atentos às suas atribuições e as funções da instituição pública diante do usuário, na tentativa de atender aos desafios, solucionar problemas e realizar tomada de decisão de maneira eficaz (BORGES, 2002; MARTINS, 2015).

Segundo Ryan e Deci (2001), o entendimento e conceito de viver bem traz um retrato de várias definições de bem-estar provenientes de duas práticas de estudos, a saber: o bem-estar prazeroso ou bem-estar hedônico (a curto prazo) e o bem estar na busca de metas ou bem-estar eudaimônico (a longo prazo). Essas práticas originaram-se da filosofia que tiveram, na felicidade, um olhar a partir de duas concepções: o regozijo das necessidades e vontades pessoais prazerosas ou conquista da felicidade a longo prazo (RYFF; SINGER; LOVE, 2004). Esta concepção justifica que o maior propósito da nossa existência é a potencialização do prazer, e que a felicidade se fundamenta no somatório de diversos ápices amigáveis (RYAN; DECI, 2001).

A definição de bem-estar na psicologia recebeu formas mais compreensíveis a partir da separação da definição de qualidade de vida (SIQUEIRA; PADOVAM, 2004). Os estudos a respeito das metodologias que amparam o bem-estar dos indivíduos e os pareceres subjetivos

³⁰ Discente de mestrado e técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³¹ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. deniserego2@gmail.com.

de suas existências têm sido prósperos e surgiram nas quatro últimas décadas. Admite-se nos dias atuais que a definição de bem-estar dos indivíduos deve abranger componentes firmes que superem o sucesso econômico ou requisitos materiais. Somados a isto, Diener; Suh; Lucas; Smith (1999) discorrem que tal esforço dos pesquisadores tem progredido, então, como conduta ao destaque dado, na psicologia, às condições de recusa. As publicações sobre estas condições negativas suplantam grandemente às publicações sobre as condições positivas. Nas primeiras pesquisas de bem-estar, os pesquisadores atingiam padrões simples de felicidade e de prazer, mostrando os desfechos medianos atingidos, elaborando possibilidades capazes de explicar estes desfechos (DIENER; BISWAS-DIENER, 2000).

A atividade laboral, em que acham-se submetidos os trabalhadores, têm instigado muito a saúde destes, tanto de forma negativa como positiva, pois, segundo Dejours, Dessors e Desrioux (1993, p.98), “o trabalho pode ser um fator de deterioração, de envelhecimento e de doenças graves, mas pode, também, constituir-se em um fator de equilíbrio e de desenvolvimento”, (Rodrigues, 2015).

Entendemos que a forma de organização da empresa, assim como seu processo de trabalho, seu gerenciamento e como este contexto se relaciona com a ótica ocupacional voltada para o bem comum entre os indivíduos e a organização, pode se alinhar ao bem-estar e a saúde de todos os colaboradores.

Em face dessas considerações e considerando que os sujeitos se envolvem numa implicação com as organizações, num contexto de saúde e bem-estar, observa-se uma mudança de comportamentos, tanto da organização quanto do profissional, na busca de melhores condições laborais e, conseqüentemente, o bem-estar de todos. Na prática, observa-se as inovações tecnológicas, novas relações hierárquicas, preocupação com o desenvolvimento sustentável, partindo do ambiente e do contexto de trabalho que podem apresentar situações inquietantes no desenvolvimento do processo de trabalho. Assim sendo, surge o encorajamento inicial para o prosseguimento desse estudo.

Neste contexto, destaca-se o processo de trabalho desenvolvido na DAS da DIQVSS/UFRRN. Este órgão é responsável pela gestão de

ações referentes à saúde, perícia em saúde, vigilância e segurança no trabalho e qualidade de vida e conta com uma equipe multiprofissional que atua no atendimento direto aos usuários deste serviço de saúde. Fundamenta-se a legitimação deste estudo pela relevância de pesquisar conteúdos que contemplem o cenário da atuação dos profissionais no ambiente de trabalho da DAS, com o intuito de fornecer resultados que contribuam com as discussões relativas às condições laborais que promovam a saúde e bem-estar dos profissionais e para a construção de saberes sobre a saúde do trabalhador. Desta maneira, contribuirá também para a estruturação de estratégias que sejam capazes de atenuar os danos à saúde dos servidores.

Considerando que sobrecarga e determinadas condições laborais, podem prejudicar a existência de um processo de trabalho adequado, ocasionando demandas negativas para os usuários, para a instituição de saúde e para os servidores, questiona-se: Que aspectos do contexto de trabalho contribuem para a saúde e bem-estar (evitando o stress e o adoecimento) dos servidores lotados na DAS/UFRN?

A Diretoria de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho da UFRN promove ações e conhecimentos em qualidade de vida no trabalho, porém não podemos dizer que não há a existência de riscos e agentes agressivos aos trabalhadores e aos seus ambientes de trabalho, que possam contribuir para o desencadeamento de danos à saúde e conseqüentemente um mal-estar físico, mental e social. Diante do exposto, que aspectos do contexto de trabalho contribuem para a saúde e bem-estar (evitando o stress e o adoecimento) dos servidores lotados na DAS/UFRN?

2. JUSTIFICATIVA

Argumento institucional: O propósito de contribuir para a estruturação de estratégias, no contexto de trabalho, que sejam capazes de atenuar os danos à saúde física, mental e social dos servidores da Diretoria de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho da UFRN.

Argumento científico: Fornecer resultados que contribuam com as discussões relativas às condições laborais que promovam o bem-

estar dos profissionais e para a construção de saberes sobre a saúde do trabalhador.

Argumento social/pessoal: Como profissional de saúde, que atuou como enfermeiro, na assistência básica, gerenciamento em média e alta complexidade há cerca de 16 anos no setor público, o autor tem especial interesse na pesquisa sobre a qualidade de vida no trabalho dos sujeitos da Diretoria de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho da UFRN, especialmente quando observadas as melhorias no contexto de trabalho para o alcance do bem-estar biopsicossocial desses sujeitos.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a influência dos aspectos relacionados ao contexto de trabalho sobre a saúde e o bem-estar dos profissionais que atuam na DAS/UFRN.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Efetuar uma caracterização do contexto de trabalho da DAS/UFRN
- Identificar os aspectos do contexto de trabalho que impactam na saúde e bem-estar na perspectiva dos servidores da DAS/UFRN
- Elencar sugestões de estratégias institucionais voltadas para a promoção de ambientes saudáveis.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Método de pesquisa: Trata-se de um estudo observacional de delineamento transversal e com uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa). Os estudos transversais ou de corte transversal são estudos que visualizam a situação de uma população em um determinado momento, com instantâneos da realidade (ROUQUAYROL; ALMEIDA, 2006). No tocante ao método quantitativo, Richardson (2015, p. 70), afirma que “como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego

da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc”. No entanto, a abordagem qualitativa observa o indivíduo por completo, numa condição contextualizada. Incluem suas ideias, seus sentimentos e suas atitudes (CASTRO et al., 2010, p. 343).

A população alvo da pesquisa são os profissionais de nível superior e técnico que atuam na Divisão de Atenção à Saúde da Diretoria de Qualidade de Vida, Saúde e Segurança no Trabalho da UFRN. São 61 profissionais atuantes, dentre os quais: 09 Enfermeiros (as), 05 Odontólogos, 18 Médicos (as), 07 Técnicos (as) de Enfermagem, e 22 Auxiliares de Enfermagem. Serão excluídos da pesquisa os profissionais que estiverem licenciados, os que não assinarem o TCLE, tidos como perda, e os que entraram no exercício da função há menos de 06 meses. Inicialmente será realizada uma reunião virtual, por questões de segurança em tempo de pandemia do coronavírus, com os gestores e alguns profissionais das diversas divisões do local referido para sensibilização sobre a relevância do diagnóstico proposto como produto final desta pesquisa, aplicação do EACT e entrevistas individuais para análise do contexto de trabalho da DAS, com questões abertas junto aos questionários sobre o contexto e sugestões de estratégias para melhorias. Com relação aos aspectos do contexto que impactam na saúde e bem estar: aplicação do EACT juntamente com uma entrevista e questões abertas, somados a uma apresentação de alguns dados pesquisados a respeito do assunto em outros estudos semelhantes em outras unidades da UFRN. Os aspectos éticos e legais da pesquisa terão como base a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN) e a carta de anuência da instituição co participante da pesquisa (DAS/UFRN), juntamente com o Termo Livre e Esclarecido (TCLE) e as medidas de proteção de riscos e à privacidade e confiabilidade.

Será utilizada uma entrevista virtual semi estruturada; questionários virtuais que serão enviados via google forms; questionário sociodemográfico e funcional e a Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT), do ITRA – Inventário de Trabalho e Risco de Adoecimento.

Os dados da pesquisa serão armazenados e analisados no software Statistical Package for Social Science for Windows versão atualizada (SPSS V27); será realizada uma estatística descritiva para caracterização da amostra, considerando frequências, medidas de tendência central (média), medidas de dispersão (desvio-padrão) e de variabilidade (percentual); realização de estatística inferencial para sistematizar os dados sociodemográficos e funcionais e da entrevista, comparando com os dados de cada instrumento de coleta de dados para fazer inferências na tradução dos dados.

Como produto final se propões um Diagnóstico Situacional do Contexto de Trabalho em um setor da UFRN

5. REVISÃO DE LITERATURA

Este estudo irá desenvolver os temas relacionados ao bem-estar e saúde do trabalhador em saúde pública, apresentado em três capítulos, dos quais, no primeiro, sobre o contexto de trabalho na DASA/UFRN, que trará a sua definição e sua caracterização; no segundo capítulo, discorrerá sobre os elementos para análise do contexto de trabalho em saúde pública, com as condições de trabalho, cultura organizacional, riscos ocupacionais, riscos ambientais e riscos psicossociais e por fim, no terceiro capítulo, o entendimento do bem-estar e saúde, trazendo os conceitos de bem-estar abstrato, psicológico, físico e social acrescido dos conceitos de saúde do trabalhador, saúde no trabalho e fechando com a organização do trabalho em saúde.

REFERÊNCIAS

- BORGES, L.O et al. A síndrome de burnout e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 15, n. 1, p. 189-200, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722002000100020&script=sci_arttext> Acesso em: 15 jul. 2020.
- CASTRO, F. G. et al. A Methodology for conducting integrative mixed methods research and data analyses. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 4, n. 4, p. 342–360, 2010. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1558689810382916>> Acesso em: 17 jul. 2020.
- DIENER, E.; SUH, E. M.; LUCAS, R.E.; SMITH; H. Subjective well-being: three decades of progress. *Psychology Bulletin*, v.125, n.2, p.276-302, 1999. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/fulltext/1999-10106-007.html>> Acesso em: 16 jul. 2020.
- DIENER, E.; BISWAS-DIENER, R. New directions in subjective well-being research: the cutting edge. *Indian Journal of Clinical Psychology*, v.27, p. 21-33, 2000. Disponível em: <<https://eddiener.com/articles/1079>> Acesso em: 16 jul. 2020.
- RODRIGUES, Rosângela Rocio Jarros. Qualidade de vida no trabalho e ações socioambientais sustentáveis. **Revista Psicologia e Saúde**, 2015. Disponível em: <<https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/445>> Acesso em: 06 jul. 2020.
- RYAN, R. M.; DECI, E. L. On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well being. *Annual Review of Psychology*, v.52, p.141-166, 2001. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.psych.52.1.141?casa_token=1Ztfwe9RCHEAAAAA%3Ak2ijOB7Td3kLheK3QCxIzXuOc9UkS124_Hlz24SzuSErHI7P_5u8-SBV2lwzZxUNkQciEfy5gRtNLUPQw> Acesso em: 16 jul. 2020.
- RYFF, C. D.; SINGER, B. H.; LOVE, G. D. Positive health: connecting well-being with biology. *The Royal Society of London*, v. 359, p.1383-1394, 2004. Disponível em: <<https://royalsocietypublishing.org/doi/abs/10.1098/rstb.2004.1521>> Acesso em: 16 jul. 2020.
- SIQUEIRA, M. M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho . *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 2004. No prelo. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722008000200010&script=sci_arttext&tling=pt> Acesso em: 16 jul. 2020.

ANÁLISE DOS REGISTROS DE ENFERMAGEM NO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO AMBULATÓRIO DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA DE UMA MATERNIDADE PÚBLICA

ANA LÚCIA HENRIQUE DE SOUZA³²
DENISE PEREIRA DO RÉGO³³

1. INTRODUÇÃO

De modo geral, a qualidade dos serviços de saúde vem transformando-se e, gradativamente, incorporando novos elementos, de maneira que a busca pela qualidade na assistência prestada deve ser uma constante nas diferentes formas de produzir esses serviços.

No prática da assistência de enfermagem, observa-se que grande parte dos cuidados que são prestados aos pacientes, das orientações que são repassadas aos pacientes e até mesmo administração de medicação não são registrados, e conseqüentemente, não são documentados como deveriam. É fato também, que muitos registros efetuados não retratam a importância, nem a complexidade do que foi realizado pela equipe de enfermagem, pelo contrário, apresentam registros vagos e incompletos.

Os registros de enfermagem no prontuário do usuário constituem-se em elementos essenciais, tanto na esfera da comunicação em enfermagem como nos aspectos éticos e legais. Esses registros têm por finalidade estabelecer uma comunicação entre a equipe de enfermagem e a equipe multiprofissional envolvidas nos cuidados aos usuários e na continuidade da assistência; subsidiar a elaboração de um plano assistencial; avaliar a qualidade dos serviços prestados; acompanhar a evolução dos participantes do programa; representar um documento legal para o usuário e para a instituição; ser fonte de

³² Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. anah2100@gmail.com.

³³ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. deniserego2@gmail.com.

informação para o processo de auditoria e para o ensino e pesquisa na instituição.

No âmbito geral, consideram-se os registros de enfermagem completos como um dos principais indicadores da qualidade da assistência de enfermagem prestada ao paciente. Faz-se necessário que a equipe de enfermagem se pronuncie a respeito da existência dos registros de enfermagem no setor, bem como se a forma como elabora esses registros repercute a realidade da assistência prestada ao paciente.

O campo de pesquisa será o ambulatório de ginecologia e obstetrícia da Maternidade Escola Januário Cicco - MEJC, uma instituição hospitalar pública federal, sediada na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, de referência para todo o Estado, integrante do Sistema único de Saúde - SUS, disponibilizando acesso universal para usuárias de todas as faixas etárias.

O objetivo deste trabalho será coletar e analisar dados que proporcionem ao pesquisador, elaborar um protocolo de registros de enfermagem que sirva de referência, bem como que possibilite sistematizar a assistência de enfermagem prestada aos usuários atendidos no setor citado.

No âmbito hospitalar, alguns setores carecem de uma maior sistematização dos processos, de modo a garantir que haja eficiência e bom desempenho da equipe. Sabe-se também que registros de enfermagem inadequados e insuficientes podem comprometer a qualidade da assistência prestada ao paciente, além de inviabilizar que as informações sejam transmitidas com segurança aos demais profissionais e descontinuar a assistência oferecida.

Diante disso, as principais questões são: No que concerne aos profissionais da enfermagem, como se dá o registro das ações? Há uma sistematização deste processo entre os profissionais da enfermagem? Se faz necessário elaborar um protocolo específico para registros de enfermagem no prontuário eletrônico no Ambulatório de Ginecologia da Maternidade Escola Januário Cicco?

2. JUSTIFICATIVA

Argumento institucional:

A presente pesquisa será de grande contribuição para a instituição pois visa ordenar e padronizar os registros de enfermagem e torná-lo uma prática constante no setor, favorecer a comunicação profissional, além de cumprir exigências legais do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN.

Argumento científico:

Poderá servir de referência para outros trabalhos nesse tema, visto que o instrumento proposto poderá ser validado em outro momento, além de ser uma ferramenta educativa a mais a qual podem ser acrescentadas outras ideias e sugestões.

Argumento social/pessoal:

Proporcionará melhoria na qualidade da assistência e a continuidade dessa assistência em todos os turnos de trabalho, além de possibilitar a prática da assistência humanizada, que avalia o paciente integralmente.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a adequação dos registros de enfermagem no prontuário eletrônico e a necessidade de ajustes na perspectiva dos técnicos e auxiliares de enfermagem do ambulatório de ginecologia e obstetrícia da Maternidade Escola Januário Cicco.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OE1: Verificar como se dá atualmente os registros de enfermagem no prontuário eletrônico;

OE2: Identificar as dificuldades apontadas pelos técnicos e auxiliares de enfermagem para o preenchimento dos registros de enfermagem no prontuário eletrônico;

OE3: Elaborar um protocolo para registros de enfermagem adaptado às necessidades dos profissionais do ambulatório investigado.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo já que teve a pretensão de levantar e descrever um fenômeno, com abordagem mista, que mistura técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa será realizada no ambulatório de ginecologia e obstetrícia da MEJC. Essa instituição é de natureza pública federal, cuja missão é promover o ensino e à pesquisa para comunidade acadêmica da saúde, e a extensão de serviços de saúde aos usuários do SUS.

O ambulatório de ginecologia e obstetrícia é composto por 20 salas de atendimento, distribuídas nas seguintes especialidades: Ginecologia Geral, Histeroscopia Diagnóstica, Climatério, Pré Natal de alto risco, Cardiologia, Exames de ultrassonografia, Ginecologia infanto puerperal, Planejamento familiar, Mastologia, Patologia Cervical, Nutrição Endocrinologia, Psiquiatria, Serviço social e Psicologia, dentre outras.

A amostra será composta por 07 técnicas de enfermagem, 14 auxiliares de enfermagem, totalizando 21 profissionais, divididos em: 01 pessoa do sexo masculino e 20 pessoas do sexo feminino, que, após orientados acerca dos objetivos e metodologia da investigação, participarão do estudo, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e retornando o instrumento de dados preenchido para a pesquisadora.

A coleta de dados acontecerá nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2021, por meio de questionário semi estruturado e entrevistas. A análise dos dados será feita utilizando estatística descritiva (questionários) e análise do conteúdo (entrevistas), os resultados serão representados por meio de tabelas e gráficos de autoria da pesquisadora, e os resultados obtidos fornecerão subsídios para a elaboração do protocolo de registros de enfermagem, sugerido como produto da pesquisa.

O produto final da pesquisa, será ELABORAR UM PROTOCOLO PARA REGISTROS DE ENFERMAGEM.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo se constitui, em seu conjunto, no referencial teórico acerca do objeto de estudo deste trabalho, trazendo seus principais conceitos sobre os temas: Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), Processo de Enfermagem (PE), Registros de Enfermagem e Prontuário/Prontuário Eletrônico.

A sistematização da assistência de enfermagem - SAE foi criada pela brasileira Wanda de Aguiar Horta, na qual a mesma elaborou o processo de cuidados de enfermagem e teve reconhecimento em 2002, pelo Conselho Federal de Enfermagem-COFEN com a Lei de n. 272, que regulamenta a metodologia da prática dos cuidados de enfermagem (Santos; Santos, 2012).

A SAE é um método de organização e execução dos processos de enfermagem, que devem estar registrados nos prontuários dos pacientes, contribuindo para o gerenciamento, desenvolvimento dos cuidados de maneira organizada, dinâmica, competente e segura, garantindo o atendimento ao cliente com qualidade. Ela é composta por cinco etapas: histórico, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação (D' INNOCENZO; ADAMI; CUNHA, 2006).

A Sistematização da Assistência de Enfermagem vem sendo utilizada em algumas instituições de saúde como uma metodologia assistencial por meio do Processo de Enfermagem (PE), o qual pode ser entendido como a aplicação prática de uma teoria de enfermagem na assistência aos pacientes.

O processo de enfermagem é concebido como um instrumento para organizar a assistência e prescrever os cuidados de Enfermagem.

Para Wanda Horta, o Processo de Enfermagem indica um trabalho profissional específico e pressupõe uma série de ações dinâmicas e inter-relacionadas para sua realização, ou seja, indica a adoção de um determinado método ou modo de fazer, fundamentado em um sistema de valores e crenças morais e no conhecimento técnico-científico da área.

Com relação aos registros de enfermagem, sabe-se que, o prontuário contempla informações a respeito dos cuidados realizados aos pacientes, bem como toda a assistência prestada, desde admissão até a alta hospitalar ou ao fim do procedimento, possibilitando uma comunicação eficiente entre os membros da equipe multiprofissional acerca do histórico clínico, além de proporcionar uma melhor assistência e segurança ao cliente (Campos; Souza; Saurusaitis, 2008). Ainda de acordo com os mesmos autores, as anotações contidas no prontuário contribuem para outros setores, tais como: administrativo, pesquisa e ensino, faturamento, referências estatísticas, planejamento e gestão, sendo ainda um instrumento com suporte legal e sigiloso que pode ser usado juridicamente a fim de questionar as condutas tomadas pela equipe multiprofissional.

Ou seja, os registros de enfermagem conduzem a implementação de cuidados individualizados e resolutivos para o atendimento do usuário em sua integralidade.

Com relação ao prontuário do paciente, podemos dizer que, o prontuário é um documento formal, no qual estão registradas todas as atividades executadas pela equipe de saúde a um determinado paciente, durante o período de internamento ou a nível ambulatorial do mesmo. Este documento deve ser bem elaborado pela equipe de saúde (Campos; Souza; Saurusaitis, 2008). O prontuário eletrônico é alimentado com informações assistenciais via aplicativo AGHU (Aplicativo de Gestão dos Hospitais Universitários, sendo atualmente o principal software para acompanhamento do paciente).

Um sistema de informação deve apoiar as decisões em uma organização e precisa ter a capacidade de responder às necessidades dos seus diversos usuários, não somente àqueles que utilizam o sistema em si, mas por aqueles que utilizam as informações por ele geradas. (Massad et. al., 2003).

REFERÊNCIAS

- ALFARO-LEFEVRE, Rosalinda. **Aplicação do Processo de Enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014
- ARAÚJO, Mayara Mota; DINIZ, Samanta Oliveira da Silva; SILVA, Paulo Sérgio da. Registros de enfermagem: reflexões sobre o cotidiano do cuidar. **Abcs Health Sciences**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 161-165, 11 dez. 2017. NEPAS. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.7322/abcshs.v42i3.920>. Acesso em: 04 jul.2020.
- BARBOSA, Silvia Freitas *et al.* Qualidade dos registros de enfermagem: análise dos prontuários de usuários do Programa de Assistência Domiciliária de um hospital universitário. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 04, p. 395-400, set. 2011.
- BARRAL, Luana Nayara Maia *et al.* Análise dos Registros de Enfermagem em Prontuários de Pacientes em um Hospital de Ensino. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 188-193, abr. 2012.
- CAMPOS, Juliana Faria; SOUZA, Sônia Regina Oliveira Silva; SAURUSAITIS; Alessandra Dutkus Auditoria de prontuário: avaliação dos registros de aspiração traqueal em terapia intensiva. **Rev. Eletr. Enf. Goiânia**, v.10, n.2, p.358-366, 2008. Disponível em:<<http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a07.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- FERREIRA, Michele dos Anjos. **Gestão da Informação e Registros de Enfermagem**. 2015. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- GUIMARÃES, Zelma Miriam Barbosa; RODRIGUES, Gilmara Ribeiro Santos. Consulta de enfermagem: implementar a sistematização da assistência de enfermagem ambulatorial em um complexo hospitalar universitário. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v. 3, n. 5, p. 289-295, out. 2012.
- HORTA, Wanda de Aguiar. **Processo de Enfermagem**. São Paulo: EPUIEDUSP, 1979. 99 p.
- MASSAD, Eduardo *et al.* **O prontuário eletrônico do paciente na assistência, informação e conhecimento médico**. Disponível em:<<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk5expSearch=388587&indexSearch=ID>>. Acesso em: 13 de abr. 2020.
- MAZIERO, Vanessa Gomes *et al.* Quality Control of Patients Monitoring Records in a University Hospital. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 165-170, jan. 2013. GN1 Genesis Network. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20130014>>. acesso em: 03 maio 2020.
- SANTOS, Maria Izelta da Silva; SANTOS, Walquiria Lene dos. Uso da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE): Uma Ferramenta para Realização da Auditoria de Qualidade. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, Goiás, v. 2, p. 179-184, 2012. Disponível em: <<http://revistafacessa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/29/24>>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- SETZ, Vanessa Grespan; D'INNOCENZO, Maria. Avaliação da qualidade dos registros de enfermagem no prontuário por meio da auditoria. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 313-317, fev. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ape/v22n3/a12v22n3>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

DESENVOLVIMENTO DE UM FRAMEWORK CONCEITUAL PARA A GESTÃO DA INOVAÇÃO INTRAORGANIZACIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PEDRO HENRIQUE DANTAS DA ROCHA³⁴

JOSÉ ORLANDO RIBEIRO ROSÁRIO³⁵

PATRICIA BORBA VILAR GUIMARÃES³⁶

1. INTRODUÇÃO

A inovação sempre foi uma ferramenta essencial para a competitividade e a sua história se confunde com a da própria humanidade. O desenvolvimento inovador de tecnologias primitivas como ferramentas esculpidas a partir de pedras ou mesmo a invenção da roda foram responsáveis muitas vezes até pela sobrevivência dos seres humanos.

No entanto, a velocidade das inovações na atualidade não tem precedentes históricos. Basta comparar as descobertas desta década com todas revoluções industriais anteriores, para perceber que o mundo está evoluindo a um ritmo exponencial e não linear. Inteligência artificial, internet das coisas, nanotecnologia, biotecnologia, energia e computação quântica, são mudanças de tamanha profundidade que anunciam a transformação de sistemas inteiros de produção, gerenciamento e governança.

No setor público isso também tem se mostrado uma forte tendência. Por motivos diversos, que vão desde a demanda pública por serviços novos ou aprimorados, bem como diante de restrições orçamentárias, o fato é que atualmente há um interesse crescente em

³⁴ Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. pedro.rocha06@hotmail.com

³⁵ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. orlando09ribeiro@gmail.com

³⁶ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. patriciabvilar@ufrn.edu.br

se fomentar a inovação no setor público, com vistas a obter eficiência na utilização dos recursos públicos e qualidade nos serviços, de modo a se resolver uma ampla gama de desafios sociais.

Contudo, para que isso ocorra é imprescindível se construir atmosfera na qual a inovação possa ter condições favoráveis de germinar. Isso passa necessariamente por um trabalho organizacional que contemple todos os níveis - estratégico, tático e operacional – da instituição, de forma a criar esses verdadeiros ambientes de inovação.

Trata-se de uma profunda mudança no modelo de gestão, a fim de se proporcionar a realização de uma transição de um ambiente tradicional para um ambiente que propicie uma ampla criatividade no modo de se executar tarefas na busca por eficiência, de se racionalizar o uso de recursos públicos e, sobretudo, de democratizar o protagonismo na tomada de decisões, refletindo no senso pertencimento e propósito dos gestores, servidores e sociedade em geral.

2. JUSTIFICATIVA

O estudo acerca da gestão da inovação assume especial relevo, na medida em que é preciso encontrar práticas, políticas e procedimentos, para se fornecer orientação estratégica capaz de garantir um modelo sustentável no longo prazo gerando movimento na organização em torno do tema inovação, a fim de viabilizar que tais objetivos sejam alcançados.

Porém, existe um grande desafio para as instituições - e com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte não é diferente - ao tentar aplicar este conhecimento na prática, o modo de fazer. Assim, ao se produzir alguma iniciativa, é comum que se criem iniciativas táticas isoladas, como por exemplo o próprio Mestrado Profissional do qual esse projeto faz parte.

Do ponto de vista científico, acreditamos que projeto pode vir a servir de eixo para a organização quanto ao uso da literatura sobre o tema e até ser um parâmetro para se replicar a proposta em outras organizações, fomentando a cultura da inovação no país.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um *framework* conceitual que contemple o gerenciamento estratégico da inovação na instituição, onde a inovação seja uma estratégia contínua para atender as metas de serviço e eficiência na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Diagnosticar de que modo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte vem promovendo a gestão da inovação em nível intra organizacional, a fim de se identificar boas práticas e gargalos.
- Identificar, analisar e comparar como outras instituições congêneres conduzem a gestão da inovação em nível intraorganizacional;
- Mapear os processo críticos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no que tange à gestão da inovação e identificar melhorias;

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

A pesquisa será realizada empregando-se uma metodologia qualitativa, exploratória e aplicada, delineando-se como um estudo de caso. Uma revisão de literatura aliada a uma pesquisa documental precederá o estudo de caso, a fim de se levantar arcabouço teórico disponível em bases de pesquisa digitais, bem como os dados e informações necessárias acerca da instituição estudada.

Haverá ainda coleta de dados a ser realizada por meio de entrevista semiestruturada, aplicada a integrantes de equipes e responsáveis pela inovação na organização.

A matriz SIPOC (Supplier-Input-Process-Output-Customer) e a notação BPMN (Business Process Model and Notation) serão utilizados para o mapeamento dos processos.

O produto final desta pesquisa será composto de um diagnóstico institucional acerca da gestão da inovação intraorganizacional no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, identificando-se as boas práticas adotadas e os pontos nevrálgicos a serem tratados, além de um *framework* conceitual visando subsidiar a otimização do modelo de gestão atualmente adotado.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Uma compreensão simples do termo inovação pode ser extraída do texto da Lei 13.243/2016, conhecida como Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, no qual se define inovação como sendo basicamente o melhoramento ou a criação de novos produtos, serviços ou processos a partir de uma alteração no ambiente produtivo e social, resultando em ganho de qualidade ou desempenho.

Nesse sentido, buscaremos investigar e esmiuçar esse e outros conceitos, abordando suas raízes históricas, requisitos e classificações. Além disso, abordaremos também os conceitos em torno do tema empreendedorismo, pois impossível falar de inovação sem suscitar essa ideia, em função da noção de transformação como fundamento comum a ambos os constructos.

Estabelecidos os conceitos de inovação e empreendedorismo, aprofundaremos o seu exame no âmbito do setor público. É certo que a agenda de inovação no setor público tem recebido muitos esforços nos últimos tempos no âmbito do serviço público brasileiro, sobretudo em função das demandas cada vez mais emergentes de uma sociedade imersa em transformações digitais.

Dito isso, torna-se fundamental para a compreensão do tema conhecer as determinantes e os obstáculos desse processo e como a inovação pode ser vista a nível do indivíduo, estabelecendo-se a possibilidade de qualquer cidadão e, sobretudo, dentro do funcionalismo público, empreender e iniciar algo inovador, aproximando-nos do conceito de intraempreendedorismo.

Por fim, buscaremos construir um arcabouço teórico para descrever como se dá a gestão da inovação dentro das diversas organizações e de que modo é possível se criar ambientes mais férteis,

nos quais as condições organizacionais permitam uma maximização da sua capacidade inovativa. Assim, estudaremos acerca dos elementos estratégicos, organizacionais, processos de gestão e quaisquer outros recursos que possam indicar padrões de sucesso a serem possivelmente replicados.

REFERÊNCIAS

AGUNE, R. et al. **Dá pra fazer - Gestão do conhecimento e inovação no setor público**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de janeiro de 2016.

CHIEH, N. **Intra-empendedorismo : um estudo de caso sobre o entendimento e a aplicação dos fundamentos organizacionais associados ao termo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

DRUCKER, P.; MACIARIELLO, J. **Innovation and entrepreneurship**: 1. Ed. Londres: Routledge, 2015

OECD, **Oslo Manual**. Guidelines for Collection and interpreting innovation: 3rd Editions. OECD Publications, 2005, Paris.

PRODANOY, C. C.. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**: 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROENÇA, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JR., J. A. V.; TÁVORA JR., J. L.; SALERNO, M. S. (org.). **Gestão da inovação e competitividade no Brasil: da teoria para a prática**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, D. O.; BAGNO, R. B.; SALERNO, M. S.. **Modelos para a gestão da inovação: revisão e análise da literatura**. Production, vol. 24, n. 2, p. 477-490, abr./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v24n2/aop_0750-12.pdf>. Acesso em 17 jul. 2020.

DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DE GOVERNANÇA PARA A GESTÃO PATRIMONIAL IMÓVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR - IFES

ROSANA MARIA GARCIA SILVA³⁷

ANDRÉ MORAIS GURGEL³⁸

1. INTRODUÇÃO

A Administração pública compreende toda a estrutura de recursos disponíveis e aplicada no desenvolvimento da atividade administrativa (PALUDO, 2013). Administrar diz respeito a gestão desses recursos, objetivando a promoção da satisfação do bem estar social e a harmonia com o ordenamento jurídico (KOHAMA, 2016).

A gestão patrimonial imobiliária no âmbito da Administração Pública Federal ocorre por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUNET (2019), interligado com o Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, onde os lançamentos realizados no SPIUNET são automaticamente enviados ao SIAFI.

Nesse contexto a UFRN mantém sob sua responsabilidade 42 imóveis cadastrados no SPIUNET, sendo 5 de propriedade da União, 29 de sua propriedade e 8 sob o regime de locação de terceiros. Segundo informações extraídas das notas explicativas das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2019[36], o saldo total do grupo do imobilizado foi de R\$ 1.504.132.998,70 (hum bilhão quinhentos e quatro milhões cento e trinta e dois mil novecentos e noventa e oito reais e setenta centavos), desse montante o valor referente ao subgrupo ‘bens imóveis’ foi de R\$ 1.188.785.826,25 (hum bilhão cento e oitenta e oito milhões setecentos e oitenta e cinco mil oitocentos e

³⁷ Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. rosanamgs@gmail.com.

³⁸ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. andregurgel@reitoria.ufrn.br.

vinte e seis reais e vinte e cinco centavos) representando, portanto, 79% do valor total da composição do grupo imobilizado.

Dessa forma, observa-se a relevância do valor do patrimônio imóvel da instituição, motivo pelo qual surge a importância do constante aperfeiçoamento do seu processo de gestão, o qual poderá ser realizado, também, por meio dos mecanismos para o exercício da governança pública, aqui tratando especificamente do mecanismo controle que, conforme inciso III do artigo 5º do Decreto 9.203/2017, consiste em “[...] processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos”.

Por esse motivo, o problema do estudo consiste em responder a seguinte questão: *O processo de gestão patrimonial imóvel é realizado seguindo os mecanismos de governança pública?*

2. JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização da pesquisa está relacionada com a relevância institucional, científica e social/pessoal, as quais serão apresentadas nos subitens a seguir.

Argumento Institucional:

O Administrador Público tem como seu encargo, entre outras atribuições, a gestão do patrimônio, atividade sobre a qual decorre o natural dever de prestação de contas à sociedade. Também é seu dever realizar uma administração eficiente, tornando a atividade administrativa cada vez mais qualitativa, buscando a perfeição, celeridade, coordenação e técnica para uma maior eficiência no seu desempenho e, dessa forma, trazendo frutos e benefícios à própria coletividade (CARVALHO FILHO, 2015).

Nesse sentido a relevância institucional para a realização da pesquisa se deve em virtude da expressiva representatividade do objeto de estudo - a gestão patrimonial: subgrupo ‘bens imóveis’.

Além disso, a busca pelo seu processo de aperfeiçoamento encontra respaldo na legislação inerente a governança pública, bem como nos documentos institucionais da UFRN onde, por meio da análise do seu Plano de Gestão 2019-2023, observou-se a intenção do aperfeiçoamento da gestão patrimonial imóvel, onde foi instituído o objetivo estratégico “desenvolver a gestão e a segurança da informação e do **patrimônio**”, trazendo como iniciativas estratégicas o aperfeiçoamento e regulamentação da gestão patrimonial (UFRN, Plano de Gestão 2019-2023, p.46, grifo nosso).

Reforçando a relevância do estudo proposto temos o Plano de Logística Sustentável – PLS, instrumento de planejamento implementado na UFRN com base no Decreto 7.746/2012, normatizado na instituição por meio da Resolução 040/2017 do Conselho de Administração – CONSAD e alinhado ao Plano de Gestão, o qual prevê a “[...] atualização do inventário de **bens** e materiais do órgão [...]” (UFRN, PLS, 2017, p.2, grifo nosso).

Ademais, os resultados da pesquisa poderão contribuir para a melhoria do desempenho da gestão patrimonial, oportunamente promovendo seu aperfeiçoamento por meio da implementação de mecanismos de governança pública como o primeiro passo na concretização das iniciativas estratégicas propostas nos referidos documentos institucionais.

Argumento Científico:

Para alicerçar a justificativa científica foi realizada uma pesquisa preliminar por dissertações e artigos científicos, a partir das bases de dados Scielo e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, buscando trabalhos realizados com o tema proposto nesta pesquisa, utilizando palavras-chave de forma abrangente como ‘gestão patrimônio público’, tendo em vista que ao realizar filtros para refinar a busca pelo tema governança na gestão patrimonial os resultados não foram expressivos.

Observou-se que, apesar do tema governança ser bastante discutido na atualidade, a temática aqui proposta ainda encontra limitações quando associada a administração do patrimônio imobiliário público.

Argumento Social/Pessoal:

No que tange a justificativa pessoal, o presente estudo se justifica pelo fato de seus resultados possibilitarem a implementação de práticas inovadoras de governança no processo de gestão patrimonial imóvel, possibilitando, inclusive, a extensão do seu modelo a outros órgãos da administração pública.

Além disso a pesquisadora fez parte da equipe de colaboradores do setor competente da gestão patrimonial imóvel da instituição - a Seção de Bens Imóveis da antiga Diretoria de Material e Patrimônio, durante o período de 2012 a 2017, época em se iniciou formalmente a gestão do patrimônio imóvel da instituição e, dessa forma, trazendo contribuições positivas para a pesquisa por meio de sua breve experiência na realização dessas atividades.

Por fim, os resultados da pesquisa poderão ser usados para torná-la uma multiplicadora, dentro e fora do seu ambiente de trabalho, dos conhecimentos adquiridos.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver uma proposta de modelo de gestão para o patrimônio imóvel da UFRN, seguindo os mecanismos de governança pública.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para isso, tem-se como objetivos específicos:

- Identificar os mecanismos de governança pública aplicados no atual processo de gestão de bens imóveis na UFRN;
- Propor novo modelo de governança para a gestão de bens imóveis na UFRN;
- Descrever e analisar o atual processo de gestão de bens imóveis na UFRN;
- Construir uma nova proposta de fluxo para o processo de gestão de bens imóveis na UFRN;

- Implementar pelo menos uma ação de melhoria a partir dos resultados das análises anteriores, elaborando proposta de manual de boas práticas para a gestão patrimonial imóvel da instituição.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Quanto à finalidade do trabalho, será pesquisa aplicada, considerando o interesse da aplicação dos conhecimentos adquiridos em um contexto real de problemas específicos (GIL, 2008. UFRGS, 2009. PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em relação ao objetivo, será classificado como pesquisa descritiva, onde há o registro e a caracterização dos fenômenos ocorridos no ambiente estudado, sem a interferência do pesquisador, em busca de um melhor entendimento da atuação prática no ambiente estudado (GIL, 2008. UFRGS, 2009. PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que tange a sua abordagem, será classificada como pesquisa qualitativa, visto tratar da necessidade de melhor compreensão e aprofundamento, por parte do pesquisador, do desdobramento dos acontecimentos a partir da perspectiva dos participantes e no seu ambiente natural (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Por fim, o método utilizado no processo de investigação será o indutivo, o qual parte da análise da problemática de forma particular, a partir da observação de casos concretos cujas causas se deseja conhecer, levando sua conclusão para o geral (GIL, 2008. PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os procedimentos adotados para coleta de dados serão realizados em três etapas: i) pesquisa documental, partindo da análise da legislação inerente a gestão patrimonial imóvel, bem como da documentação institucional disponível na UFRN (Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Plano de Gestão, Regimentos e resoluções expedidas pelos conselhos superiores competentes na matéria); ii) pesquisa bibliográfica, que será realizada a partir da compreensão da teoria basilar inerente ao tema, por meio de livros e artigos científicos que abordam a temática e, por último, iii) estudo de caso a ser realizado entre os sujeitos da pesquisa, com a aplicação de técnicas de coleta de dados.

A pesquisa documental é a fonte de dados que se obtém, dentre outras formas, por meio de documentos oficiais conservados em arquivos de órgãos públicos. A pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir de referências teóricas de material já elaborado, como livros e artigos científicos, em busca do conhecimento teórico do que já foi estudado sobre o assunto; (GIL, 2008. UFRGS, 2009. PRODANOV; FREITAS, 2013).

O estudo de caso consiste no exame amplo com objetivo de adquirir um detalhado conhecimento do objeto pesquisado (GIL, 2008) consistindo numa investigação empírica das manifestações ocorridas em determinado contexto real (YIN, 2001). Para tanto, pretende-se utilizar a entrevista estruturada com os gestores, onde a busca da informação ocorre por meio de um roteiro preestabelecido (PRODANOV; FREITAS, 2013), bem como a realização de grupo focal com a equipe que executa o processo de gestão patrimonial, técnica de coleta de dados que consiste em reuniões em grupos, conduzidas por especialistas em dinâmicas de grupo, onde os participantes conversam sobre os conceitos e experiência em relação ao tema da pesquisa (SAMPIERI; COLLADO; BAPTISTA LUCIO, 2013).

A pesquisa científica é um exame minucioso com objetivo de resolver um problema, realizando investigação de um grupo ou ambiente (sujeito da investigação) sobre circunstâncias reais (objeto da investigação) para então descrevê-la (investigação descritiva). Na abordagem qualitativa os sujeitos são selecionados de acordo com sua relação direta com o problema da pesquisa, ou seja, o objeto de investigação (UFRGS, 2009).

Dessa forma, o sujeito da pesquisa será a equipe da Diretoria de Logística da UFRN, considerando que nesse ambiente se desenvolve, entre outras atividades, a gestão patrimonial imóvel (objeto da investigação).

Como produto final preliminar pretende-se realizar um diagnóstico do atual processo de gestão patrimonial imóvel na UFRN, com a submissão de uma proposta de modelo de governança para a gestão dos bens imóveis.

5. REVISÃO DE LITERATURA

Inicialmente será abordado os principais conceitos da administração pública e seus princípios administrativos, com breve contextualização acerca da sua evolução, percorrendo a administração patrimonialista, burocrática e gerencial.

Pretende-se destacar a conceituação de autarquia como pessoa jurídica, suas características, seu papel dentro da atividade administrativa, de forma que o leitor compreenda e identifique a instituição objeto de estudo.

Em seguida a intenção é trazer a conceituação de patrimônio público com breve distinção entre patrimônio móvel e imóvel, suas características e classificação no âmbito da administração pública, de forma que o leitor compreenda a diferença entre patrimônio imobiliário público e privado.

Ainda no âmbito de patrimônio público pretende-se realizar uma breve contextualização da gerência desse patrimônio na administração pública, realizar apontamentos acerca da análise da legislação inerente a essa gestão, as formas de aquisição, alienação, controle, bem como buscar destacar os princípios administrativos associados a gestão patrimonial.

Por fim pretende-se destacar os principais pontos analisados na legislação da governança no âmbito da administração pública federal, Decreto 9.203/2017 (conceitos, princípios e diretrizes), trazer apontamentos dos documentos institucionais de órgãos de controle que tratam do tema, como o TCU, finalizando com a contextualização da problemática da pesquisa relacionando-a instituição objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 28ª Edição. SÃO PAULO EDITORA ATLAS S.A. – 2015. Disponível em: <https://morumbidireito.files.wordpress.com/2015/09/direito-administrativo-28c2aa-ed-2015-josc3a9-dos-santos-carvalho-filho.pdf>. Acesso em: 03/03/2020.

_____. **Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm. Acesso em: 17 jul. 20.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016. 414p.

_____. Ministério da Economia. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SCGPU. **Manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet**. Disponível em: <http://www2.planejamento.gov.br/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/Arquivos/spu/sistemas/manual-geral-do-spiunet-ultima-versao-nov2019.pdf/view>. Acesso em: 11/07/2020.

PALUDO, Agostinho. **Administração pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 608p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013. PDF. Disponível em: [http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book %20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf). Acesso em: 17 jul. 20.

_____. **Plano de Gestão 2019-2023**. Natal, RN: EDUFRN, [2019]. PDF. Disponível em: <https://ufrn.br/institucional/documentos>. Acesso em: 02 jul. 20.

_____. **Plano de Gestão de Logística Sustentável da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PLS UFRN)**. Natal, RN: UFRN, [2017]. PDF. Disponível em: Disponível em: <https://ufrn.br/institucional/documentos>. Acesso em: 29 jun. 20.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; BAPTISTA LUCIO, Maria del Pilar. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624p.

_____. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Demonstrações Contábeis 2019**. Disponível em: <https://proad.ufrn.br/documentos/demonstracoes-contabeis>. Acesso em: 11/07/2020.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Métodos de pesquisa**. [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. PDF. P 31-38. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 23/06/20.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: **Planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DISCENTE PÓS-REINTEGRAÇÃO DE VÍNCULO COM O CURSO

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS³⁹
CYNARA CARVALHO DE ABREU⁴⁰

1. INTRODUÇÃO

Com a criação, em 2003, do Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do país, o REUNI, e conseqüentemente com a incorporação desse programa pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), houve uma representativa expansão de novos cursos oferecidos e ministrados. Atualmente, a UFRN está com 115 cursos de graduação, sendo 105 na modalidade presencial e 10 na modalidade à distância – conforme relatório interno da assessoria técnica da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Infere-se assim, que essa expansão implicou na alteração dos indicadores da universidade.

Isto posto, deduz-se que como consequência desse acréscimo de cursos, houve uma contribuição no aumento de alunos que ingressaram na Instituição, bem como no número de discentes que tiveram os seus respectivos cursos cancelados. Em outras palavras, se por um lado, essa expansão trouxe muitos benefícios e oportunidades, por outro, não tardou a se expressar também por meio do aumento nos números de cursos cancelados e conseqüentemente em um aumento na demanda de solicitação de reintegração ao curso. Ainda que políticas de apoio à permanência dos estudantes para que estes possam concluir os seus cursos tenham sido postas em prática na UFRN, o número de cancelamentos de cursos ainda é preocupante.

Dentre as causas de solicitações de reintegração de curso à Câmara de Graduação – CONSEPE, encontra-se discentes que não

³⁹ Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. gracinha@ufrnet.br.

⁴⁰ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. cynracabreu@gmail.com.

conseguem chegar à conclusão de seu curso de graduação. Tendo os mesmos cancelados por abandono de curso, por decurso de prazo máximo e por insuficiência de desempenho acadêmico. Estes são, portanto, os três motivos que mais chegam à Câmara de Graduação com o objetivo de reativação de cadastro do curso.

É a Câmara de Graduação/PROGRAD a instância responsável por reintegrar o estudante de acordo com o Art. 167 da Resolução nº171/2013 – CONSEPE, de 05 de novembro de 2013, que aprovou o regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e por também estabelecer programas específicos de retorno de estudantes cancelados. Todos os pedidos são a ela endereçados e de onde essa problemática passou a ser tematizada e se propõe este estudo.

Faz-se importante destacar aqui que, antes de ocorrer o cancelamento do curso, os estudantes recebem uma notificação via SIGAA, informando sobre o possível cancelamento do Curso de Graduação. O texto enviado, explica que existe a possibilidade do interessado procurar a Coordenação do seu Curso ou a PROGRAD para analisar se há possibilidade de reverter à situação.

Apesar dessas alternativas, o cancelamento do vínculo, tem acontecido com muita frequência, o que suscita questões importantes para a gestão na universidade. Afinal, a evasão universitária tem assolado vidas de estudantes de a realidade de Instituições de Ensino Superior (IES). É notável, assim, a existência de uma situação-problema.

2. JUSTIFICATIVA

Como justificativa para a realização dessa pesquisa diagnóstica pode-se destacar: (1) justificativa pessoal: a observação, a partir do *lôcus* de trabalho e atuação da pesquisadora que realiza as pré-análises dos pedidos de reintegração e os encaminha à Câmara de Graduação, de que após julgados deferidos os pedidos não há de forma sistematizada nem um plano de acompanhamento para o discente que retornará ao curso; (2) justificativa institucional: a possibilidade de contribuição para o acompanhamento cuidadoso do discente reintegrado de forma atenta efetiva reduzindo os índices de

reprovação, aumentando o bem-estar do estudante e aumentando as taxas de sucesso e de conclusão dos cursos de graduação, portanto, melhorando os índices universitários; (3) justificativa científica: contribuir para os estudos sobre evasão universitária em uma abordagem que priorize os cuidados pedagógicos e institucionais para que não haja uma reincidência desse fenômeno com um mesmo estudante em um mesmo curso e (4) justificativa social: contribuir para que a universidade continue a ter um papel inclusivo, ofertante uma educação gratuita e de qualidade possível para todos e todas.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a trajetória formativa de estudantes pós-reintegração de vínculo com o curso no tocante à motivação, permanência, desempenho acadêmico e efetiva conclusão do curso..

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear, por curso, da quantidade de cancelamentos por desempenho insuficiente, bem dos pedidos de reintegração nos últimos 5 (cinco) anos;
- Identificar como tem sido feito pelas coordenações e orientadores acadêmicos o acompanhamento dos estudantes com baixo desempenho acadêmico nos cursos que têm recebido estudantes reintegrados;
- Identificar como tem sido feito pelas coordenações e orientadores acadêmicos o acompanhamento dos estudantes que tiveram seus vínculos reintegrados;
- Compreender a experiência dos estudantes de terem sido reintegrados ao curso do qual haviam perdido o vínculo.
- Propor à gestão universitária ações para acompanhamento de estudantes reintegrados v

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Esta pesquisa diagnóstica contará com 3 etapas: (1) será feito o mapeamento, por curso, via sistemas da gestão da UFRN, da quantidade de cancelamentos por desempenho insuficiente, bem dos pedidos de reintegração, nos últimos 5 (cinco) anos, tempo esse correspondente ao tempo médio de formação quando considerados os cursos de graduação da UFRN. (2) Num segundo momento, aos coordenadores de cursos e orientadores acadêmicos será enviado um questionário via *google forms* para identificar como tem sido feito o acompanhamento dos estudantes com baixo desempenho acadêmico, bem como daqueles que foram reintegrados. (3) Por último, os estudantes reintegrados serão convidados a participarem de grupos focais com vistas à compreensão das suas experiências de retorno ao curso e seus desdobramentos.

Os dados quantitativos serão tratados por meio de estatística descritiva, via planilha Excel e os dados das narrativas nos grupos focais serão tratados de acordo com a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Ao final deste estudo, pretende-se apresentar à gestão universitária proposições para acompanhamento de estudantes reintegrados, o que também representam ações que visem à redução dos cancelamentos dos cursos por desempenho acadêmico insuficiente.

5. REVISÃO DE LITERATURA

O ingresso para cursos de graduação na UFRN se dá por meio de formas regulares e especiais, estabelecendo vínculos com os cursos por meio de matrículas em componentes curriculares em cursos sejam eles de bacharelado, licenciatura ou tecnólogos. Este procedimento de acesso está em conformidade com o Art.37 capítulo 10 do Regulamento dos Cursos Regulares de graduação da UFRN. Isto posto, pode-se elencar, portanto, algumas das formas de acesso: (1) sistema de seleção unificado estabelecido pelo Ministério da Educação – MEC, (2) vestibular, (3) reocupação de vagas, (4) transferência voluntária, (5) reingresso de graduação, (6) permuta de sede (7)

reopção, (8) reintegração, bem como outras maneiras de ingresso definidas mediante convênio ou determinação por lei.

Desde o ano de 2014, entretanto, a UFRN definiu como principal forma de ingresso nos cursos superiores de graduação, o Sistema de Seleção Unificado – SiSU, que tem sua periodicidade e normas determinadas em concordância com as diretrizes definidas a cada ano pelo MEC. Se esse acesso tornou-se mais democratizado, por outro, traz uma realidade alarmante quantidade de cancelamentos de cursos. Desde aquele ano, é notório o número de alunos que têm entrado nos cursos superiores e que não têm conseguido permanecer até concluir o curso. Os índices de abandono de curso levou à Universidade à desenvolver programas de apoio à permanência dos discentes, entre eles, o de apoio pedagógico, conforme trata o Art. 38 do Regulamento de Graduação, institucionalizando o acompanhamento individual do estudante por parte de um docente designado para a função de orientador acadêmico. Entre suas atribuições, esse docente deve acompanhar os discentes, em especial aqueles que podem incorrer em cancelamento do curso por desempenho acadêmico insuficiente, por exemplo. Contudo, parece que esse acompanhamento tem sido ineficaz diante das demandas de várias ordens que fazem os estudantes perderem os seus vínculos com seus cursos e conseqüentemente com a instituição universitária. Faz-se importante ações para reverter esse quadro, que tem trazido prejuízos psicológicos, sociais e emocionais para os estudantes, bem como institucionais para a Universidade.

Ainda que a UFRN e suas instituições irmãs tenham evoluído bastante no quesito democratização do acesso ao ensino superior e avanços das tecnologias educacionais, por exemplo, infere-se que para além da técnica, da instantaneidade e do ágil acesso à informação e ao conhecimento, há aspectos que, difíceis de serem mensuráveis, têm levado os estudantes a não conseguirem sustentar seus planos de uma trajetória universitária com desempenho acadêmico suficiente à conclusão dos seus cursos. Isso faz pensar que talvez um acompanhamento sistemático e que envolve um olhar mais investigativo sobre o porque um estudante não está acompanhando o curso, que detecte os primeiros sinais de descontentamento, mostre-se potente em desfazer entraves e/ou dar o suporte/orientação mais

adequado a cada caso antes que as consequências já não possam ser revertidas.

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2019 da UFRN existe a proposta para identificar as causas e apresentar políticas estratégicas para fins de reduzir a retenção e a evasão por cursos e área de conhecimento. Esta situação de evasão e retenção vem sendo analisada por vários estudos, inclusive alguns desenvolvidos neste Programa de Pós-graduação (PPGPI) demonstrando o desejo em identificar o problema que sofre influências de fatores internos e externos às instituições de ensino. Contudo, nos últimos dez anos essa temática tem se mostrado ainda mais preocupante, principalmente ao se constatar o aumento gradativo de pedidos de reintegração de vínculo com a UFRN que têm chegado aos colegiados superiores, em outras palavras, se há um grande quantitativo de pedidos de reintegração, o que dizer da quantidade de estudantes que perdem seus vínculos?

Isto posto, considerando que não há como se falar de reintegração de curso sem antes falar em cancelamento ou mesmo “jubilamento”, bem com sobre retenção e sobre o fenômeno evasão universitária, este estudo fará um percurso bibliográfico que contemplará essas temáticas. Um dos aspectos de destaque é que ao tratar sobre reintegração ao curso, esse estudo se abre para possibilidades de diálogo com um fenômeno que se mostra no sentido reverso da evasão, esta, por sua vez, ricamente investigada nos campos da Educação, da Gestão de instituições escolares e universitárias e afins.

Marcos legais, leis e documentos que regulamentam o ingresso e a perda de vínculo com a Universidade, bem como aspectos acerca de desafios e possibilidades de acompanhamento específico para estudantes com necessidades educacionais específicas, reflexões sobre o mundo e os modos de relações que estamos vivendo na contemporaneidade, assim como provocações sobre a pós-modernidade e seus efeitos nas pessoas entre outros assuntos, comporão o embasamento teórico deste estudo. (BAUMAN, 2004; CHAVES, 2018; CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2013; SILVA, 2017; VASCONCELOS, 2011; RODRIGUES, 2020; PDI-UFRN, 2015; WILLIGES, 2019).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CHAVES, Vanessa de Souza. **Evasão nos cursos de graduação em Física, Matemática e Química da UFRN**. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Gestão de Processos Institucionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21936>>. Acesso em: 09 out. 2018.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução Normativa nº 171, de 05 de novembro de 2013**. Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação. Natal, RN, 05 nov. 2013. Disponível em: <http://www.sistemas.ufrn.br/download/sigaa/public/regulamento_dos_cursos_de_gr_aduacao.pdf>:. Acesso em: 15 nov., 2019.

Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **RESOLUÇÃO Nº 171/2013-CONSEPE**, de 5 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.sigrh.ufrn.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1739697&key=-316c9b5322e4695f36cdf243eded4b9c&formato=pdf>> .Acesso 25 março de 2019.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Direito à educação**: acesso, permanência e desligamento de alunos do ensino superior. Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, p. 201-216, jan. 2006. ISSN 2177-7055. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15207>>. Acesso em: 07 jul. 2020. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

SILVA, Telma Elita da. **Orientação acadêmica**: entre o prescrito e o praticado em uma Instituição Federal de ensino superior. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Gestão de Processos Institucionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24778/1/TelmaElitaDaSilva_DISSERT.pdf>. Acesso em: 09 11. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (Natal). Ministério da Educação (Org.). **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRN**: Novas Metas. 2015. Disponível em: < <http://www.ufrn.br/resources/documentos/pdi/PDI-Novas-Metas.pdf>>. Acesso em: 23set. 2019.

VASCONCELOS, Ana Lúcia Fontes De Souza; SILVA, Márcio Nunes Da. **Uma investigação sobre os fatores contribuintes na retenção dos alunos no curso de ciências contábeis em uma IFES**: um desafio à gestão universitária. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wpcontent/BD_documentos/coloquio11/IX1107> Acesso: 13 julho 2020.

WILLIGES, Flavio. **A ética na relação orientador-orientando**. 2008. Disponível em: http://www.unisc.br/universidade/estrutura_administrativa/pro_reitorias/prograd/coord_pedagogica/programa_pedagogia_universitaria/doc/Etica_Relacao_Orientador-OrientandoProfFlavio.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019

PROPOSIÇÃO DE NORMATIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS DO CERIMONIAL UNIVERSITÁRIO

MARIA DE LOURDES BAKKER EUFRÁSIO DE OLIVEIRA⁴¹

ADRIANA CARLA SILVA DE OLIVEIRA⁴²

1. INTRODUÇÃO

A Universidade é promotora de uma diversidade de eventos, que são indispensáveis para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. O cerimonial universitário é composto de rituais e simbologias que norteiam esses eventos, destacando-se as solenidades de colação de grau, posses, inaugurações, outorgas de títulos honoríficos, seminários, congressos e encontros, entre outros.

A ausência de padronização nos cerimoniais desses eventos gera inúmeros problemas, favorecendo uma visão distorcida da Instituição e comprometendo a qualidade de todo o trabalho.

Observam-se algumas improvisações nas atividades que envolvem o cerimonial dos eventos promovidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A ausência de normas bem definidas e regulamentadas gera dúvidas nos organizadores dos eventos, principalmente na elaboração do roteiro da solenidade de abertura. Ordem de precedência incorreta na composição de mesas diretivas e na citação de autoridades, disposição errada de bandeiras e inversão na ordem dos pronunciamentos são alguns dos outros problemas, que poderiam ser corrigidos com a disseminação correta de orientações provenientes do cerimonial universitário, através da sistematização de suas atividades.

O elevado número de eventos realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a falta de uma padronização das atividades demonstram a necessidade de um estudo detalhado sobre cerimonial

⁴¹ Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. lourdesbakker@reitoria.ufrn.br.

⁴² Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. adrianacarla.a@gmail.com.

universitário. Estes aspectos evidenciam o problema de pesquisa, que consiste em:

Como sistematizar o cerimonial dos eventos solenes realizados na UFRN?

A experiência da autora como atuante nos diversos eventos solenes da Instituição, como também a sua participação anual, desde 2011, no Fórum dos Organizadores de Cerimônias Universitárias e Acadêmicas das Instituições de Ensino Superior Brasileiras – FORCIES, a motivaram a desenvolver o presente projeto, com o intuito de contribuir para a sistematização do cerimonial universitário nos eventos solenes realizados na UFRN.

Neste sentido, os resultados a serem obtidos com este estudo poderão fornecer subsídios para a elaboração de normas, padronização de procedimentos e melhoria dos processos, favorecendo o planejamento e a organização das atividades relativas ao cerimonial universitário.

2. JUSTIFICATIVA

Os eventos realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em destaque as colações de grau, possuem uma enorme visibilidade social, proporcionando momentos de grande interação entre a comunidade universitária (representada pelas autoridades, professores e formandos) e a comunidade local e regional (familiares e convidados).

As solenidades de colação de grau ocupam um lugar destacado entre os eventos da universidade. O cerimonial universitário tem papel fundamental nessas solenidades, estabelecendo as normas e procedimentos necessários para sua correta efetivação, ordenando uma seqüência lógica e cheias de significados.

Essas informações levam a reflexão sobre a importância que os eventos têm na formação da imagem da instituição, tanto para o público interno como para o público externo. A partir disto, deve-se pensar em uma proposta de manual de cerimonial universitário.

Há dez anos exercendo as atividades de Assessora Técnica de Cerimonial no Gabinete do Reitor, a pesquisadora tem sua área de atuação centrada no cerimonial universitário. Desta forma, verificou a

necessidade de uma padronização nos procedimentos e desenvolveu um grande interesse pelo tema.

Nesse período, teve a oportunidade de organizar o cerimonial de centenas de eventos e de acompanhar os reitores em inúmeras cerimônias de colação de grau, proporcionando reflexões sobre essa temática tão atual e ao mesmo tempo tão antiga, pois o cerimonial sempre fez parte da vida dos homens, estabelecendo regras de convivência e ordem de precedência.

Com base nessa experiência profissional e nas informações aqui elencadas, justifica-se a necessidade do desenvolvimento de um estudo que sistematize o cerimonial dos eventos realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Propor a sistematização do Cerimonial dos eventos realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar a legislação existente sobre cerimonial universitário, tanto no Brasil quanto na UFRN;
- Identificar os eventos solenes realizados na UFRN;
- Verificar a estrutura do cerimonial dos eventos solenes;
- Elaborar o instrumento de sistematização do cerimonial da UFRN que irá subsidiar o manual de Cerimonial universitário da UFRN.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DE PRODUTO

Para serem atingidos os objetivos desta pesquisa, será realizado um estudo da literatura existente relacionada ao tema cerimonial universitário, revisando livros, teses, dissertações, artigos científicos, temas correlatos e Resoluções, que normatizam as cerimônias de formaturas na UFRN. As informações serão analisadas com base

na experiência profissional da autora e também através destas informações obtidas. Pretende-se propor a elaboração de um instrumento de sistematização do cerimonial da UFRN que irá subsidiar o manual de Cerimonial universitário da UFRN, tendo como público alvo os servidores e discentes que organizam e trabalham com eventos universitários.

Segundo Denker (2003), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado: livros e artigos científicos. Mesmo sendo pesquisa apenas bibliográfica, toda pesquisa requer uma fase preliminar de levantamento e revisão da literatura existente para elaboração conceitual e definição dos marcos teórico. A principal limitação da pesquisa bibliográfica, entretanto, é a possibilidade de erro de reprodução dos erros das fontes consultadas. Os resultados obtidos serão analisados, discutidos e comparados com o referencial teórico, propiciando a elaboração e apresentação de uma proposta de sistematização do cerimonial universitário da UFRN.

A proposta de sistematização do cerimonial dos eventos solenes realizados na UFRN, resultando em um Manual de Cerimonial e Eventos, que deverá conter as normas protocolares de forma bem clara e objetiva, para que o organizador de um evento possa executá-las sem ter dificuldades.

5. REVISÃO DE LITERATURA

É necessário que se faça uma revisão da literatura existente sobre cerimonial e sobre os diversos tipos de eventos realizados na universidade: outorga de títulos honoríficos e dignidades (Professor Emérito, Doutor Honoris Causa, Comenda do Mérito Universitário, Medalha do Mérito Universitário), solenidades de inauguração, descerramentos de placas, aulas inaugurais, congressos, seminários, semanas acadêmicas, simpósios, oficinas, palestras, resolução que normatiza as colações de Grau da UFRN, legislação existente sobre cerimonial universitário, tanto na UFRN, quanto nas Instituições de Ensino Superior do Brasil.

O setor de cerimonial de uma instituição é o responsável por planejar, organizar e elaborar os eventos, a comunicação e o relacionamento da instituição com o público, preservando sua imagem.

O cerimonial público é legalizado pelo Decreto Federal 70.274, de 9 de março de 1972, que prevê as regras e normas de cerimoniais públicos, responsáveis pela imagem pessoal dos governantes e do governo, a forma como ele conduz e apresenta seus convidados e as autoridades locais. Este decreto “aprova as normas de cerimonial público e a ordem de precedência pela Presidência da República.” Ou seja, uma série de normas que devem ser cumpridas.

REFERÊNCIAS

AZZOLIN, M.L.T. **Cerimonial universitário**: instrumento de comunicação. 2. ed. Maringá: Eduem, 2010.

BAHL, Miguel. **Turismo e eventos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BRASIL. Decreto n. 70.274 de 09 de março de 1972. Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70274.htm Acesso em: 10 de agosto de 2020.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociedade do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 7. ed. São Paulo: futura, 2003. 286 p.

MATIAS, Marlene. **Organização de eventos: procedimentos e técnicas**. São Paulo: Manole, 2001.

MEIRELLES, G.F. **Protocolo e cerimonial**: normas, ritos e pompa. 2 ed. São Paulo, Editora STS, 2002.

MEIRELLES, Gilda Fleury. **Tudo sobre eventos**. São Paulo: STS e Ibradep,1999.

SILVA, José Solon Sales e. **Curso de Cerimonial Público e Protocolo de eventos**. Brasília, Funasa, 2005.

VELLOSO, Ana. **Cerimonial universitário. Brasília**, Universidade de Brasília, 2001.

VIANA, Flávio Benedicto. **Universidade: protocolo, rito e cerimonial**. São Paulo, Lúmem, 1998.

O ARGUMENTO DE INCLUSÃO REGIONAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

LORENNA MARIELE BEZERRA DE MEDEIROS⁴³

CINARA MARIA LEITE NAHRA⁴⁴

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN oferta todo ano, via Sistema de Seleção Unificada - SiSU, cerca de 7000 vagas iniciais para os cursos de graduação, sendo que atualmente metade delas são reservadas para os candidatos que se encaixam no perfil das ações afirmativas da Lei Federal nº 12.711/2012, chamada popularmente de lei de cotas.

Com a instituição da lei de cotas, as universidades federais foram estimuladas a utilizarem as ações afirmativas no seu cotidiano, abrindo novas perspectivas no âmbito educacional para a boa parte da sociedade.

A UFRN, seguindo a orientação nacional, aprovou por meio da Resolução nº 177/2013-CONSEPE, de 12 de novembro de 2013 o Argumento de Inclusão Regional - AIR, um instrumento de aparente cunho afirmativo que, além de possibilitar reduzir as desigualdades fáticas, permite a efetividade da Política de interiorização defendida e legitimada pelo governo federal no Plano Nacional da Educação (2014-2024).

Essencialmente, o Argumento de Inclusão Regional – AIR é um bônus de 20% na nota do candidato do processo seletivo que satisfizer os requisitos elencados na Resolução. Como o próprio nome diz, os requisitos que precisam ser preenchidos dizem respeito ao local onde

⁴³ Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. lolomariele@gmail.com.

⁴⁴ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. cinaranahra@hotmail.com.

o candidato cursou o ensino fundamental e médio, independente da natureza do ensino ser público ou privado.

O bônus do AIR foi utilizado na UFRN pela primeira vez no SiSU de 2014, alcançando os Campus de Caicó, Currais Novos e Santa Cruz, e, desde então, foi empregado em todos os processos seletivos do SiSU na UFRN.

No entanto, ainda não foi realizado qualquer estudo sobre este instrumento, sendo esta o propósito deste trabalho. Desta forma, o corrente projeto pretende explorar os motivos e as justificativas determinantes para a elaboração da Resolução, da mesma maneira que almeja esclarecer se houveram resultados e se esses foram, e ainda são, suficientes para justificar a sua existência.

2. JUSTIFICATIVA

A UFRN, desde o “Plano de Gestão 2011-2015 – Novas Conquistas”, vislumbra como uma das suas prioridades o aprimoramento da política de desenvolvimento institucional através da interiorização. Fato esse que também foi incorporado no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2015-2019 e no “Plano de Gestão 2015-2019 Avanços e Desafios”:

No capítulo da interiorização, avançou-se fortemente na perspectiva já assinalada de priorizar as ações de valorização de peculiaridades e vocações regionais, sem prejuízo de ações diretamente relacionadas com o bem-estar da população (UFRN, Avanços e desafios: plano de gestão 2015-2019, p. 18, 2017).

Sendo mais explícito, o termo interiorização está presente textualmente no primeiro Eixo Programático do PDI 2015-2019 (I - Qualidade Acadêmica, Interiorização e Internacionalização) e em 05(cinco) linhas de ação do referido Eixo. Uma das formas encontradas pela UFRN de por em prática a política da interiorização foi a concepção da Resolução nº 177/2013-CONSEPE, que criou o Argumento de Inclusão Regional, com o propósito de oferecer aos

estudantes da região uma maior oportunidade de acesso ao ensino público daquela região.

Contudo, a Pró-Reitoria de Graduação, órgão responsável pelo planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades de ensino de graduação da UFRN, não tem estudos ou dados compilados acerca da efetividade do AIR no contexto desta universidade, o que torna o diagnóstico um recurso indispensável para o conhecimento de um instrumento fundamental e valioso, tendo em vista que quase 100% das vagas de ampla concorrência dos *campi* do interior (Caicó, Currais Novos e Santa Cruz) são preenchidos por candidatos que utilizam a bonificação do AIR.

Acreditamos que seja de suma importância a análise da utilização do AIR na UFRN, posto que os resultados poderão contribuir significativamente para uma atualização e revisão do instrumento, gerando um adequação da realidade fática da UFRN à sociedade.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Portanto, o objetivo geral é realizar uma análise que verifique a utilização do Argumento de Inclusão Regional – AIR como forma de bonificação na nota dos candidatos a uma vaga de graduação na UFRN, verificando se este recurso alcança os resultados pretendidos no momento da sua criação, e se ele é necessário para que os candidatos daquelas cidades e regiões tenham a oportunidade de ingressar na UFRN.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o pretendido no objetivo geral, é preciso que a pesquisa conheça as justificativas e o contexto da criação do Argumento de Inclusão Regional; Identifique e determine a natureza do Argumento de Inclusão Regional; Compare o Argumento de Inclusão Regional empregado pela UFRN com os recursos similares usados por outras instituições de ensino; Obtenha dados, informações e elementos sobre o desempenho da aplicação do Argumento de Inclusão Regional;

Elaborar um diagnóstico sobre a efetividade e alcance da aplicação do Argumento de Inclusão Regional pela UFRN no SiSU.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Entende-se que neste caso, o método a ser utilizado não pode ser reduzido a apenas um, a percepção é de que podem ser combinados mais de um método. De início, apresentamos a hipótese de aplicar os métodos histórico, observacional e comparativo. O método histórico tem o seu lugar garantido pois proporciona uma investigação na origem, nas raízes da criação do AIR, bem como da natureza das ações afirmativas, para que possamos entender de onde surgiram e o porquê de terem despontado como situações a merecerem um enfoque maior por parte do estado. O método observacional e o comparativo irão complementar o histórico, dando suporte ao agregar os procedimentos observacionais e a comparação do AIR da UFRN com outros instrumentos semelhantes utilizados no Brasil.

A pesquisa terá natureza aplicada, uma vez que será dirigida a questões específicas, sendo, quanto a seus objetivos, do tipo exploratória e descritiva, pois registra e descreve fatos sem interferir nestes, buscando por meio de um bom levantamento bibliográfico a análise do AIR. No que tange aos procedimentos técnicos da pesquisa, o caminho a ser percorrido é o da pesquisa bibliográfica e documental, preferencialmente, podendo ser desenvolvida, em um trabalho futuro e caso haja interesse da instituição, em uma pesquisa *ex-post-facto*, mais aprofundada sobre o impacto do AIR decorridos alguns anos das conclusão das primeiras turmas que entraram com a bonificação.

A proposta requer a realização de pesquisa quantitativa e de natureza descritiva, como antes mencionado, haja vista pretender estudar o instrumento do Argumento de Inclusão Regional – AIR em seu formato atual na UFRN, e contribuir com a elaboração de um diagnóstico que possibilite conhecer melhor o instrumento, fazendo uma revisão sobre o seu real benefício que trouxe para a UFRN e para a sociedade.

O estudo em questão não ficará restrito às dependências da UFRN, pois a ideia é comparar com outras Instituições de ensino

que utilizam de políticas semelhantes, como por exemplo, a UFPE, UFAC, UFAL e UFSB, dentre outras. Prevê a utilização de análise documental, análise de processos, procedimentos e dos portais e páginas disponíveis, dentre outras estratégias que poderão tornar-se necessárias no decorrer da pesquisa. Para atender ao objetivo específico a que se refere, visando a publicização das informações, será feito um estudo aprofundado das informações, que abarque o teor ético das mesmas, bem como o melhor formato de disponibilização nos canais disponíveis.

O produto final pretendido pelo trabalho é uma análise do instrumento AIR, com um diagnóstico do seu desempenho, sua eficácia e necessidade, contextualizada na UFRN, e direcionada para a Gestão responsável por conceber as políticas que são empregadas pela UFRN.

5. REVISÃO DE LITERATURA

A Constituição Federal do Brasil de 1988 traz a educação como um dos direitos sociais garantido aos seus constituintes, sendo um direito de todos e dever do Estado a sua promoção. A mesma Constituição também elenca como um dos objetivos fundamentais da República brasileira a redução das desigualdades sociais e regionais. Tendo esses dois aspectos em evidência, pode-se afirmar que o tema pode abranger uma nítida vertente jurídico-constitucional.

Todo o objeto do trabalho gira em torno do acesso à educação por um determinado grupo de indivíduos, que possuem algumas características inerentes, quais sejam, terem a sua vida escolar (fundamental e médio) concretizada nas escolas do interior do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A estes candidatos é dado uma bonificação no momento de concorrer a uma vaga nos cursos dos campi de Santa Cruz, Currais Novos e Caicó, frente aos demais candidatos.

REFERÊNCIAS

BASSO-POLETTI, Daniela; EFROM, Cora; RODRIGUES, Maria Beatriz. Ações Afirmativas no Ensino Superior: revisão quantitativa e qualitativa de literatura. *Revista Electrónica Educare*, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 1-24, 1 jan. 2020. Universidad Nacional de Costa Rica. <http://dx.doi.org/10.15359/ree.24-1.16>. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-4258202000100292&lng=en&nrm=iso&tng=pt. Acesso em: 17 07 2020.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaianie do Nascimento; ANDRADE, Cláudia Sá Malbouisson; TIRYAKI, Gisele Ferreira; COSTA, Lilia Carolina Carneiro. Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da universidade federal da bahia. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 305-327, maio 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-407720190001000016>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000100305&tng=pt. Acesso em: 17 jul. 2020.

CRUZ, Luis Felipe Ferreira Mendonça. Ações afirmativas e o princípio da igualdade. 2011. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.2.2011.tde-03092012-092058. Acesso em: 2019-03-22.

CUNHA, Olivia Evaristo. Ações Afirmativas: O Princípio Constitucional Da Igualdade E As Cotas Raciais. 2017. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20204>> Acesso em: 28 de março de 2019.

HAAS, Celia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, [S.L.], v. 93, n. 235, p. 836-863, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s2176-66812012000400015>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812012000400015. Acesso em: 17 jul. 2020.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 301-315, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000200002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200301. Acesso em: 17 jul. 2020.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 887-896, dez. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2008000300010>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010&lng=pt&tng=pt. Acesso em: 17 jul. 2020

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUZA, Nilda Rodrigues de. Ações afirmativas em universidades públicas brasileiras: uma análise sobre a implantação das cotas raciais. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150895>> Acesso em: 23 de março de 2019.

WINTHER, Juliana Mara; GOLGHER, André Braz. Uma investigação sobre a aplicação de bônus adicional como política de ação afirmativa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 333-359, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-30982010000200007>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-30982010000200007&script=sci_arttext. Acesso em: 17 jul. 2020.

DIAGNÓSTICO DOS PROCESSOS DE PENALIDADES DOS FORNECEDORES EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

MARÍLIA LINHARES DE SOUSA⁴⁵
CARLOS DAVID CEQUEIRA FEITOR⁴⁶

1. INTRODUÇÃO

O preceito para a aquisição de bens e a contratação de serviços pelo setor público brasileiro é o respeito ao rito de licitação pública, previsto na Constituição Federal de 1988 e normatizado pela Lei nº 8.666/93 (BRASIL, 1988; 1993; FENILI, 2018).

Como dispõe o Art. 37 da Constituição brasileira, a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade moralidade, publicidade, e eficiência (BRASIL, 1988).

Ainda no Art. 37 da Constituição Federal, a aquisição de bens e materiais, assim como na contratação de serviços, na administração pública devem ocorrer através de licitação (BRASIL, 1988). Essa obrigatoriedade se fez necessária para garantir a transparência do rito das compras públicas. Mas o que se vem observando, é a crescente imperícia dos fornecedores vencedores do trâmite licitatório.

O estudo proposto como tema da dissertação, terá a finalidade de mostrar fatores que levam às notificações e penalidades das Empresas fornecedoras de materiais e serviços à UFRN. Os processos administrativos abertos na instituição visando a penalidade de fornecedores que descumprem cláusulas contratuais trazem mora, ineficiência e retrabalho, ou seja, situação indesejada por ambas as partes.

A ineficiência e o retrabalho acabam gerando novos documentos e novas ações para realização de um novo processo de compra, seja

⁴⁵ Discente de mestrado e assistente em administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. marilialinhares@yahoo.com.br.

⁴⁶ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. carlos.feitor@gmail.com.

ele através de licitação ou por outro meio. Assim a abertura de novos processos de compras elevam consumo de material, tempo, energia, entre outros.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que busca atender ao seguinte questionamento: Quais os principais fatores levam às penalidades de fornecedores pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte?

2. JUSTIFICATIVA

A ineficiência do processo de aquisição pode gerar um impacto negativo no que se refere ao âmbito institucional, considerando que a universidade necessita de equipamentos e insumos de última geração para desenvolver as pesquisas nos diversos campos da ciência. Portanto, a falha ou demora na aquisição de tais produtos pode comprometer drasticamente os resultados obtidos na instituição.

Nos últimos anos, tem-se percebido o crescente interesse da sociedade em acompanhar os gastos públicos, e isso vem gerando o aprimoramento dos processos no tocante as compras governamentais. Diante do exposto, fica evidente a necessidade de implementação de melhorias no processo de compras da instituição para mitigar as falhas.

Quanto a justificativa científica verificou-se que o estudo proposto como tema desta dissertação ainda encontra limitação de conteúdo. Nessa perspectiva, infere-se que o desenvolvimento de um diagnóstico das penalidades de fornecedores em uma instituição federal de ensino superior consubstancia inovação, motivando novos estudos nessa área.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do trabalho é realizar um diagnóstico das penalidades aplicadas aos fornecedores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever quais etapas constituem o processo de penalidade.
- Identificar onde e quais irregularidades os fornecedores cometem no processo de aquisição de bens e contratação de serviços
- Apresentar as razões e a frequência que ocorreram penalidades a fornecedores no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019.
- Propor um plano de ação embasado no diagnóstico das penalidades.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, do tipo documental e método dedutivo. A coleta de dados será através de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e realização do estudo de caso.

Tem-se que a pesquisa documental é uma modalidade que permite investigar determinada problemática de forma indireta, por meio do estudo dos documentos produzidos pelo ser humano, revelando seu modo de ser, viver e compreender um fato social (FLICK, 2009). A pesquisa documental parte de um amplo e complexo conjunto de dados para chegar a elementos manipuláveis, estabelecer relações e obter conclusões (CELLARD, 2012).

A pesquisa documental partirá da análise de todos os processos de penalidade de fornecedores que constam no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC/UFRN, no período de 01 janeiro de 2018 a 31 dezembro de 2019.

O trabalho proposto, tem a finalidade de identificar e mensurar os fatores que levam às notificações e penalidades das Empresas fornecedoras de materiais e serviços da UFRN. O diagnóstico tem o propósito de possibilitar mais eficiência no processo de compras, diminuindo o tempo de espera da entrega do material ou serviço requisitado em consequência da mitigação das penalidades.

5. REVISÃO DE LITERATURA PROPOSTA

O trabalho apresentará como fundamentação teórica que se propõe a embasar esse estudo, conceitos a respeito das compras governamentais; além de noções acerca de governança no setor público; processo de compras na UFRN; legislação e aplicação de sanções; e por último o plano de ação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 05 de outubro 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 13.mar. 2019.
- BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art.37, inc XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitantes e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm. Acesso em: 24 mar. 2019.
- CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J.R.M. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 2012.
- ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ENAP. **Qualidade do Gasto Público**. Brasília (DF). 2017. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3158>. Acessado em 12 de jul de 2020. GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito.
- FENILI, Renato. **Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas**. Niterói (RJ): Impetus, 2016.
- FENILI, Renato. **Governança em aquisições públicas: teoria e prática à luz da realidade**. Niterói (RJ): Impetus, 2018.
- FERNANDES, C.C.C. **Sistemas de Compras Eletrônicas e sua Aplicação à Administração Pública: o Caso do SIASG/Comprasnet**. 2003. Dissertação (Mestrado executivo) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Brasília, 2003.
- FERREIRA, Thassiana Bessa. **Diagnóstico das sanções administrativas aplicadas aos fornecedores de uma instituição pública de ensino**. 2019, 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em: <http://btdt.ufm.edu.br/handle/tede/710>. Acesso em: 07 de jul. de 2020.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre (RS): Artmed, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, Claudete Maria da. **Aplicação do manual de processo administrativo sancionador: um estudo de caso na UTFPR**. 2019, 95 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/3972>. Acesso em: 07 de jul. de 2020.

POLÍTICA AMBIENTAL E O *ENDOMARKETING*: DIAGNÓSTICO DE UNIDADE ACADÊMICA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

MARIA VALQUÍRIA SALVIANO DAMASCENO⁴⁷
ADRIANO CHARLES SILVA E CRUZ⁴⁸

1. INTRODUÇÃO

Atualmente as instituições vêm buscando uma melhor forma de desempenhar o seu papel na sociedade. Para isso, recorrem a estratégias que as ajudem no cumprimento desse objetivo. Essas práticas resultam de uma nova percepção no olhar da sociedade perante às organizações, para que estas produzam de forma mais limpa, e assim, contribuam para a diminuição dos gases do efeito estufa e desenvolvimento de produtos ou serviços que gerem menores impactos ambientais.

Assim, surgem as formas de gestão para o desempenho dessas práticas, dentre elas temos aquela com ênfase no endomarketing, o conceito de *endomarketing* compreende as práticas executadas por uma organização ao considerar seus colaboradores como clientes internos, partindo-se do princípio de que a empresa é capaz de atuar com excelência junto a seus clientes se estiver bem posicionada em relação a seu público interno (BEKIN, 1995 *apud* Mascarenhas et al).

Dessa forma, diante do atual momento de Emergência de Saúde Pública, ocasionado com o surgimento do Novo Coronavírus (COVID – 19) em dezembro de 2019, o qual foi declarado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020; e tendo em vista os aspectos ambientais gerados pelas ações do seu enfrentamento, o presente projeto tem como objetivo diagnosticar como acontece a Política Ambiental do laboratório de Bioquímica e Análise de

⁴⁷ Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. valquiria.adm.salviano@hotmail.com.

⁴⁸ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. adriancruzufn@gmail.com.

Alimentos da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi – FACISA, com base no Sistema de Gestão Ambiental e na técnica do Endomarketing, no período da pandemia COVID- 19. A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso, é do tipo descritiva, de natureza qualitativa e utilizará do método indutivo.

Devido às substâncias utilizadas no laboratório de Bioquímica e Análise de Alimentos da FACISA, os quais podem gerar impactos ao meio ambiente, surge o questionamento sobre como o laboratório tem lidado com essa hipótese. Sendo assim, diante do questionamento, como acontece a Política Ambiental do laboratório de Bioquímica e Análise de Alimentos da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi – FACISA?

2. JUSTIFICATIVA

Argumento institucional: Devido aos impactos gerados ao meio ambiente, ocasionados pelo laboratório de Bioquímica e Análise de Alimentos da FACISA, é necessário um estudo que identifique alternativas para implementação da Política Ambiental e mitigação dos impactos ambientais, que gere um ambiente mais seguro e formas de compensação ambiental, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável.

Argumento científico: É importante saber qual a visão que o Laboratório de Bioquímica e Análise de Alimentos da FACISA tem a respeito do tema em questão e se sua Política Ambiental está de acordo com os padrões estabelecidos pela ISO 14001.

Argumento social: Uma nova percepção no olhar da sociedade perante às organizações, para que estas produzam de forma mais limpa, e assim, contribuam para a diminuição dos gases do efeito estufa e desenvolvimento de produtos ou serviços que gerem menores impactos ambientais.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente estudo é diagnosticar como acontece a Política Ambiental do laboratório de Bioquímica e Análise de Alimentos da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi – FACISA, com base no Sistema de Gestão Ambiental da ISO 14001 e na técnica do *Endomarketing*, no período da pandemia COVID- 19.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar se a atual Política Ambiental do Laboratório encontra-se de acordo com os padrões estabelecidos pela ISO 14001 ;
- Analisar como é feita a divulgação da Política Ambiental do laboratório no ambiente interno da unidade da Facisa;
- Analisar o papel do endomarketing na divulgação da Política Ambiental do laboratório no ambiente interno da unidade da Facisa;
- Sugerir medidas que aprimorem a Política Ambiental do Laboratório;
- Elaborar uma cartilha com medidas de aprimoramento da Política Ambiental, com base no Sistema de Gestão Ambiental –SGS.

3. METODOLOGIA E PROPOSTA DE PRODUTO

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso, é do tipo descritiva, de natureza qualitativa e utilizará do método indutivo. O público-alvo serão os servidores responsáveis pelo laboratório e a coleta de dados será realizada por pesquisa bibliográfica e documental.

A aproximação com o campo empírico se dará através da coleta dos dados primários, onde estes serão coletados diretamente na instituição de estudo, por meio da técnica da entrevista.

Na análise dos dados será feita uma comparação das informações levantadas com o que dita a norma ISO 14001 em relação aos critérios que devem constar no Sistema de Gestão Ambiental, com ênfase na Política Ambiental.

O produto final será um diagnóstico de implementação da Política Ambiental do Laboratório de Bioquímica e Análise de Alimentos da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi – FACISA.

4. REVISÃO DE LITERATURA

O primeiro tópico abordará a importância da percepção ambiental, pois trata-se da visão e relação da sociedade com os problemas ambientais. De acordo com Ostrom (2000), pesquisas recentes demonstram resultados que os seres humanos herdaram e possuem uma forte propensão para adotar percepções comuns na sociedade em que vivem. O capítulo ainda abordará o conceito de sustentabilidade, que de acordo com Ayres (2008), tem um conceito de como os seres humanos devem tratar o meio ambiente e sua responsabilidade para com as gerações futuras.

Já no segundo capítulo tratará dos conceitos de Sistema de Gestão da Qualidade com base nos padrões estabelecidos pela ISO 14001, e por consequente, tratar de Política Ambiental, já que esta faz parte das etapas de um Sistema de Gestão Ambiental, tendo por base a norma ISO 14001.

Por fim, será abordado o conceito de Endomarketing, como essa técnica pode ser utilizada para comunicação interna e disseminação da informação dentro de uma instituição. Mascarenhas (2010) O endomarketing incorpora ações do chamado marketing interno, tendo como objetivo o Marketing e orientar os processos organizacionais.

REFERÊNCIAS

AYRES, R.U. **Sustainability economics: Where do we stand?** *Ecological Economics*, v.67, n.2, p.281-310, 2008.

MASCARENHAS, André Ofenhejm et al. **Marketing, endomarketing e redes sociais: fundamentos teóricos à concepção de uma estratégia de gestão de pessoas.** *Organizações em contexto*, Ano 6, n. 11, janeiro-junho 2010.

OSTROM, E. **Collective action and the evolution of social norms.** *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 3, p. 137-158, 2000. <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.14.3.137>

MODELAGEM DE UMA PROPOSTA EM GESTÃO DE PESSOAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS MULTIFUNCIONAIS EM UMA IFES

MARIA GLEYCIANE DA SILVA⁴⁹

MARCELO RIQUE CARÍCIO⁵⁰

PATRÍCIA BORBA VILAR GUIMARÃES⁵¹

1. INTRODUÇÃO

Quando se pensa na composição de uma organização, insurge a ideia de um conjunto complexo de elementos que interagem entre si de maneira orquestrada para o atingimento de determinados objetivos. Esse processo de intercomunicação entre atores e elementos estruturais não ocorre de forma isolada ou alheia às transformações de ordem externa. Ao contrário, nessa troca, a sobrevivência da organização passa a depender da sua capacidade inventiva de responder aos estímulos que ultrapassam os limites da sua estrutura (ANDRADE; AMBONI, 2011).

Nas organizações de natureza pública, esses estados de ingerências podem decorrer de mudanças de ordem normativa, provocando o desenvolvimento de processos de mudança interna, adaptativas ou de aprimoramento.

Algumas dessas alterações, ocorridas a partir de 2018, alcançaram determinados cargos da carreira de Técnico-Administrativo em Educação – TAE, regulamentada pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, com reflexo para a área de gestão de pessoas das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

A exemplo, podem ser citados os Decretos nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018 e 9.739, de 28 de março de 2019, que tendem a gerar

⁴⁹ Discente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais e Assistente em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. gleyciannessilva@gmail.com.

⁵⁰ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. marceloriquebr@gmail.com.

⁵¹ Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. patriciabvilar@ufrn.edu.br.

uma dificuldade na reposição de cargos por meio de concurso público, e os Decretos 9.991, de 28 de agosto de 2019 e 10.382, de 28 de maio de 2020, que apontam novas tendências no gerenciamento de pessoas relacionadas com o aprimoramento de competências.

Dentro do contexto específico das IFES, um cargo em particular merece destaque: Assistente em Administração. Trata-se de cargo de natureza sistêmica, que presta suporte administrativo e técnico amplo a todos os setores nessas instituições, atendendo às atividades de recursos humanos, administração, finanças e logística, e prestando assessoramento às áreas do ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, Plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação – Descrição do cargo, 2005).

Torna-se emergente, pois, que as Universidades Públicas, não alheias às novas demandas, preparem os seus servidores para processos adaptativos em seus contextos de trabalho, antevendo, inclusive, demandas futuras de mais entrega.

Atentando-se para o cenário apresentado, a pesquisa pretende adentrar na realidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, com vistas a enfrentar a seguinte questão: **como as competências relacionadas às atividades típicas do cargo de Assistente em Administração podem ser aprimoradas para atender às demandas presentes e futuras de mais entrega?**

Para o enfrentamento da problemática, a pesquisa será apoiada pela descrição e análise dos conceitos basilares relacionados ao desenvolvimento de pessoas por competência e pela identificação da regulamentação federal sobre a matéria.

A pesquisa pretende, ainda, transportar para a realidade pública um tema próprio de discussões na área privada: a multifuncionalidade.

A multifuncionalidade é uma das formas de reestruturação produtiva que vem sendo usada pelas organizações para atender às demandas de um contexto marcado por crises tanto no ambiente econômico, quanto no político e social. Trata-se de uma reformulação, a partir do que já existe na organização, e da ampliação no conjunto de tarefas pertencentes ao empregado ao incorporar outras especialidades. [...] (LEMOS, 2000, p. 12).

No contexto do trabalho multifuncional, pretende-se focar em uma técnica que associa essa variável ao treinamento: o *job rotation*, rodízio de funções ou rotação de/no trabalho. Nas palavras de Dinis (2012, p. 5), ao citar Seibert et al. (2001), “[...] a rotação no trabalho entendida como cross-training, ou seja, cruzamento de práticas e treino variado, significa que o trabalhador de uma unidade ou departamento aprende diversas competências durante determinado período de tempo. [...]”.

O *job rotation* é inclusive citado como uma técnica que pode ser usada para minimizar os efeitos negativos do tédio e monotonia sobre a qualidade e produtividade no ambiente de trabalho, sendo recomendado, ainda, no combate ao comodismo (PEINADO e GRAEML, 2007).

Do ponto de vista institucional, pretende-se realizar um diagnóstico situacional para evidenciar a localização estratégica da UFRN no tema desenvolvimento de pessoas e competência, percorrendo-se os documentos internos que toquem na temática. Pretende-se ainda explorar a regulamentação interna para identificar os instrumentos de capacitação previstos para o público-alvo escolhido.

Como resultado dessas análises, pretende-se identificar diretrizes que possam ser usadas no desenvolvimento de uma ação de capacitação para o Assistente em Administração da UFRN, com foco em aprendizagem prática e com potencial para atender a novas demandas de mais entrega, dentro do escopo dos instrumentos de capacitação previstos internamente.

2. JUSTIFICATIVA

Do ponto de vista pessoal, a pesquisa advém de reflexões sobre o impacto das mudanças legais ocorridas a partir de 2018 para o quadro de servidores TAE da UFRN, apresentadas no contexto das reuniões da Comissão Própria de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação – CPPTAE da instituição. A preocupação sempre destacou, em particular, aspectos relacionados à distribuição eficiente do cargo de Assistente em Administração, por se tratar de cargo com recorrente demanda de reposição.

Do ponto de vista científico, a pesquisa justifica-se a estimular a inovação no desenvolvimento de pessoas no ambiente público, apresentando reflexões sobre novas práticas na capacitação de servidores e quebrando alguns paradigmas para esse tipo de contexto de trabalho, ao abordar assuntos que normalmente ficam restritos ao campo do saber ligado ao setor privado, como o trabalho multifuncional..

Do ponto de vista institucional, a organização pesquisada experimentará novos horizontes em gestão de pessoas, ao mesmo tempo em que disporá de alternativas com potencial para atender às demandas presentes e futuras de mais entrega por parte dos seus servidores, inclusive institucionalizando um mecanismo que pode servir na otimização de recurso humano.

Do ponto de vista social, a partir da realidade da UFRN, outras IFES poderão compartilhar da discussão, pensando em seus contextos de trabalho mecanismos que auxiliem no enfrentamento dos novos desafios no gerenciamento de pessoas e experimentando a cultura da inovação.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Modelar uma proposta em gestão de pessoas que insira a multifuncionalidade no contexto de trabalho de uma IFES.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar os fundamentos da multifuncionalidade enquanto prática de eficiência administrativa e aprimoramento ou ampliação de competências;
- Identificar e analisar as iniciativas estratégicas da UFRN que demandem atuação da área de gestão de pessoas nos temas aprimoramento organizacional e desenvolvimento de servidores TAE, com foco na ampliação de competências;
- Identificar e analisar os processos e os instrumentos previstos na UFRN para a capacitação e qualificação dos servidores TAE;

- Propor, a partir das análises anteriores, um instrumento de capacitação para o Assistente em Administração da UFRN que objetive o desenvolvimento de habilidades multifuncionais a partir de um processo de aprendizagem prática, com potencial para apoiar as iniciativas estratégicas da instituição no atendimento de demandas vigentes e futuras relativas ao aprimoramento da sua estrutura organizacional.

4. METODOLOGIA E PROPOSTA DO PRODUTO

A pesquisa classifica-se quanto à natureza ou finalidade como aplicada; quanto aos objetivos ou nível de pesquisa como descritiva; quanto aos procedimentos técnicos como estudo de caso; e quanto à forma de abordagem do problema como qualitativa (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa tem como público-alvo o Assistente em Administração da UFRN, que corresponde ao cargo com o maior número de integrantes dentre os TAE, atravessando toda a instituição. De acordo com números colhidos no Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos – QRSTA da UFRN, em 24 de junho de 2020 a instituição conta com 768 (setecentos e sessenta e oito) cargos de Assistente em Administração. Destes, 761 (setecentos e sessenta e um) estão ocupados e 07 (sete) encontram-se vagos.

A escolha justifica-se, ainda, por se tratar de cargo que foi afetado de forma indireta pelo Decreto nº 9.262/2018, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica, desenhando-se uma tendência à sobrecarga no uso dessa força de trabalho dentro da instituição pesquisada.

Serão utilizados como instrumentos de pesquisa e coleta de dados o levantamento bibliográfico, documentos oficiais, tais como leis, decretos, nota técnica, ofícios e instruções normativas federais, documentos institucionais, tais como legislação, estudos e planos estratégicos, e a realização de grupo focal com os gestores de desenvolvimento de pessoas locais.

Vislumbra-se como produto final preliminar a entrega de relatório de diagnóstico situacional com proposta de intervenção: submissão para a PROGESP da UFRN de uma minuta de programa formativo ou documento que sistematiza proposta de criação de uma ação de capacitação com a finalidade de desenvolver habilidades multifuncionais para o Assistente em Administração.

4. REVISÃO DA LITERATURA

A base conceitual da pesquisa será fundamentada em três grandes tópicos.

Em um primeiro momento de abordagem, para sustentar aspectos relacionados com a ambientação da problemática de pesquisa, pretende-se analisar o seguinte tema: “A organização pública e o ambiente externo: identificando desafios”, destacando-se alguns pontos sobre a interação das organizações com o ambiente externo que a circunda e direcionando a discussão para as particularidades do cenário público.

Nessa análise, pretende-se identificar algumas variáveis externas com maior potencial de influência para a organização pública, considerada a classificação apresentada por Andrade e Nério (2011), a exemplo dos princípios da legalidade e eficiência enquanto elementos desencadeadores de processos de adaptação ou aprimoramento organizacional. Pretende-se incluir na equação o alcance dessas transformações para as pessoas, refletindo em novas exigências no desenvolvimento de competências ou de mais entrega.

No segundo bloco de abordagem conceitual, pretende-se analisar o seguinte tema: “A organização pública superando desafios: o desenvolvimento de pessoas por competência”.

Neste ponto, pretende-se localizar a atividade de desenvolver pessoas dentro dos processos básicos de gestão de pessoas, com foco para a capacitação como mecanismo de aprendizagem, introduzindo na discussão o tema gestão por competência. Pretende-se, ainda, apresentar a regulamentação da matéria no âmbito público federal: Decreto 9.991, de 28 de agosto de 2019, destacando novas

exigências no preparo de servidores relacionadas com exigências de mais entrega.

Em um terceiro momento, pretende-se analisar o seguinte tema: “Novas oportunidades de aprendizagem: a multifuncionalidade na ampliação de competências”, para destacar alguns caminhos no desenvolvimento de pessoas que envolvam algumas tendências ligadas a habilidades multifuncionais no contexto de trabalho em geral, a exemplo do instituto da remuneração por habilidades e por competência, o modelo de “organização que aprende” e o *job rotation*, rodízio de funções ou rotação de/no trabalho, destacando os principais fundamentos, pesquisas relacionadas e possibilidades de uso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Teoria Geral da Administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/40197007/TEORIA_GERAL_DA_ADMINISTRA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 07 jul. 20.

BRASIL. **Decreto 9.262, de 09 de janeiro de 2018**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9262.htm. Acesso em: 13 jun. 20.

_____. **Decreto 9.739, de 28 de março de 2019**. Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIOIG. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9739.htm. Acesso em: 13 jun. 20.

_____. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm. Acesso em: 07 jul. 20.

_____. **Decreto 10.382, de 28 de maio de 2020**. Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE para o Ministério da Economia. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10382.htm. Acesso em: 14 jun. 20.

_____. **Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em: 13 jun. 20.

_____. Ministério da Educação. **Plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação – Descrição do cargo**. Anexo do Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005. Aos dirigentes de gestão de pessoas das Instituições Federais de Ensino. Brasília/DF: Ministério da Educação, [2005]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 27 abr. 20.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/38590755/Gestao_de_Pessoas_o_Novo_Papel_Idalberto_Chiavenato. Acesso em: 08 jun. 20.

DINIS, Liliana Isabel Correia. **A influência da rotação no trabalho na satisfação profissional dos enfermeiros no serviço de cirurgia cardiotorácica num hospital de Lisboa.** 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde e Desenvolvimento na Especialidade em Gestão de Programas) – Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13984/1/2011-2012%20Julho%20Disserta%20a7%20a3o%20MSD%20Liliana%20Dinis.pdf>. Acesso em: 14 jul. 20.

DUTRA, Joel Souza. **Competências:** conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna. 1. ed., 8. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010. P 14, 22-23, 29-30.

FREITAS, Pablo Fernando Pessoa de; ODLIUS, Catarina Cecília. Competências gerenciais: uma análise de classificações em estudos empíricos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 35-49, jan./mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395159497>. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v16n1/pt_1679-3951-cebape-16-01-35.pdf. Acesso em: 14 jul. 20.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/707/1/M%C3%A9todos%20de%20Pesquisa%20Social.pdf>. Acesso em: 15 jul. 20.

LEMOS, Leticia Alves Pinto de. **Análise do processo criativo no trabalho multifuncional:** um estudo de caso. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2825>. Acesso em: 14 jul. 20

PEINADO, Jurandir; GRAEML, Alexandre Reis. **Administração da produção:** operações industriais e de serviços. Curitiba: UnicenP, 2007. Acesso em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/jurandirpeinado/livro-administracao-da-producao/livro-administracao-da-producao/livro2folhas.pdf/view>. Acesso em: 14 jul. 20.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 15 jul. 20.

UFRN. Conselho de Administração. **Resolução nº 025 – CONSAD, de 29 de junho de 2017.** Institui e regulamenta o Programa de Capacitação e Qualificação – PCQ dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, RN: Conselho de Administração, [2017]. Disponível em: <https://sigrh.ufrn.br/sigrh/public/colegiados/resolucoes.jsf>. Acesso em: 08 jul. 20.

_____. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGESP. **Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA) da UFRN, em 23 de abril de 2020 - com base nas vacâncias publicadas até 23/04/2020.** Natal, RN: PROGESP, [2020]. Disponível em: <https://www.progesp.ufrn.br/storage/documentos/hhkkFpCMU2lqn6KaCydUQWuof0cjsNspVRx9cpKN.pdf>. Acesso em: 13 mai. 20.

NOTAS TÉCNICAS

As opiniões, registros bibliográficos, dados coletados e aqui expostos são de responsabilidade e produção autoral dos respectivos autores de cada capítulo.

Os autores discentes recebem o financiamento de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através do programa de Qualificação institucional - PQI/PROGESP.

Os produtos deste livro integram o corpo de produções editoriais do Laboratório de Inovação e Empreendedorismo no Setor Público - Einovalab/PPGPI-UFRN.

